

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política**

**UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA
IMAGEM PÚBLICA DE SEVERINO CAVALCANTI**

**Diana Teixeira Barbosa
Orientador: Luis Felipe Miguel**

**Dissertação de Mestrado
Brasília
Agosto de 2006**

Diana Teixeira Barbosa

**UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA
IMAGEM PÚBLICA DE SEVERINO CAVALCANTI**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política.**

Orientador: Luis Felipe Miguel

**Brasília
Agosto de 2006**

UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE SEVERINO CAVALCANTI

Diana Teixeira Barbosa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Felipe Miguel (Presidente) – IPOL/UnB

Prof.^a Dr.^a Flávia Milena Biroli Torkarski – IPOL/UnB

Prof. Dr. Luiz Gonzaga F. Motta (Membro Externo) – FAC/UnB

Prof. Dr. Terrie R. Groth (Suplente) – IPOL/UnB

AGRADECIMENTOS

Inúmeras foram as pessoas que contribuíram para que esse trabalho se concretizasse, listá-las, certamente, não é tarefa fácil. Ainda assim, me arrisco a fazê-lo, assumindo toda a responsabilidade pelas omissões que certamente cometerei.

Início registrando a minha gratidão aos meus pais, Norita e Miguel, sem o apoio dos quais, qualquer tentativa de progresso na minha formação acadêmica teria sido em vão. Aos meus irmãos, Márcia, Marcos e Eustáquio pelo carinho e pela confiança que sempre depositaram em mim. E aos meus sobrinhos, Luan e Luyara.

Ao professor Luis Felipe Miguel, pela orientação impecável e pela disposição em assumi-la em um momento tão difícil.

Ao professor Paulo Calmon, pelo estímulo e por todo o conhecimento compartilhado comigo ao longo do meu curso de graduação e de mestrado.

A Lorena Vilarins, Danielle Valverde, Fernanda de Paula e Ana Amélia Silva, pelo apoio e pela amizade incondicional.

Aos amigos: Carmem Rosa, Daniela Peixoto, Marco Rodrigo Carvalho, Lauro Stocco II, Frederico Gromwell, Daniele Jatobá, Vanessa Viana, Camila Branquinho e Elaine Bortolanza pelo incentivo e pela generosidade.

Por fim, e de modo especial, a Pedro Ivo Teixeirense, a quem as palavras se mostram insuficientes para agradecer pelo incentivo. Sem a sua contribuição o resultado deste trabalho certamente não seria o mesmo.

RESUMO

O trabalho que ora se apresenta pretende colaborar com o debate acerca da relação entre mídia e política, destacando os aspectos que contribuem para que haja uma interação entre essas duas esferas sociais, bem como as tensões existentes entre esses dois campos. O objetivo é investigar como a imprensa contribuiu para a construção da imagem pública do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, eleito para o biênio 2005 – 2007.

As análises são feitas a partir da cobertura realizada por quatro revistas de circulação nacional: Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital, por um período de oito meses, que se inicia com a campanha à presidência da Casa e se estende até a renúncia do deputado. A discussão teórica é feita com base nas categorias criadas por Pierre Bourdieu, segundo as quais mídia e política representam campos independentes que se inter-relacionam no universo social.

Palavras-chaves: Mídia e Política; Imagem Pública; Câmara dos Deputados.

ABSTRACT

The work here presented intends to contribute to the debate surrounding the relation between media and politics, highlighting the aspects that contribute to the interaction between these two social fields as well as existing tensions. The purpose is to investigate how the press contributed to the construction of the public image of the president of the Brazilian Chambers of Deputies, Severino Cavalcanti, elected to the 2005-2007 biennium.

Analyses are conducted on the coverage made by four magazines with national circulation: *Veja*, *Época*, *Istoé* and *Carta Capital*; for an eight month period, begin with the campaign to the Chamber's presidency and extending until the resignation of the Representative. The theoretical debate is based on the categories created by Pierre Bourdieu, according to these categories the media and politics represent independent fields that interrelate in the social universe.

Keywords: Media and Politics; Public Image; Brazilian Chambers of Deputies.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela		Página
Tabela 1	Número de deputados federais distribuídos por Estado, 2002	40
Tabela 2	Bancada partidária da Câmara dos Deputados, 2002 (Titulares)	46
Tabela 3	Número e proporção de matérias publicadas por revista, 2005	59
Tabela 4	Número e proporção de matérias publicadas por período e por revista, 2005	60
Tabela 5	Número e proporção de matérias publicadas por classificação do conteúdo, 2005	62
Tabela 6	Número e proporção de matérias publicadas por revistas, segundo classificação do conteúdo, 2005	62
Tabela 7	Número de matérias publicadas por classificação do conteúdo, segundo revistas e período, 2005	63
Tabela 8	Número e proporção de matérias publicadas por período, segundo classificação do conteúdo, 2005	68
Tabela 9	Número de capas dedicadas a Severino Cavalcanti por período, segundo revistas, 2005	65

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro		Página
Quadro 1	Distribuição dos cargos da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, 2005	49
Quadro 2	Elementos constitutivos da imagem pública de Severino Cavalcanti	77

LISTA DE SIGLAS DOS PARTIDOS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
PC	Partido Constitucionalista
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileira
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Renovador
PPS	Partido Popular Socialista
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social da Democracia Cristã
PSL	Partido Social Liberal
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	3
Capítulo 1 – Mídia e Política: Dois Campos em Interação	8
1.1 - Política, Comunicação e Representação Social	9
1.2 - Comunicação e Interação Social	11
1.3 - Uma Introdução a Idéia de Campo	14
1.4 - O Campo Político	17
1.5 - O Campo Midiático	20
1.6 - Mídia, Política e Sociedade	23
1.7 - A Imagem Pública	27
1.8 - O Escândalo Político	29
Capítulo 2 – Sobre a Câmara dos Deputados	35
2.1 - Breve Histórico sobre a Câmara dos Deputados no Brasil	35
2.1.1 - Do Império à República	36
2.2 - Aspectos Institucionais da Câmara dos Deputados na Nova República	39
2.2.1 - A Estrutura da Casa	40
2.2.2 - Sobre as Funções da Mesa e do Presidente da Casa	42
2.2.3 - A Eleição para a Presidência	45
2.3 - O Contexto Político	48
2.4 - Quem é Severino Cavalcanti	51
2.4.1 - O Rei do Baixo Clero	52
2.5 - A Campanha	54

Capítulo 3 - Da Campanha à Renúncia: A Construção da Imagem Pública de Severino Cavalcanti pela Imprensa	57
3.1 - Visão Geral sobre a Cobertura da Imprensa	59
3.2 - A Campanha e a Eleição	66
3.2.1 - A Formação da Imagem Pública de Severino	72
3.2.2 - Primeiras Medidas	78
3.3 - O Mandato	80
3.3.1 - A Relação com o Executivo	87
3.4 - Do Escândalo à Renúncia	90
3.4.1 - A História de um Mensalinho	94
Considerações Finais	103
Referências Bibliográficas	110
Anexo I – Matérias Seleccionadas	115
Anexo II – Quadro sobre os Presidentes da Câmara – Do Império à República	118

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A relação entre mídia e política é um fenômeno que tem chamado cada vez mais a atenção dos cientistas sociais. Dentro de uma perspectiva interdisciplinar, pesquisadores de várias áreas têm se dedicado à investigação dos processos e dos meandros que determinam a interface entre a atividade política e os recursos utilizados pelos veículos de comunicação de massa.

Até um passado recente, a produção acadêmica sobre o tema era considerada escassa e centrada na análise de aspectos pontuais da relação entre essas duas esferas. Hoje, Gomes (2004) se arrisca a dizer que essa área de conhecimento se tornou uma especialidade, tendo como resultado uma produção científica significativa.

Entre os anos 1920 e 1940, as pesquisas sobre mídia e política se concentravam em problemas isolados, voltados primordialmente para o comportamento político, para a opinião pública e para as intenções de voto. Os anos 50, 60 e 70 foram acompanhados pelo surgimento de novas correntes e de novas formas de ver e pensar a influência da mídia sobre a vida social. Esse fenômeno é decorrente, ao menos em parte, do seu crescimento gradual e da sua afirmação como uma importante instituição na história social contemporânea. A partir dos anos 80, o número de pesquisas e de publicações nessa área cresceu de tal forma, “que não conseguiu mais se acompanhar, tão grande a diversidade dos aspectos considerados, o volume e a procedência geográfica dos autores” (Gomes, 2004: 22).

Apesar da evolução percebida nos últimos anos, essa área de conhecimento é ainda recente. A relação entre esses dois campos era, até bem pouco tempo, negligenciados pelas pesquisas sobre política e democracia. Miguel (2002) argumenta que, embora os cientistas políticos não possam ignorar o crescimento da indústria de comunicação de massa e as mudanças causadas na vida social e política a partir de então, há uma dificuldade em incorporar a atuação da mídia como um aspecto importante da atividade política.

Mesmo nos estudos mais recentes, onde há uma preocupação em pensar essa relação dentro de uma perspectiva mais ampla, há um certo espanto diante da grandeza

assumida pelos veículos de comunicação de massa e da importância adquirida por eles na cenário social (Gomes, 2004). Esse espanto pode ser o responsável pelos vieses que ainda estão presente em muitos estudos, que reproduzem um discurso nostálgico e denunciam uma descaracterização do campo político em função da influência midiática.

É preciso estar atento para que abordagens desse tipo não produzam análises ingênuas e deterministas sobre a relação entre mídia e política. É com esse cuidado que o trabalho que ora se apresenta parte do pré-suposto de que essas duas esferas são campos sociais independentes que se inter-relacionam e que exercem uma influência mútua.

Este trabalho pretende contribuir com o debate sobre esse tema, destacando um dos pontos de tensão entre os dois campos: **a construção da imagem pública**. Gomes (2004: 23) argumenta que a atuação voltada para a esfera da visibilidade, controlada pelos veículos de comunicação de massa, é uma das características mais marcantes da atividade política contemporânea. Segundo ele, a atuação política nos nossos dias está estreitamente ligada aos meios, linguagens e processos utilizados pela comunicação de massa.

Por imagem pública entende-se um “complexo de informações, noções e conceitos, partilhados por uma coletividade qualquer” a respeito de um sujeito ou instituição (Gomes, 2004: 254). Ela é construída a partir de um conjunto de propriedades estáveis capazes de identificar aquilo que esse sujeito representa. Ao contrário do que possa parecer, não há uma relação direta entre imagem visual e imagem pública, esta é resultado de ações, discursos e “configurações expressivas”¹ que podem incluir aspectos visuais, mas que não se limitam a eles.

A preocupação com a imagem não é um fenômeno recente na política, tão pouco é algo que se restringe a ela. Todos aqueles que desenvolvem algum tipo de atividade que demanda o reconhecimento público dependem, em alguma medida, da construção de uma imagem que seja aceita pelo grupo que pretende atingir. O que há de novo na expressão desse fenômeno é a sua associação aos veículos de comunicação de massa.

¹ O termo “configurações expressivas” é utilizado por Gomes (2004) para definir o conjunto de elementos que se sobressaem na composição da imagem pública.

Estes têm se sobressaído como os principais meios onde a imagem se forma e pelos quais ela é publicizada.

A fim de contribuir para enriquecimento do debate em questão, este trabalho pretende investigar a construção da imagem pública de um personagem que mereceu destaque no cenário político recente: o Ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. Para tanto, serão analisados alguns dos principais veículos de comunicação do país.

O objetivo é investigar **como a imagem pública de Severino Cavalcanti foi construída na imprensa nacional**, a partir do momento em que foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados. Considerado um membro do “baixo clero”, o então deputado ganhou projeção nacional ao sair vencedor na disputa pelo cargo.

As análises tiveram como base as matérias publicadas em quatro revistas de circulação nacional: *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*, considerando a cobertura feita entre os dias 1º de janeiro e 30 de setembro de 2005. Este período corresponde à oficialização da candidatura de Severino Cavalcanti à presidência da Câmara (18 de janeiro) e se estende até sua renúncia, em 21 de setembro do mesmo ano.

A escolha desses periódicos como fonte de dados se deve ao fato dos mesmos serem considerados veículos de comunicação importantes e com grande inserção social. As revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ* são os semanários informativos de maior circulação do país.

A *Carta Capital*, por sua vez, possui um número de vendagem menos expressivo, na ordem de 58.000 exemplares. Embora seja numericamente menor, seu público alvo é mais intelectualizado e considerado como formador de opinião. Além disso, a revista representa um contraponto importante à linha editorial assumida pela *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, o que justifica a sua escolha.

Publicada pela Editora Abril, a *Veja* entrou em circulação em setembro de 1968, sob forte influência das americanas *Time* e *Newsweek*. As características dos semanários que inspiraram o formato adotado pela revista eram “a grande quantidade de anúncios e propagandas, responsáveis pela receita da revista, e uma variedade de informações para

abarcam um número amplo de leitores, ou seja, um ecletismo destinado a atingir um público heterogêneo” (Gazzoti s/d).

A *Época*, comercializada pela Editora Globo, surgiu como resultado de uma parceria entre esta editora e a revista alemã *Focus*. O primeiro número chegou às bancas em 25 de maio de 1998. Em dois anos, a *Época* atingiu 600 mil exemplares e é hoje o segundo maior semanário do Brasil.

A *IstoÉ* foi lançada pela Editora Três em maio de 1976 como uma revista semanal, e hoje está entre as maiores revistas de informação do país.

A *Carta Capital*, publicada pela Editora Confiança, surgiu em 08 de junho de 1995, com distribuição mensal. Tornou-se quinzenal em março de 1996 e finalmente semanal em 2002.

A análise dos periódicos foi feita seguindo quatro critérios:

1 – Leitura e exame preliminar de todas as matérias publicadas nas quatro revistas entre os dias 1º de janeiro e 30 de setembro de 2005, a fim de identificar aquelas que faziam referência a Severino Cavalcanti.

2 – Quantificação das matérias sobre o então Presidente da Câmara.

3 – Análise sobre a distribuição das matérias nas seções de cada revista.

Para efeito de análise as seções que dividem os assuntos tratados em cada periódico foram classificadas em quatro grandes grupos: variedades, política e sociedade, opinião da revista (incluindo artigos assinados e editoriais) e opinião do leitor.

4 – Categorização das matérias.

Nesta fase foram identificadas as características relacionadas à figura de Severino Cavalcanti, bem como a frequência com que elas lhe foram atribuídas pela imprensa. Além de verificar quais são os elementos constitutivos da sua imagem pública, construída à partir do momento em que sua carreira política ganhou visibilidade

nacional, foi possível investigar se houve um posicionamento convergente sobre essa imagem entre os veículos analisados.

Dentro da linha argumentativa defendida por Gomes (2004), a imagem pública de um indivíduo pode estar associada a seus atributos físicos e intelectuais, bem como pode ser resultado de discursos, ações e posições ideológicas. Diante da hipótese de que a defesa de determinados interesses e de que as práticas assumidas em sua defesa podem influenciar a formação dessa imagem, vale observar se houve alguma mudança na construção da imagem de Severino à medida que suas ações e suas posições políticas ganhavam repercussão pública.

Com esse objetivo, a apreciação crítica dos periódicos foi feita considerando três períodos distintos:

- I – Campanha e eleição
- II – Mandato
- III – Escândalo e renúncia

O trabalho foi estruturado em três capítulos: no primeiro foi feita uma revisão teórica sobre o tema, onde foram abordados os conceitos em voga na produção acadêmica sobre mídia e política; o segundo oferece um breve histórico da Câmara dos Deputados, seus processos e procedimentos, o contexto político no momento da eleição de Severino Cavalcanti, bem como um retrospecto dos principais pontos de sua biografia política; o último capítulo apresenta o resultado das análises da cobertura da imprensa sobre a eleição e a atuação de Severino Cavalcanti como Presidente da Câmara, além da repercussão dessa cobertura na construção de sua imagem pública.

CAPÍTULO 1

MÍDIA E POLÍTICA: DOIS CAMPOS EM INTERAÇÃO

Este capítulo pretende apresentar uma breve discussão sobre a relação entre mídia e política, tendo como base as categorias criadas por Bourdieu, segundo as quais essas esferas representam campos independentes que se inter-relacionam dentro do universo social.

Para tanto, serão revisitados autores que abordam essa temática, destacando os aspectos que estabelecem uma estreita relação entre essas duas esferas, sem, no entanto, livrá-la de tensões e de resistências. Grande parte desses autores chama a atenção para o impacto causado no campo político a partir do momento em que a comunicação midiática surge e se afirma como forma de interação entre os indivíduos. Nesse mesmo sentido, esse grupo procura demonstrar como algumas práticas assumidas dentro do referido campo foram sendo modificadas à medida que os veículos de comunicação de massa ganharam espaço e importância no cenário social e político.

Outro ponto que tem merecido destaque na produção acadêmica sobre o assunto, por ser provavelmente o de maior tensão, relaciona-se ao controle da visibilidade, cada vez mais concentrado nas mãos dos veículos midiáticos e cada vez mais necessário para a construção da imagem pública dos candidatos à vida política. Estas, e outras questões subjacentes, serão discutidas nas seções que se seguem.

1.1. Política, Comunicação e Representação Social

A atividade política pressupõe a formulação e disseminação de um conjunto de valores e de conteúdos simbólicos que participam centralmente na construção da representação do mundo social. Segundo Piñeiro (s/d), toda sociedade política tende a construir e a renovar os valores que influenciam diretamente as ações dos seus membros, a formação de sua identidade, seu tipo de organização e suas aspirações.

Tradicionalmente vinculado ao monopólio da violência pelo Estado, o poder político se refere também à capacidade de justificar o seu exercício e de gerar uma base de consenso que possa legitimá-lo. Gramsci já chamava a atenção para o fato de que o poder político não é exercido apenas por meio da coerção (violência física do Estado), mas também pela direção ideológica e cultural dos governados. Essa direção pressupõe a disseminação de valores que contribuem para a manutenção do *status quo*. Isso é possível porque os aparelhos privados de hegemonia (partidos políticos, escolas, meios de comunicação, etc), ajudam a construir modelos de representação social que permitem a reprodução dos poderes estabelecidos (Porto, 1993).

Definida hegemonia como a direção intelectual e moral do processo, ou como a supremacia de uma forma de unidade do pensamento e da vida que se expressa em uma concepção da vida, ou em uma visão do mundo, segue-se que detém a hegemonia do processo aquele grupo social que consegue fazer os demais grupos aceitarem o seu especial 'modo de vida, de pensar, de agir', empenhando ao máximo o aparato da hegemonia e ao mínimo aquele governativo-coercitivo (Ferreira, 1986: 16).

O conceito de hegemonia, utilizado por Gramsci, expressa o processo de construção da consciência de uma coletividade a partir da disseminação de valores compartilhados por um grupo dominante. Não se trata, no entanto, de uma via de mão única, onde os conteúdos colocados à disposição dos dominados são absorvidos mecânica e automaticamente. A constituição da hegemonia é um processo dinâmico e constantemente questionado em uma luta por tomada de posição na sociedade. Ainda segundo Gramsci (1976), ao construir a sua hegemonia, os grupos dominantes devem considerar os interesses do grupo sobre o qual ela será exercida. Deve ser gerado um certo equilíbrio que permita aos governados incorporarem modos de ser e valores alheios como se fossem seus.

Dentro da concepção gramsciana, os veículos de comunicação de massa podem ser definidos como aparelhos privados de hegemonia, uma vez que os interesses de seus detentores estão alinhados aqueles compartilhados por uma elite que detém privilégios políticos e econômicos. O alcance social de determinados veículos de comunicação, da televisão em especial, permite supor que estes são alguns dos aparelhos de hegemonia de maior importância na contemporaneidade.

É nesse sentido que Lima (1993) argumenta que a televisão é responsável pela construção de cenários a partir dos quais vários aspectos da vida política se desenvolvem. Segundo ele (1993 apud Porto, 1994:136), os Cenários de Representação da Política (CRP) “são uma parte da articulação hegemônica total, onde o conjunto de práticas e expectativas, valores e significados da atividade política seriam não só expressos/refletidos, mas também construídos”².

É nesse sentido que Piñeiro argumenta que a atividade política não se desenvolve apenas no plano das ações, mas também no do discurso. Diante disso, as práticas discursivas e os recursos de comunicação se tornam fundamentais para a aceitação e manutenção desse poder.

² O Conceito de CRP foi desenvolvido por Lima (1993) dentro da perspectiva gramsciana, segundo a qual um grupo justifica e mantém o seu domínio com o consenso dos governados, conquistando assim a sua hegemonia. Vale observar que esse conceito apresenta várias fragilidades. Talvez a crítica mais pungente esteja relacionada a sua fundamentação teórica, que parece se apoiar ora na hegemonia, no sentido gramsciano do termo, e ora na cultura política, presente nos trabalhos de Almond e Verba. O objetivo desta seção não é pormenorizar o modelo utilizado por Lima, mas apenas destacar que, apesar da falta de robustez teórica, a proposta de construção de cenários pode ser útil na tentativa de destacar a importância dos meios de comunicação na construção das representações sociais a respeito da política, e do discurso na formação da consciência de uma coletividade.

1.2. Comunicação e Interação Social

A comunicação estabelecida entre os indivíduos assumiu características distintas ao longo dos tempos. Se originalmente a interação mais provável era aquela feita exclusivamente por meio do contato direto, face a face, onde emissor e receptor tinham uma relação imediata, com o advento das novas tecnologias ela foi cedendo espaço para a interação mediada. É a partir do último quartel do século XIX e início do século XX (quando surgem o rádio e a TV) que esta ganha maior proporção. Até então não havia recursos tecnológicos que permitissem que alguém se comunicasse à distância com o grande público. Desse modo, as interações se davam predominantemente “pela aproximação e pelo intercâmbio de formas simbólicas” (Thompson, 1998: 77).

Segundo Thompson, a comunicação mediada surgiu a partir dos séculos XV e XVI na Europa, com a criação da imprensa, e ganhou impulso no século XIX e XX, com o advento das novas tecnologias da informação. A partir do desenvolvimento de uma grande quantidade de meios eletrônicos, a troca de informação e de conteúdos simbólicos feitos face a face foi sendo suplantada por formas de interação que dispensavam a proximidade entre os agentes. “Cada vez mais os indivíduos preferem buscar informações e conteúdos simbólicos em outras fontes do que nas pessoas com as quais interagem diretamente no dia-a-dia. A criação e a renovação das tradições são processos que se tornam cada vez mais interligados ao intercâmbio simbólico mediado” (Thompson, 1998: 82).

Thompson (1998) identifica três tipos de interação: a face a face, a mediada e a quase mediada. A interação face a face exige um contato direto entre os participantes, que estão imediatamente presentes e compartilham o mesmo referencial de tempo e espaço. O seu caráter dialógico faz com que o fluxo de informação circule em uma via de mão dupla, promovendo a interação entre emissor e receptor.

Esse intercâmbio permite a retro-alimentação do discurso, que pode ser interrompido pelo receptor a qualquer momento. Além disso, ele permite uma riqueza de gestos (*deixas simbólicas*) que clarificam a transmissão da mensagem, aumentando as garantias de que ela chegará ao destinatário da maneira desejada.

Na interação mediada, a transmissão da informação se processa com o intermédio de recursos técnicos específicos (papel, fios elétricos, ondas eletromagnéticas, etc). Sua utilização dispensa o contato presencial e permite o intercâmbio entre indivíduos que estão situados remotamente no tempo e/ou espaço. Nesse tipo de comunicação há um controle menor sobre a interpretação da mensagem. Os recursos tecnológicos utilizados na mediação não permitem a retro-alimentação imediata como no caso da interação face a face. Além disso, ela não possibilita a utilização gestual que ajuda na compreensão do conteúdo.

A interação quase mediada é feita, basicamente, pelos veículos de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão, etc.), onde é disponibilizado um volume considerável de informações e de conteúdos simbólicos a um grande número de leitores, ouvintes e espectadores. Também nesse caso, transmissor e receptor estão afastados no tempo e/ou espaço.

As duas principais características desse tipo de interação são o seu alcance – a informação pode ser acessada em longas distâncias e por um grande número de pessoas –, e o seu caráter monológico – a mensagem não é endereçada ou transmitida para um ator específico, mas para um receptor indefinido. O fluxo da interação tem um sentido único, onde não existe a possibilidade de resposta presente nos dois tipos de interação dialógicas anteriores, nelas a mensagem é endereçada a um receptor específico que pode respondê-la, ainda que em lugares e momentos diferentes.

Ao apresentar esses três tipos de interação, Thompson não o faz de maneira cronológica (segundo a qual elas estariam situadas em momentos históricos específicos), tão pouco pretende dizer que uma se sobrepõe à outra. Essa distinção é feita com o propósito de demonstrar que o desenvolvimento de novas tecnologias ocasionou uma série de mudanças na maneira pela qual os indivíduos se comunicam. Parte dessas transformações foi proporcionada pela criação da indústria da comunicação de massa. É a partir desse momento que uma nova forma de relacionamento e de interação com o mundo é apresentada aos indivíduos.

Dentro do processo de adequação a esse modelo emergente de comunicação, um papel de destaque foi conferido à televisão. O conteúdo televisivo passou a ser determinante na construção das percepções, valores e idéias compartilhadas

socialmente. “Ocupando uma posição cada vez mais destacada na vida de seus telespectadores, como fonte de informação e de entretenimento, a televisão determinou o ritmo da vida cotidiana, os espaços domésticos e, também, as fronteiras entre as diferentes esferas sociais” (Miguel, 2002: 155).

Em “Sobre a Televisão”, Bourdieu (1997) alerta sobre a influência excessiva e perigosa que a TV exerce sobre as diferentes esferas de produção cultural, a ciência, a filosofia, o direito e a política. Sobre esta, a influência exercida pela TV é especialmente visível na forma assumida pelo discurso político, cada vez mais descaracterizado em favor da imagem e mais fragmentado em função do imediatismo típico da linguagem televisiva.

É bem verdade que a argumentação apresentada por Bourdieu está carregada de uma nostalgia em favor de um discurso político fundamentado genuinamente na troca e no debate de idéias. Embora a influência da linguagem midiática sobre as práticas discursivas assumidas no campo político seja inegável, é preciso atentar para o fato de que esse discurso sempre esteve influenciado por fatores que pudessem viciá-lo tendencialmente³. Qualquer tentativa de defender os “tempos áureos da política” (como se eles tivessem realmente existido) pode implicar em uma análise simplista e ingênua sobre a relação entre as duas esferas em questão (Miguel, 2002).

A relação entre mídia e política será tratada de maneira pormenorizada nas seções seguintes, por hora é necessário esclarecer alguns conceitos fundamentais para o entendimento dessa relação. A ferramenta analítica adotada neste trabalho é o conceito de campo proposto por Bourdieu. A partir dele serão definidos a forma de funcionamento, as características e os valores compartilhados tanto na esfera política quanto na midiática.

³ “Se hoje é importante que o candidato tenha um rosto atraente, antes pesavam mais a técnica retórica, timbre de voz ou mesmo o talhe do corpo, já que indivíduos altos e corpulentos se destacavam mais em meio a multidão ou no palanque. Em suma, mesmo que se possa lamentar a atual banalização do discurso político, nunca houve nada parecido a um debate ‘puro’ de idéias, desligadas daqueles que as enunciam” (Miguel, 2002: 158).

1.3. Uma Introdução a Idéia de Campo

Dentro da abordagem proposta por Bourdieu, a sociedade é formada por um conjunto de campos relativamente independentes entre si. O campo é um “sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem ‘naturalmente’ aos agentes que dele participam. Esses agentes interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira ‘natural’, em suas práticas” (Miguel, 2002: 157). Cada campo almeja a sua autonomia, por isso desenvolve leis próprias e códigos de comportamento e reconhecimento que só fazem sentido dentro desse universo de valores compartilhados.

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura de distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído do conjunto destes microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irreduzíveis às que regem os outros campos. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes (Bourdieu & Wacquant, 1992 apud Bonnewitz, 2003: 60).

Os campos são estruturas hierarquizadas, onde a posição dos indivíduos depende da quantidade de capital que cada um dispõe. As relações estabelecidas entre as pessoas ou instituições dentro dele são fundamentalmente relações de poder, e a imposição de uns sobre os outros depende do capital simbólico acumulado pelos agentes envolvidos. Nesse sentido, o conceito de capital é fundamental para o entendimento da lógica de funcionamento dos campos. O capital simbólico está relacionado a “uma espécie de *crédito* social, no sentido estrito do termo, isto é, algo que depende fundamentalmente da *crença* socialmente difundida na sua validade” (BOURDIEU, 1980, p. 203-204, apud Miguel, 2003: 120).

Segundo Bourdieu é possível identificar uma variedade de capitais sociais, todos eles ligados ao reconhecimento, a credibilidade e a autoridade conferida a um agente. Cita-se como exemplo, o capital econômico, relacionado à quantidade de bens materiais ou recursos monetários de que os indivíduos dispõem; o capital cultural, um poder configurado por suas qualificações intelectuais; ou ainda o capital social, que se constitui a partir das relações sociais que eles estabelecem.

Os campos são esferas autônomas, mas existem dentro de um universo social que permite e promove a interação entre eles. Nessa interação eles se mostram sujeitos a influências mútuas. Em alguns casos, essa interação acaba promovendo a interferência (não livre de tensões e de resistências) de um campo sobre o outro, como acontece entre os campos jornalístico e da arte e/ou da ciência. Em outros casos, ela é tão marcante que chega a fragilizar suas fronteiras, como acontece na simbiose percebida entre os campos econômico e midiático (mídia/empresa).

Ao falar sobre a interferência do campo jornalístico sobre outras esferas de produção cultural, Bourdieu deixa claro que não se trata da ingerência de um ou de outro indivíduo, mas do campo enquanto estrutura. Por fazer parte dessa estrutura, os indivíduos não possuem autonomia absoluta sobre suas escolhas e ações. Essa força estruturante age como um limitador de suas possibilidades.

A estrutura não surge do vazio, ela é resultado do conjunto de disposições desenvolvidas pelos próprios membros do campo ao longo do tempo. A ação da estrutura sobre o indivíduo se dá por meio daquilo que Bourdieu define como poder simbólico: “um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1998a: 8). Trata-se de um poder estruturante e estruturado, que surge como um conjunto de construções simbólicas desenvolvidas pelos indivíduos, que ao compartilhá-las têm suas ações moldadas e limitadas por elas.

Fazendo menção a Durkheim, Bourdieu argumenta que “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumento de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a produção e reprodução da ordem” (Bourdieu, 1998a: 10).

A assimilação desses conteúdos simbólicos é promovida pelo *habitus*, ele é responsável pela adequação do comportamento aos valores socialmente aceitos dentro do campo. O *habitus* consiste em um conjunto de disposições que define uma matriz de comportamento onde formas de agir e de pensar tendem a se adequar. Segundo Bourdieu, o *habitus* pode ser definido como:

Sistemas de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e o controle expressivo das operações necessárias para atingi-los, objetivamente “reguladas” e “regulares”, sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (Bourdieu, 1980 apud Bonnewitz, 2003: 76).

Na aquisição do *habitus* as normas de comportamento e as regras de conduta moral são interiorizadas como parte de um processo inconsciente. A aquisição desse sistema de disposições, além de influenciar o comportamento dos agentes dentro do campo, serve como óculos de leitura através dos quais a realidade é vista, entendida e julgada.

Embora funcione como uma estrutura que age sobre os indivíduos, o *habitus* não é uma camisa-de-força, ele é resultado das experiências compartilhadas por eles ao longo do tempo. Por ser resultado de práticas objetivas ele está, antes de tudo, em um processo constante de transformação, e, portanto, longe de ser algo congelado ou estático. O *habitus* é uma construção cognitiva que atribui significado, valor e sentido às ações. Os modelos de conduta, os comportamentos socialmente aceitáveis ou reprováveis são produtos dele, da mesma forma em que ele é produto das ações dos indivíduos.

A autonomia dos campos é, em parte, proporcionada pela existência de *habitus* próprios a cada um deles. Cada campo produz e reproduz suas regras de comportamento, seus valores e suas leis, que só fazem sentido dentro do universo em que foram geradas. “O *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintas”, por isso há uma lógica própria de funcionamento do campo político, do campo religioso, e assim sucessivamente.

Uma das funções do *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionadas a uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. Assim como as posições das quais são o produto, os *habitus* são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns (Bourdieu, 1996: 21).

1.4. O Campo Político

O campo político consiste em uma esfera de relações de poder onde são compartilhadas normas, regras de conduta e visões do mundo. “Esse campo é o lugar onde se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao status de consumidores, devem escolher” (Bourdieu, 1998: 164).

O acesso ao campo político depende do domínio de uma linguagem específica e de uma parcela suficiente de capital político que permita a inserção no campo e a sobrevivência dentro dele. A aparente complexidade dos códigos de comunicação, as lutas por poder e por posições são processos ininteligíveis aqueles que estão fora do jogo político, características que limitam o acesso da maioria.

A entrada no campo político depende da aquisição de um “*corpus* de saberes específicos”. Tais saberes são resultado das práticas políticas desenvolvidas pelos profissionais do campo. Mas, para além da aquisição desse conhecimento, que só é alcançado à medida que o indivíduo passa a experimentá-lo, é necessário que ele desenvolva algumas capacidades específicas como o domínio de uma “certa retórica” que facilite a interlocução com os “profanos”.

A política é uma das esferas sociais responsáveis pela representação da realidade social⁴. Essa representação depende dos instrumentos de expressão e de recepção aos quais os diferentes grupos têm acesso. Na medida em que a política detém os instrumentos de expressão, ela é capaz de limitar o discurso e de definir as fronteiras entre o que pode ser dito ou não, impondo, assim, uma série de filtros à realidade.

Os membros desse campo possuem o monopólio sobre a produção e a imposição dos interesses políticos instituídos. Esse monopólio barra o acesso dos não iniciados e faculta aos políticos “a possibilidade de imporem seus interesses de mandatários como sendo o interesse de seus mandantes” (Bourdieu, 1998: 168).

O poder do qual desfrutam os partidos, e os políticos que compõem o seu quadro, é resultado da delegação feita por aqueles que não fazem parte do campo, ou porque preferem se ausentar dele ou porque não dispõem de capital político suficiente para garantir a sua inserção. A delegação desse poder é feita com base na credibilidade que o político dispõe e na confiança que determinados grupos estão dispostos a depositar nesse indivíduo.

O que confere capital político a uma pessoa é o crédito firmado na crença e no reconhecimento. Essa espécie de capital é na verdade uma forma de poder simbólico: “um poder que aquele que lhe está sujeito dá aquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (Bourdieu, 1998:188).

A acumulação de capital político está associada à capacidade de conquistar a credibilidade dos não iniciados, em função disso, há uma disputa pela sua conquista e pelo direito de falar em nome do público ou de uma parcela dele. A concorrência interna faz com que o campo político se transforme em um jogo de oposições e de distinções, onde há uma luta constante pela tomada de posição. Essa disputa confere uma lógica particular aos comportamentos assumidos por seus agentes, estes só podem ser entendidos dentro de uma perspectiva relacional. Os partidos não existem por si só,

⁴ Além dela, Bourdieu, considera que o jornalismo e a ciência possuem a mesma função, parte da tensão entre esses três campos se deve à disputa por essa representação.

nenhuma de suas ações ou idéias podem ser entendidas dissociadas daquilo que professam os demais membros do campo.

É através do discurso que os partidos conquistam a credibilidade que se transforma em capital político, e é esse mesmo discurso, e a habilidade de mantê-lo em voga, que faz com que esse poder se conserve. Ao sustentar o discurso, o político busca também sustentar a sua imagem e mantê-la a salvo de qualquer acusação por parte de seus adversários:

Esse capital supremamente *lábil* só pode ser conservado mediante o trabalho constante que é necessário não só para acumular o crédito como também para evitar o descrédito: daí toda a prudência, todos os silêncios, todas as dissimulações impostos a personagens públicas incessantemente colocadas perante o tribunal da opinião (Bourdieu, 1998: 189).

Bourdieu (1998) distingue dois tipos de capital político, o primeiro fundamentado na notoriedade e na popularidade do indivíduo, o que ele convencionou de capital simbólico, e o segundo delegado, onde o candidato é mandatário de uma organização. No primeiro caso há uma transferência de capital social adquirido em atividades diversas para o campo político. Esse capital é acumulado ao longo da vida pessoal ou profissional. Via de regra, esse capital é acumulado por indivíduos que exercem atividades que lhe permitem alguma visibilidade pública.

Exemplos de políticos que transferiram seu capital pessoal para a política podem ser facilmente encontrados entre artistas, intelectuais, esportistas, técnicos e profissionais liberais⁵. Miguel, (2003) argumenta que há uma taxa de conversão do capital adquirido em outras áreas de atuação para o campo político, que pode variar em função das lutas políticas.

O capital delegado é “entendido como o capital originário do próprio campo político e/ou estatal. Isto é, da notoriedade advinda de mandatos eletivos anteriores, da

⁵ Talvez o exemplo mais citado de político que se fez por meio desse tipo de capital seja o de Ronald Reagan . Mais recentemente temos o exemplo do atual governador da Califórnia, cargo também ocupado por Reagan, Arnold Schwarzenegger. Ambos utilizaram o estoque de capital simbólico acumulado no meio artístico para alcançarem projeção na política. No Brasil alguns exemplos são: Aguinaldo Timóteo, Marta Suplicy e Gilberto Gil.

ocupação de cargos públicos (de confiança) no Poder Executivo e da militância partidária” (Miguel, 2003: 121). Este tipo de capital está associado à atividade política desempenhada pelo indivíduo ao longo de sua trajetória ou da instituição (partido) que ele representa. Ao escolher um candidato, o partido reconhece o investimento prestado por ele à atividade partidária e o investe de um capital específico, do qual este candidato se beneficiará ao longo de sua vida política.

Vale ressaltar que as definições de capital político convertido e delegado apresentado por Bourdieu são constructos teóricos que se assemelham a tipos ideais. Na prática, o capital político não se constrói exclusivamente por delegação ou conversão, ele é resultado de uma conjugação entre essas duas espécies de capital.

1.5. O Campo Midiático

Dentro da conformação dos papéis assumidos pelas instituições sociais na contemporaneidade, é difícil imaginar que alguma esfera de produção que pretenda atingir uma determinada coletividade esteja imune à ação da mídia. Ela passou a ser o lugar onde os sentidos e significados das atividades públicas são gerados discutidos e avaliados, a tal ponto, que Craig (2004) chega a caracterizar a vida contemporânea como um fenômeno predominantemente midiático.

Se, por um lado, a imprensa escrita do século XVIII⁶ assume com caráter mais informativo, por outro, a diversificação do campo gerada pelo aparecimento do rádio, da televisão e do cinema, exige uma reorganização dos veículos de mídia. Estes passam a proceder à oferta de serviços que vão além de sua capacidade de informação e que objetivam entreter o público. “Nesse momento aumenta a demanda por produtos que possam ser consumidos no tempo livre” (Gomes, 2004: 51), em resposta, os produtores passam a oferecer, em escala cada vez maior, uma variedade de bens culturais.

O aumento do número de acessos aos meios de comunicação, gerado pela diversificação da oferta, fez com que os leitores e telespectadores fossem rapidamente

⁶ Embora a criação da imprensa remonte ao século XV, com a invenção da prensa móvel por Johannes Guttenberg (1390-1468), a “imprensa de opinião” só surge no momento em que se forma a esfera pública burguesa no século XVIII. Nesse momento a imprensa se situava fora da esfera política e era tida como um instrumento independente, uma esfera de discussão e de crítica política (Gomes, 2004).

percebidos como consumidores em potencial. Neste momento, entrou em cena um elemento que se tornaria indissociável dos veículos midiáticos: o anunciante. “A economia em escala massiva precisava tornar conhecidos seus produtos e serviços e o setor de informação tinha justamente a mercadoria mais propícia: a atenção pública” (Gomes, 2004: 50).

O campo midiático, tanto o jornalismo quanto a indústria de entretenimento (novelas, filmes, programas de auditório), passou a ser um dos grandes responsáveis pela disseminação de idéias, valores e de percepções acerca da realidade. E a influência constante dos veículos de comunicação fez com que os modelos de comportamento oferecidos ao público fossem massificados e padronizados.

Assim como o campo político, o campo jornalístico é um espaço social onde são construídos e reconstruídos valores simbólicos que determinam as práticas assumidas dentro dele. A concorrência dentro desse campo se materializa na disputa pelo lugar de fala, que associado a visibilidade e ao reconhecimento público, determinam a posição de poder e a quantidade de capital simbólico dos seus agentes.

O jornalismo como campo poderia ser bem compreendido como um sistema social voltado para a produção de informação sobre a atualidade. Toda sua distribuição de prestígio e reconhecimento está associada à capacidade, demonstrada por cada um de seus agentes, de obter informação de qualidade, relevante, com rapidez e – grau supremo de distinção – exclusiva, de redigi-la de maneira apropriada, de publicá-la e produzir com ela um efeito na realidade (Gomes, 2004: 53).

O sistema de relações existente no campo confere lugares diferentes aos seus membros. O lugar de fala dentro dele é garantido pelo capital social que cada um consegue acumular, em função disso, há uma luta interna pela *autoridade jornalística*, garantida pelo prestígio, pela reputação e pela competência. Enquanto campo, o jornalismo define suas próprias regras, seu método e suas estratégias (Gomes, 2004).

Se por um lado os condicionantes internos fazem com que a ação dos seus membros seja pautada pela busca de informações fidedignas, pela fidelidade ao fato, pelo imperativo da atualização constante e pela busca da credibilidade junto aos seus pares e ao público, por outro, eles estão sob o jugo constante do lucro, dos índices de audiências e dos números de vendagem. A percepção de que os telespectadores e

leitores são também consumidores submeteu a mídia à lógica do mercado. Como resultado, a comercialização de produtos passou a ser uma das principais atividades dos veículos de comunicação.

Vale ressaltar que a influência do campo econômico não é absoluta, e que a mídia impõe uma resistência interna a ela na medida em que jornalistas e produtores em geral são obrigados a respeitar a imposição dos códigos profissionais compartilhados dentro do campo. A rendição total a primazia econômica pode gerar retaliações pelos pares e, em última instância, o abandono do campo. No caso do jornalismo, a vigilância interna é ainda mais marcante, o compromisso com a “verdade” e com a “objetividade” serve como critério para conquistar o respeito e a credibilidade junto aos pares e como uma barreira contra a ação abusiva do campo econômico (Miguel, 2002).

Se no campo político a concorrência se dá pelo crédito do eleitor e pelo direito de falar em seu nome, no campo midiático os veículos de comunicação entram em concorrência pela audiência, pelos leitores, pelos ouvintes e por fatias do mercado. Na tentativa de conquistar esse mercado e de afirmar sua posição, o jornalista vive sob a cultura do furo, da informação exclusiva, daquilo que possa lhe garantir uma posição de destaque em meio a tantos outros.

O campo jornalístico vive sob dois grandes signos, o da velocidade, que lhe exige a obtenção e a transmissão da informação em primeira mão, e o da renovação permanente, que os obriga à atualização da informação e os coloca sob o império da novidade. Essas disposições são resultados da característica temporal da prática jornalística e do caráter perecível que as notícias possuem. O que é noticiado hoje cai facilmente no esquecimento amanhã.

Outra característica apontada por Bourdieu (1997) é a vigilância constante das atividades dos concorrentes. Esse comportamento permite aos vigilantes evitar os erros cometidos por seus adversários, além de apreender seus êxitos. Por um motivo ou por outro, um jornalista não pode desprezar os fatos noticiados por outras empresas de comunicação. Essa vigilância constante faz com que jornais e emissoras formulem suas pautas em função uma das outras. Desse comportamento, resulta a uniformização e a padronização da informação que chega ao público.

1.6. Mídia, Política e Sociedade

O desenvolvimento dos meios de comunicação provocou mudanças significativas na forma como as relações sociais são estabelecidas nas sociedades contemporâneas. Essas mudanças podem ser percebidas tanto na esfera privada, onde o contato diário e presencial passou a disputar espaço com os contatos virtuais, quanto na esfera pública. Além disso, uma série de novas exigências e constrangimentos foi imposta às pessoas públicas, causada, principalmente, pela sensação de intimidade proporcionada pelo contato televisivo.

O poder de inserção social que a mídia possui faz com que ela haja, com alguma facilidade, sobre a estrutura de outros campos. E, se a relação entre os campos é algo previsível, uma vez que os mesmos não são gaiolas de ferro intransponíveis, a medida dessa interação deve ser a garantia de autonomia dos campos envolvidos.

Em tese, a relação entre o campo jornalístico e o campo político implica um movimento em duas vias. Mas, na competição entre os agentes de um e de outro campo, o jornalismo possui a vantagem de controlar a esfera da visibilidade pública, fundamental à atividade política contemporânea. Qualquer agente que pretenda algum tipo de visibilidade deve estar atendo às rotinas e ao *modus operandi* dos veículos de comunicação de massa, isso porque “na esfera da visibilidade pública só circulam conteúdos diagramados segundo códigos e gramáticas específicas das instituições midiáticas” (Gomes, 2004: 67). A mídia oferece aos que conseguem acessá-la, um grande número de tele-espectadores, leitores e ouvintes – um público que está habituado à sua linguagem. Qualquer mensagem que lhe chegue com características distintas daquela que o rádio, o jornal e, principalmente, a TV lhe oferece todos os dias será dificilmente decodificada.

Conhecer a estrutura de funcionamento desse campo é algo fundamental para o alcance da tão almejada visibilidade. Esse conhecimento permite a formulação de conteúdos condizentes com a sua linguagem, facilitando assim a sua seleção como “fatos” ou “notícias” que merecem desfrutar de algum espaço dentro do noticiário. Além disso, é necessário que este conteúdo esteja formatado dentro do modelo adotado pelos veículos de comunicação, para que a audiência possa absorvê-lo.

Um exemplo dessa adequação é a produção de pseudo-eventos ou de fatos-notícias, acontecimentos que são cuidadosamente planejados para estampar os noticiários. As entrevistas programadas, passeatas e manifestações previamente organizadas, encontros e convenções partidárias servem bem a esse propósito⁷.

A construção de fatos e a produção de eventos estão ligadas à cultura do espetáculo que tomou conta dos veículos de comunicação. A fim de conquistar a audiência, o noticiário se revestiu de uma roupagem espetaculosa e teatral. As notícias perderam suas redes de causalidade e passaram a ser apresentadas de forma desconexa e desligada da realidade. Parte delas, estejam relacionadas a arte, a cultura, a justiça ou a política, são selecionadas pela possibilidade de exploração do seu caráter dramático, e não pela sua relevância pública.

Segundo Miguel (2002) a visibilidade proporcionada pela presença nos veículos de comunicação é cada vez mais importante para a acumulação do capital simbólico. Em função disso, os políticos estão cada vez mais atentos à forma como a sua imagem é veiculada. Com já foi dito anteriormente, o alcance da audiência depende da adoção dos códigos utilizados pelos veículos de comunicação e na tentativa de fazê-lo, o discurso político foi se tornando cada vez mais fragmentado. Miguel argumenta que embora não tenha havido uma imposição da mídia nesse sentido, houve uma adequação dos agentes do campo político às novas tecnologias, como estratégia para alcançar o grande público.

Embora Miguel reconheça que a atividade política na era da comunicação de massa precisou se adaptar às rotinas desses veículos, ele argumenta, em contraposição a Gomes (2004), que o discurso político conserva aspectos que o distingue dos demais. A linguagem assumida pelo político deve marcá-lo com “sinais de qualidade que o torna merecedor do apoio popular” (Miguel, 2006). Em função disso, ele não pode ser confundido com um animador. É preciso que o público tenha clareza a respeito da distinção entre o político e o apresentador de programas de auditório. É a natureza da alocação articulada por ele que o qualifica como membro do campo político diante dos demais.

⁷ A construção de fatos-notícias e de eventos para a mídia não se limita ao campo político. Parte dos indivíduos que pretendem cunhar uma carreira artística vive a caça de eventos que projetem a sua imagem para o grande público. O mundo das celebridades instantâneas da era *Big Brother* vive da produção desses fatos. E mesmo aqueles que já desfrutaram de um espaço cativo no mundo do espetáculo planejam cuidadosamente suas aparições públicas.

A definição da agenda é outro momento importante do jogo político onde a influência dos meios de comunicação pode ser percebida. A pauta das questões relevantes é definida majoritariamente pelos meios de comunicação, uma vez que são eles os grandes responsáveis pela formulação das questões que merecem a atenção pública. Ao selecionar determinados fatos e temas, uma série de outros assuntos é automaticamente classificada como irrelevante, ao fazê-lo, a mídia exerce uma espécie de censura invisível sobre a realidade, determinando aquilo que deve ou não ser discutido pela sociedade. Além de definir a agenda, ela enquadra os assuntos que merecem receber visibilidade em esquemas narrativos que permitem interpretá-los da forma desejada.

Embora o discurso assumido pelos jornalistas seja revestido por um tom de imparcialidade, e ainda que todos eles assumam um compromisso ético com a verdade, seria ingênuo imaginar que essa possível neutralidade exista de fato. Todas as atividades humanas passam por filtros, e parte desses filtros são resultados da ação do *habitus*. Os valores compartilhados dentro dos campos ajudam a definir aquilo que é socialmente relevante ou aceito. Esses filtros, por si só, são responsáveis pela imposição de um viés naquilo que se apresenta e na forma como se apresenta. Além disso, a posição assumida pelos agentes dentro do campo é resultado de uma série de interesses, sejam eles formados dentro dos limites que os circundam ou resultado da interlocução com agentes e interesses de outros campos.

A influência da mídia na formação do capital simbólico fez com que os políticos se cercassem de meios técnicos e de especialistas ligados à área de comunicação. Estes profissionais assumiram a missão de aproximar o discurso político da linguagem midiática. A sua atuação é particularmente perceptível em períodos eleitorais. Com o tempo as campanhas políticas assimilaram as formas e os conteúdos próprios do campo mercadológico. Dentro dessa lógica, além de eficiente, o produto oferecido teve que se tornar atraente ao público consumidor. Como resultado, as campanhas se tornaram cada vez mais próximas dos modelos publicitários.

Segundo Gomes (2004), as novas características, assumidas pelo jogo político estão presentes não apenas no momento da eleição, mas também em períodos regulares. Se no primeiro caso ela tem a função de conquistar a simpatia e os votos do eleitorado, no segundo momento ela é necessária para a manutenção da imagem comprada pelo

público. Gomes ressalta ainda que as mudanças na relação entre a política e os veículos de comunicação são resultantes de uma suposta profissionalização das campanhas, que adquiriram características muito técnicas, desfocando os partidos políticos de sua atuação.

Segundo Fritz Plasser (apud Gomes, 2004: 71-72), as novas relações estabelecidas entre política e comunicação de massa explicariam a emergência de uma “nova cultura política”, fundamentada na importância da televisão como esfera de visibilidade para as ações políticas, na emergência da publicidade política paga, no aumento dos debates políticos televisivos, no modelo de campanha focado no candidato e na profissionalização das mesmas.

A propaganda política assumiu a linguagem da publicidade comercial, por ser ela a forma mais eficiente de circulação de produtos e conteúdos simbólicos da contemporaneidade. Gomes (1994) adverte, no entanto, que a aproximação entre propaganda política e publicidade não submete a primeira ao comportamento tradicional do mercado, isso porque a circulação de conteúdos propostos pela política está sujeito a lógica social do consumo, e não à lógica do mercado propriamente dita. No modelo tradicional de mercado, os produtos são oferecidos aos consumidores em função das necessidades que eles têm ou podem vir a ter desses produtos, já na lógica social do consumo, os candidatos “são oferecidos em suas propriedades e funções conotativas e consumidos em sua capacidade de qualificar aquele que a adquire, personalizando-o ou distinguindo-o socialmente” (Gomes, 1994: 83).

Desse modo, a propaganda política não vende o candidato pelo que ele é realmente, mas pelo que sua imagem representa. As escolhas dos eleitores se fundamentam não apenas nas funções primárias dos candidatos – sua capacidade de governar com lealdade de acordo com princípios determinados –, mas também nas suas funções conotativas – atributos como juventude, modernidade, beleza, elegância, etc.

1.7. A Imagem Pública

A preocupação com a construção e disseminação desse conteúdo conotativo tem sido um fenômeno constante na disputa política. A idéia de que a imagem é importante para a obtenção de capital político não é algo novo, tal prática pode ser reconhecida em momentos diferentes no decurso da história e em regimes de naturezas distintas. Ao longo do tempo os adeptos do jogo político têm dedicado atenção cuidadosa à forma como a sua imagem chega aos que legitimam o seu poder, e têm-se utilizado dos recursos disponíveis em cada período para que as representações a seu respeito sejam formuladas da forma mais vantajosa possível. O traço particular desse fenômeno na atualidade é a sua inserção no mundo da comunicação de massa.

Todos aqueles que dependem do reconhecimento público de suas atividades, de modo especial o “mundo do espetáculo”, o “mundo da política” e o “mundo do comércio”, são também dependentes da imagem. “Esse conhecimento/reconhecimento inclui em geral tudo aquilo que se pode dizer sobre o modo como são vistos, por uma quantidade numericamente significativa de indivíduos, num intervalo variável de tempo e pessoas” (Gomes, 2004: 243).

Vale ressaltar que a imagem pública não deve ser entendida como um conjunto de componentes visuais de pessoas ou instituições. Estes podem ajudar a construí-la⁸, mas é preciso estar ciente de que ela não se limita a estes elementos. O aspecto plástico dos indivíduos – a forma como se apresentam fisicamente – está vinculado muito mais a sua identidade visual ou iconográfica do que a sua imagem pública. Esta se refere ao conjunto de conceitos e construtos que representam alguém ou algo e não à apresentação visual que os mesmos assumem.

Sobre esse aspecto Gomes argumenta que:

- É possível ter imagem mesmo daquilo que não corresponde a qualquer representação visual; o cinema hollywoodiano, o FBI (...)
- Há certas imagens públicas que não podem sequer ser traduzidas visualmente. A imagem de “ladrão” de PC Farias ou Maluf (...)
- A imagem em sentido visual nem mesmo pode ser considerada um ingrediente essencial para a construção de imagens públicas. Imagens se

⁸ Como exemplo, cita-se as mudanças percebidas na imagem pública do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva desde a sua primeira disputa pelo cargo que hoje ocupa (1998) foi acompanhada por mudanças significativas na sua apresentação visual.

fazem com ações e com discursos, principalmente e, além disso, com configurações expressivas que incluem claro, elementos visuais, ao lado de tantos outros elementos (Gomes, 2004: 250-251).

Outra associação equivocada, e realizada com frequência, se dá entre a imagem pública e a opinião pública. Essas duas formas de reconhecimento representam coisas distintas. A opinião pública se refere a um conjunto de informações, posições e juízos compartilhados por uma coletividade sobre um sujeito qualquer. Já a imagem pública diz respeito a uma série de características constitutivas da natureza de objetos ou instituições, e aos “juízos intelectuais acerca das propriedades estáveis dos sujeitos” (Gomes, 2004: 255).

A imagem pública é uma construção que pode não possuir um vínculo concreto com a realidade, algo que se liga mais a aparência do que a essência. A imagem assumida por alguém corresponde aquilo que ele parece ser e não necessariamente aquilo que ele é. Por ser resultado de um processo, essa imagem não é algo estático e definitivo, e da mesma forma como é construída pode ser desconstruída. A imagem pública se torna mais vulnerável à medida que aumenta a disponibilidade de informações sobre os atores, e que o público que a recebe se mostra flexível o suficiente para abandonar pré-conceitos sobre os indivíduos e mudar de opinião a respeito deles.

A associação entre imagem pública e política cresceu em importância social nos regimes democráticos em função da visibilidade e da “transparência” que este impõe ao jogo político. Em regimes dessa natureza há uma exigência por maior publicização dos processos e das decisões política. Em meio aos espaços de publicidade, a mídia desponta como uma esfera de visibilidade privilegiada, e como um recurso indispensável para aqueles que pretendem alguma forma de reconhecimento público.

Segundo Gomes (2004) a função política da imagem é construir um conjunto de representações simbólicas de atores ou instituições que circule com facilidade nas esferas de exposição pública, garantindo visibilidade aos mesmos. Embora a imagem seja realizada na recepção, ela começa a ser formulada no momento da emissão, a partir de um conjunto de valores e expectativas que os políticos, e seus marketeiros, reconhecem como disseminados na sociedade. Essas características são previamente

identificadas pelas pesquisas de opinião⁹. A posição do ator é acomodada aos modelos ideais que o público demonstra ter a respeito da ação política. A assimilação da imagem projetada não é resultado de um fato eventual, mas de um processo longo e duradouro.

Embora a imagem pública seja resultado de um processo cuidadoso de construção, não há um conjunto de leis específicas que lhe garantam objetividade na leitura dos conteúdos disseminados. Não existe um controle absoluto sobre a recepção da imagem, esta depende do conjunto de ferramentas que cada um possui para decodificar as mensagens que recebe. Essas ferramentas estão adequadas a características que fogem ao controle dos emissores, como inclinação política, desejos e percepções sobre a realidade. Gomes (2004: 289) adverte que uma forma de contornar esse obstáculo é conhecer bem o público que deseja alcançar, seus “quadros hermenêuticos, a natureza dos extratos que os constituem e a possibilidade de aproveitar os seus elementos ou alterá-los para evitar a distorção sistemática na decodificação”.

Outro obstáculo é a constante disputa política entre os adversários, que se dedicam não apenas a construção de sua própria imagem, mas a desconstrução da imagem do outro. Por fim, os atores envolvidos no jogo simbólico de produção das imagens são obrigados a lidar com o fato de que o controle sobre a sua recepção está muito mais próximo dos veículos de comunicação do que do campo político propriamente dito, aspecto que já foi discutido nas seções anteriores.

1.8. O Escândalo Político

Com o desenvolvimento da comunicação de massa a atividade política ganhou maior visibilidade pública, o que por um lado criou grandes oportunidades, especialmente para aqueles que conseguiram estabelecer relações mais próximas com os veículos de comunicação, seja pelo poder político que dispõe seja pela afinidade com os ideais e interesses de parte dessas instituições. Por outro lado, a massificação da informação expôs os políticos a uma constante vigilância, o que acarretou novos riscos ao poder na era da visibilidade da mídia.

⁹ Isso ajuda a explicar o *boom* das pesquisas de opinião, especialmente em momentos eleitorais.

Aspectos da vida privada passaram a ser expostos como se tivessem relevância pública, com isso, esses indivíduos se viram diante da necessidade de exercer uma administração cuidadosa da própria visibilidade. Ainda que esses atores tenham se cercado de profissionais específicos para auxiliá-los na tarefa de produzir e publicizar imagens que possam gerar dividendos políticos, a visibilidade está longe de ser um fenômeno completamente controlável, e a perda de controle sobre ela pode gerar prejuízos políticos significativos.

Thompson (1998) destaca quatro ocasiões em que a visibilidade pode fugir ao controle dos políticos e potencializar aspectos negativos da sua conduta: as gafes, o desempenho de efeito contrário, o vazamento e o escândalo. O problema mais frequente no campo político são as gafes, elas acontecem em função da dificuldade que o indivíduo tem de controlar o próprio comportamento. Já o desempenho de efeitos contrários é resultado de uma avaliação equivocada a respeito de uma ação, de tal forma que ela acaba gerando efeitos não desejados.

O vazamento e o escândalo são categorias mais próximas, sendo que o vazamento tem um alcance público menor. Este acontece quando alguém decide revelar fatos ou informações que deveriam ser consideradas sigilosas ou permanecerem sobre o domínio de um grupo específico. Os escândalos, por sua vez, representam um desvio de conduta, uma ação que transgride um conjunto de normas ou expectativas pré-estabelecidas dentro de um determinado campo, e que em algum momento são reveladas ao público. A repercussão dos escândalos e as suas conseqüências dependem da capacidade que cada um tem de administrar a própria visibilidade e de neutralizar os efeitos de acontecimentos e comportamentos que possam lhe causar danos políticos.

O impacto da comunicação de massa sobre o alcance dos escândalos e sobre suas conseqüências lhe conferiu características novas. Os escândalos são cada vez mais teatralizados e apresentados pela mídia com requintes de uma “novela da vida real”. A mídia decidiu comprá-los no momento em que se deu conta de um princípio básico: o escândalo vende, gera audiência e prende a atenção do público.

O aparecimento do escândalo político como fenômeno midiático está inserido em um contexto de transformações sociais, dentre as quais figura a redefinição entre o público e privado. O conceito de coisa pública é tradicionalmente referido aquilo que é

aberto e acessível ao público, ao passo que a esfera privada diz respeito a aspectos restritos da vida particular dos indivíduos. Dessa forma, as práticas relacionadas ao Estado, ou dele derivadas, são de natureza pública, já as relações pessoais, incluindo a atividade econômica, fazem parte do círculo privado que cada um frequenta. Thompson (1998) argumenta que a partir do século XIX, as fronteiras entre essas duas esferas foram se atenuando, de modo que as linhas que protegiam os assuntos de foro íntimo e privado foram sendo desarticuladas, facilitando a sua exploração pública.

Segundo a definição de escândalo político apresentada por Markovits e Silverstein (apud Thompson 2002: 124) o que o caracteriza como tal é a natureza da transgressão realizada, esta só é caracterizada como escândalo político na medida em que viola regras e procedimentos “legalmente obrigatórios que governam o exercício do poder político”. Nesse sentido, esse tipo de escândalo não está associado ao *status* dos indivíduos, mas ao tipo da violação assumida e a sua relação com os processos e procedimentos aceitos dentro do campo, caracterizando o abuso de poder.

Thompson argumenta que essa definição torna o escândalo algo muito restrito. Embora os abusos de poder possam ser a base para vários deles, há uma sorte de outros comportamentos que podem ser considerados como escândalos políticos. Exemplos mais comuns são as transgressões sexuais e as irregularidades financeiras.

Os escândalos sexuais na esfera política ocorrem quando há uma violação de normas e códigos morais que governam a conduta sexual dos indivíduos. Embora a vida sexual diga respeito exclusivamente a esfera privada, ela é condicionada por uma série de valores compartilhados socialmente. A transgressão desses valores por pessoas que possuem notoriedade pública ocasiona, no mínimo, prejuízos a sua credibilidade.

O exemplo emblemático de escândalo sexual citado por Thompson é o caso Profumo, um episódio de adultério entre o Ministro da Guerra do Governo Harold Macmillan e a dançarina Christine Keeler. Na sucessão de eventos que ocorrem desde o encontro dos dois em 1961 estão presentes todos os ingredientes de um escândalo sexual clássico: “um caso clandestino de adultério, um conflito potencial de interesses, transgressões de segunda ordem e uma cadeia de revelações sobre o péssimo ambiente

que se ocultava por detrás da alta sociedade londrina da década de 60” (Thompson, 2002: 166)¹⁰.

Os escândalos financeiros implicam a violação de normas que determinam a aquisição e a alocação de recursos. Via de regra, eles revelam ligações impróprias entre o poder econômico e político. Diferentemente dos escândalos políticos, eles, freqüentemente, resultam na instauração de processos judiciais, uma vez que transgressões dessa ordem possuem sanções previstas nos códigos legais¹¹.

Embora os escândalos políticos não sejam fenômenos específicos das democracias liberais, a forma de organização política dessas sociedades favorece o seu aparecimento e os tornam mais freqüentes. As democracias modernas exigem dos políticos um cuidado especial com a formação de sua imagem pública, uma mancha na reputação pode significar uma perda significativa de capital simbólico. Desse modo, a possibilidade de gerar um escândalo passou a ser um trunfo nas mãos dos adversários políticos.

Instigados pela configuração eleitoral dos sistemas democráticos, baseado na competição, os candidatos ao voto do eleitor não tardam em atacar seus opositores, utilizando entre outras ferramentas a promoção ou até a construção de escândalos. E como já foi dito, a existência de uma imprensa livre e cada vez mais interessada em fenômenos que possam chamar a atenção do espectador, favorece a articulação desses escândalos e aumenta o seu alcance.

É possível identificar escândalos em várias esferas – religiosa, econômica, artística, científica – mas, aqueles que dependem da visibilidade pública são particularmente mais vulneráveis a eles, isso porque dependem de uma certa aprovação social para que consigam êxito no exercício de suas atividades. O campo político, por exemplo, valoriza de modo especial a reputação de seus agentes na composição de poder simbólico. Esse poder é fundamental para o exercício da atividade política, uma vez que é a partir dele que se consegue convencer, conquistar e influenciar atores e

¹⁰ Um exemplo mais recente, e também emblemático, é o do ex-presidente dos EUA, Bill Clinton, e a então estagiária da Casa Branca, Mônica Lewinsky. O caso mantido entre os dois teve início em 1995 e se estendeu por dezoito meses. Em 98 o escândalo veio à tona, com riqueza de detalhes que revelavam a intimidade do “casal”, como a prática de sexo oral no Salão Oval da Casa Branca.

¹¹ Um exemplo de escândalo financeiro que tem ocupado tempo significativo dos veículos de comunicação no Brasil foi o caso do mensalão.

processos dentro do campo. A desconfiguração desse capital simbólico representa uma perda do poder de barganha e de articulação.

Desse modo, os escândalos políticos são preocupantes porque podem alterar de forma significativa a imagem dos seus atores. Uma vez que a sobrevivência política depende da construção e da retro-alimentação da imagem pública, os políticos se tornam extremamente vulneráveis diante da possibilidade que os escândalos têm de manchá-la e de reduzir o seu estoque de capital simbólico.

Em resumo, a vida social e política estão sobre uma forte influência da mídia. A sua utilização como principal fonte de informação, de disseminação de valores e idéias e de acesso a bens culturais fez com que ela crescesse em importância no mundo contemporâneo. Dos aspectos domésticos e rotineiros às questões de interesse nacional, lá está ela, impondo sua presença, e oferecendo modelos de comportamento e de conduta facilmente assimilados pelo público.

A influência exercida por ela na prática política é facilmente perceptível na adoção de recursos de linguagem próprios do campo midiático pelo discurso político, na utilização da televisão como meio de comunicação por excelência com o eleitor, na construção de cenários de representação onde a atividade política se desenvolve e nos riscos da exposição de aspectos da vida privada.

Embora a relação entre mídia e política seja reconhecidamente desigual, uma vez que aquela controla a esfera da visibilidade, tão importante para o desenrolar do jogo político, há que se ter cuidado na adoção de uma posição determinista ao analisar o intercâmbio entre esses dois campos. Todos os campos possuem estratégias próprias de defesa contra influência exagerada de elementos externos, disso depende a sua sobrevivência enquanto campo.

É preciso evitar abordagens que se limitam a denunciar a descaracterização da política em função da adoção de estratégias do campo midiático, econômico ou de qualquer outro. Por mais que o discurso político tenha assimilado códigos específicos da comunicação de massa, ele guarda características próprias que lhe garantem um isolamento, e que torna o campo inacessível aos leigos.

Além disso, é preciso ter claro que a influência da mídia sobre os agentes do campo político não acontece de maneira uniforme. A natureza da relação entre os agentes de um e de outro campo depende da posição ocupada dentro do campo político e da quantidade de capital simbólico acumulado. Atores que estão situados na periferia do campo são facilmente constrangidos e recebem pouca atenção da mídia, ao passo que atores situados no centro do campo não só desfrutam de grande atenção da imprensa, como detêm a capacidade de pautar o noticiário (Miguel, 2002).

O poder exercido pela mídia sobre o campo político não deve ser confundido com uma sobreposição da esfera política. A legitimidade das instituições não é obscurecida pela ação dos veículos de comunicação, que não questionam o lugar de fala da política e, pelo contrário, se adaptam às definições desse campo.

Segundo Miguel (2002) a mídia pode ser pensada como uma esfera de representação política, uma vez que ela assume a função difusora de projetos políticos, de percepções e de aspirações sobre a realidade social. O problema dessa representação está no fato de que os modelos apresentados estão de acordo com as perspectivas de uma minoria e não representam a pluralidade e a diversidade social.

Qualquer análise que pretenda desvendar a relação entre mídia e política deve ir além dos reducionismos e reconhecer as tensões que marcam a complexa rede de influência entre eles. Essa influência ocorre de forma recíproca e é condicionada por interesses, disputas, resistências e composições entre os agentes dos dois campos.

CAPÍTULO 2

SOBRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Este capítulo apresenta um breve histórico sobre o processo de constituição da Câmara dos Deputados no Brasil e traça um perfil desta Instituição, que é parte constitutiva do Poder Legislativo e órgão máximo de representação popular no país. Com esse objetivo são abordados elementos relacionados a sua composição, suas funções, seu quadro político e administrativo, bem como sobre as normas que regem a conformação de suas atividades internas, dentre elas a escolha daquele que deve ocupar a presidência da Casa.

Do mesmo modo, pretende-se fazer um apanhado geral sobre o contexto político que favoreceu a eleição de Severino Cavalcanti para o exercício de um dos cargos de maior autoridade dentro do Congresso Nacional. Por fim, são destacados os pontos mais importantes da biografia política desse deputado, eleito Presidente da Câmara em fevereiro de 2005.

2.1. Breve Histórico sobre a Câmara dos Deputados no Brasil

As análises dos textos das primeiras sessões plenárias ocorridas no ano de 1826 ilustram o incipiente processo de organização do poder legislativo no Brasil. Carentes até mesmo de uma estrutura adequada ao bom funcionamento das Casas que constituíam a representação legislativa nacional, os parlamentares que compunham a primeira legislatura (1826-1829), empenhavam-se, ainda em 1826, na organização física da Instituição que seria, por definição teórica, responsável pela organização política, administrativa e econômica da recente nação que se formava.

Essa observação nos conduz a duas reflexões que, embora distintas, estabelecem vínculos entre si. Em primeiro lugar, é necessário observar que o exercício legislativo no Brasil, a partir de uma conformação institucionalizada, é relativamente recente, e nos remete à década de 1820. Em outras palavras: ainda que ao longo dos três séculos que separam o desembarque de Cabral no litoral da Bahia da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, nós tenhamos exercitado, de diversas formas, a prática legislativa, apenas com a Independência política de 1822 essa prática adquire forma institucional no país.

Em segundo lugar o processo de implantação do Poder Legislativo entre nós, surge como resposta às demandas apresentadas a partir de uma nova organização. Isso equivale a dizer que a autonomia política, alcançada no início do século XIX, desvenda um novo cenário que exige novas práticas políticas, administrativas e culturais.

Esta breve introdução pretende traçar um panorama sobre a conformação da Câmara dos Deputados desde sua criação pela Constituição de 1824, partindo de um quadro geral sobre a organização e o funcionamento do Poder Legislativo.

2.1.1 Do Império à República

A Instituição da Câmara dos Deputados enquanto componente do sistema político brasileiro, surge com a outorga da primeira Carta constitucional no ano de 1824. Esta procurava inaugurar uma estrutura representativa semelhante àquela adotada após as revoluções liberais que assolaram a Europa nas primeiras décadas do século XIX.

Embora a conformação política criada com a outorga da Constituição em março 1824 estabelecesse a formação do Poder Legislativo, suas atividades só tiveram início dois anos depois, no dia 29 de abril de 1826, quando foi realizada a primeira sessão preparatória do Parlamento brasileiro. Os trabalhos foram oficialmente abertos no dia 6 de maio do mesmo ano, na sessão solene de abertura da Assembléia Geral Legislativa, da qual participavam a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Senadores.

Ao longo do primeiro reinado, a função legislativa encontrou resistência no poder Moderador, instituído pela Constituição de 1824, o qual outorgava-se o poder de aprovar ou não as determinações emanadas do Legislativo, nomear Senadores e, ainda,

dissolver a Câmara dos Deputados de acordo com a vontade do Imperador. O centralismo político defendido por Pedro I e, as práticas absolutistas desse monarca, criaram um clima desfavorável à relação entre o Executivo e o Legislativo.

Com a abdicação de Pedro I inaugura-se um período singular na história do Brasil. Seguindo as determinações da Constituição de 1824 o Parlamento, diante da incapacidade do herdeiro ao trono, instala a Regência que funcionaria até o ano de 1840. O período regencial, conhecido como a “experiência republicana”, é marcado pelo exercício do poder pelo Parlamento, através de seus representantes alçados à condição de regentes.

Com o fim da Regência inicia-se o reinado de Pedro II, já em 1840. Nesse período o exercício do Poder Legislativo no Brasil obedeceu aos preceitos determinados na Constituição de 1824. Ao longo das quase cinco décadas do segundo reinado, a Câmara dos Deputados foi constantemente dissolvida por Pedro II, no exercício do Poder Moderador.

Ao todo, a Câmara passou por 20 (vinte) legislaturas. A 21ª legislatura, que seria instalada em novembro de 1889, foi suspensa, ainda durante suas sessões preparatórias, por ocasião da proclamação da República.

À partir de então, os trabalhos na Câmara dos Deputados e do Senado ficaram suspensos por aproximadamente um ano. Em 1890 foi convocado o Congresso Nacional Constituinte, com o objetivo de elaborar a primeira Carta Constitucional republicana brasileira. O Congresso Nacional funcionou até fevereiro de 1891, período em que foi promulgada a segunda Constituição de nossa história.

O texto da nova Constituição estabelecia o mandato de quatro anos para os deputados e um período de oito anos para o exercício do mandato dos Senadores, que eram vitalícios até então. A determinação de que o Presidente da Câmara deve ser a segunda pessoa na ordem de sucessão do Presidente da República é também firmada a partir da Constituição 1891.

Durante a República, a atuação do Poder Legislativo passou por momentos de intensa movimentação política, alguns de natureza tão conturbada que levaram ao seu fechamento, como em 1930 com o golpe político que levou Getúlio Vargas ao poder.

No período que se estende de 1930 a 1934, que corresponde ao Governo provisório de Getúlio, o Poder Legislativo esteve em recesso, sendo reconvocato em 1933 como Assembléia Nacional Constituinte. Após a promulgação da Constituição de 1934 e a realização de eleições indiretas para a presidência da República, o Legislativo funcionou normalmente até o ano de 1937.

Com um novo golpe político, a instalação do Estado Novo em 1937, Getúlio volta a colocar o Parlamento em recesso. Durante oito anos o poder Legislativo no Brasil foi exercido pelo Presidente que acumulava todas as funções legislativas. Apenas em 1945, com o fim da chamada Era Vargas e a convocação de uma nova Assembléia Nacional Constituinte, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal voltam a compor a representação do Poder Legislativo.

No período que se estende de 1945 a 1964, sob a regência de um novo texto constitucional, o Legislativo funcionou normalmente. Com o golpe militar de 1964 novo panorama interfere no funcionamento do Legislativo. Durante o período militar que se estende até 1985, o Congresso Nacional tem recesso decretado por três vezes, sendo o mais longo deles entre outubro de 1968 e dezembro de 1969. O ato Institucional nº 4 (AI-4) convoca extraordinariamente o Congresso Nacional para a elaboração de um novo texto constitucional em janeiro de 1967 é promulgada a 6ª Constituição brasileira. Durante o recesso parlamentar entre 1968 e 1969 é outorgada a emenda constitucional nº 1 que, dentre outras medidas, facultava o Poder Executivo o direito de legislar no lugar do Parlamento.

Em 1985 um governo civil é novamente reconduzido ao poder. Depois de uma transição negociada, Tancredo Neves é eleito Presidente da República pelo voto indireto. Tancredo morre antes mesmo de ser empossado, em seu lugar assume o Vice-Presidente José Sarney.

No ano de 1988 é promulgada a Carta Constitucional da Nova República, cujo texto original vigora até hoje, apesar das inúmeras emendas e da revisão feita entre 1993 e 1994. Nela estão estabelecidas as funções do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados que serão pormenorizadas na seção seguinte.

2.2. Aspectos Institucionais da Câmara dos Deputados na Nova República

A Constituição de 1988 afirma a posição da Câmara dos Deputados como um dos órgãos constituintes do Poder Legislativo no Brasil. Seus representantes são eleitos pelo voto popular em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, para mandatos de quatro anos. Além dela, o Poder Legislativo é formado pelo Senado Federal, órgão de representação dos Estados, também eleito pelo voto popular, para mandatos de oito anos.

Juntos, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal formam o Congresso Nacional, cuja função, em linhas gerais, é legislar sobre matérias de interesse nacional e proceder à fiscalização financeira e orçamentária da União. O modelo legislativo adotado pelo Brasil prevê a manifestação das duas Casas na elaboração das leis. Desse modo, um projeto de lei, antes de aprovado, deve ser submetido tanto a apreciação do Senado quanto da Câmara, com exceção apenas para as matérias que têm legislação exclusiva.

Sob a competência exclusiva da Câmara dos Deputados estão: a autorização de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os ministros de Estado; a tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas no prazo estabelecido pela Constituição; a elaboração de seu regimento interno; a disposição sobre a sua organização, sobre a criação e extinção de cargos, bem como sobre a remuneração de seus funcionários; e a eleição dos membros do Conselho da República (art. 51º da Constituição Federal).

As eleições para a Câmara e para o Senado seguem critérios diferenciados, enquanto os senadores são eleitos pelo voto majoritário, os deputados são escolhidos pelo sistema proporcional. A Constituição Federal determina que o número de

deputados eleitos em cada Estado deve ser proporcional a sua população, “procedendo-se os ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas Unidades da Federação tenha menos de oito e mais de setenta deputados” (art. 45º da Constituição Federal). A Lei Complementar n.º 78, de 30 de dezembro de 1993, estabelece que o número de deputados não pode ultrapassar quinhentos e treze.

De acordo com o sistema proporcional, o montante de deputados a serem eleitos por cada Estado é estabelecido pelo número de habitantes, e o número de candidatos por partido é determinada pelo total de votos que cada um deles recebe na eleição. Os candidatos mais votados em cada legenda ocupam as cadeiras destinadas ao partido.

A tabela abaixo mostra a distribuição dos deputados federais por Estado a partir das últimas eleições para a Câmara dos Deputados, em 2002.

Tabela 1 - Número de deputados federais distribuídos por Estado, 2002.

Estado	N. de deput.	Estado	N. de deput.
Acre	8	Paraíba	12
Alagoas	9	Pernambuco	25
Amazonas	8	Piauí	10
Amapá	8	Paraná	30
Bahia	39	Rio de Janeiro	46
Ceará	22	Rio Grande do Norte	8
Distrito Federal	8	Rondônia	8
Espírito Santo	10	Roraima	8
Goiás	17	Rio Grande do Sul	31
Maranhão	18	Santa Catarina	16
Minas Gerais	53	Sergipe	8
Mato Grosso do Sul	8	São Paulo	70
Mato Grosso	8	Tocantins	8
Pará	17		
Total			513

Fonte: site da Câmara dos Deputados – www.camara.gov.br

2.2.1. A Estrutura da Casa

A estrutura organizacional da Câmara dos Deputados é definida pelo seu Regimento Interno (RICD), aprovado pela resolução nº 17 de 1989. Nele fica estabelecido que seus principais órgãos são: a Mesa Diretora, com presidência e vice-

presidência, as secretarias e as comissões, em um total de quatro secretarias e vinte comissões permanentes.

A Mesa Diretora é o órgão máximo na estrutura organizacional da Câmara, ela é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos. É um órgão colegiado, integrado por sete deputados eleitos entre os parlamentares da Casa. O Presidente da Mesa acumula a função de Presidente da Câmara, cabe a ele representá-la quando esta se pronunciar coletivamente.

Tanto a Mesa Diretora quanto o Presidente, são assessorados pela Secretaria-Geral da Mesa (SGM), órgão que tem ainda a função de acompanhar as sessões plenárias e demais eventos de natureza técnico-política relacionados às atividades legislativas.

Na organização de suas atividades, a Câmara conta ainda com a Diretoria-Geral, responsável pelo planejamento e pelo controle das rotinas administrativas. Esta é auxiliada por outras três diretorias: Administrativa, de Recursos Humanos e Legislativa.

Assim como a Mesa, as comissões são órgãos colegiados formados por deputados eleitos pelo voto popular, onde é assegurado, sempre que possível, a representação dos partidos ou dos blocos parlamentares (art. 58º da Constituição Federal). As comissões podem ser permanentes ou temporárias. As permanentes fazem parte da estrutura institucional da Casa e são co-participantes no processo legislativo. Sua finalidade é “apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação” (art. 22 do RICD). As comissões temporárias têm caráter pontual, são criadas para apreciar um assunto específico, extinguindo-se ao término da legislatura ou quando sua finalidade for alcançada.

O Regimento Interno da Câmara (RICD) prevê ainda a constituição da Procuradoria, da Ouvidoria Parlamentar e do Colégio de Líderes. Este é constituído pelos líderes dos partidos, dos blocos parlamentares, da maioria e da minoria. O Presidente da República pode indicar um líder e cinco vice-líderes para exercer a

liderança do governo. Este colegiado é responsável, entre outras coisas, pela indicação dos deputados que deverão compor as comissões e pelo registro dos candidatos que irão concorrer aos cargos da Mesa Diretora. Além disso, o Colégio de Líderes divide algumas funções importantes com o Presidente da Casa, como a organização da pauta de votação a ser apreciada em plenário.

A Procuradoria Parlamentar é o órgão responsável pela defesa da Câmara e de seus membros perante a sociedade, quando atingidos em sua honra ou imagem em função do exercício do mandato. Ela é composta por onze membros, designados pelo Presidente da Câmara, para mandatos de dois anos (art. 21º do RICD). Além dos procuradores, o Presidente da Casa indica ainda três deputados que deverão se responsabilizar pelas atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, estes devem receber, examinar e encaminhar aos órgãos responsáveis as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas (art. 21º do RICD).

A Resolução nº 25, aprovada em 2001, instituiu o Código de Ética e Decorro Parlamentar, onde são estabelecidos os princípios éticos e as regras de decoro que devem orientar o deputado no exercício de seu cargo. Juntamente com o Código de Ética foi criado o Conselho de Ética, responsável pela observância dos preceitos estabelecidos no Código em questão, e pela aplicação das penalidades previstas em casos de descumprimento das regras de decoro.

2.2.2. Sobre as Funções da Mesa e do Presidente da Casa

Como foi dito anteriormente, o Presidente da Câmara dos Deputados é responsável, simultaneamente, pela direção da Casa e da Mesa Diretora. Esta é composta por duas secretarias, a primeira formada por um presidente e um vice-presidente, e a segunda por quatro secretários. As funções da Mesa, do Presidente e da Primeira Secretaria são estabelecidas pelo Regimento Interno. As funções dos demais secretários e dos suplentes são fixadas por ato da própria Mesa, publicado após a sua constituição. Via de regra, essas funções não são modificadas com a nova formação, procedendo-se apenas a re-publicação de suas atribuições a cada eleição.

As funções da Mesa Diretora são estabelecidas pelo art. 15º do Regimento Interno, dentre as quais podem ser destacadas: a promulgação de emendas à Constituição, juntamente com a Mesa do Senado; a proposição de ato de inconstitucionalidade por iniciativa própria ou por requerimento de deputado ou comissão; a adoção de medidas cabíveis para a constituição de defesa judicial dos deputados no exercício de seus mandatos; o estabelecimento, sob consulta prévia ao colégio de líderes, do número de deputados por partido ou por bloco que devem compor cada comissão permanente; a aplicação de penalidade e a declaração de perda do mandato dos deputados, nos casos previstos pela Constituição Federal; a disposição sobre a organização, administração, polícia, cargos e remunerações da Casa e o encaminhamento de sua prestação de contas ao Tribunal de Contas da União ao final de cada exercício financeiro.

A importância política atribuída ao cargo de Presidente da Mesa se deve ao fato deste ser o responsável não apenas pela organização da sessão legislativa¹², mas também pela formação da agenda da Câmara. O controle da agenda se refere à capacidade de formar a pauta de votação, definindo as propostas que devem ser analisadas em cada sessão legislativa.

Em um ritmo de tramitação normal, os projetos, ao serem apresentados, são recebidos pela Mesa e posteriormente numerados e publicados no Diário da Câmara. A partir de então eles estarão prontos para iniciarem o processo de tramitação. Eles serão enviados às comissões que apreciarão o mérito e à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que deverá examinar a sua “constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa”. Caso estejam envolvidas questões financeiras ou referentes ao orçamento público o projeto deve passar obrigatoriamente pela Comissão de Finanças e Tributação.

Uma vez realizada a análise das comissões, os projetos são encaminhados para o Presidente da Casa para que sejam publicados no Diário da Câmara e incluídos no pequeno expediente da sessão seguinte. Cumprido o interstício estabelecido pelo

¹² O art. 17º do RICD, estabelece que o Presidente da Casa deve presidir as sessões, sendo responsável pela manutenção da ordem durante o seu exercício, concedendo a palavra aos deputados, advertindo e interrompendo o orador, convidando o deputado a se retirar do plenário quando este comprometer a ordem e suspendendo a sessão quando julgar necessário.

Regimento, o projeto está pronto para ser incluído na ordem do dia e ser votado. Normalmente, esse processo é demorado, principalmente em períodos em que o número de proposições a serem analisadas pelas comissões é muito alto, como no final das legislaturas. Um projeto pode esperar a inclusão na pauta de votação por meses. Muitos são arquivados antes mesmo de chegarem ao plenário.

O poder de agenda do Presidente da Casa é estabelecido pelo art. 17º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, onde fica estabelecido que é responsabilidade sua¹³:

- Encaminhar à discussão a matéria a isto destinada, destacando os pontos que devem ser submetidos à votação.
- Organizar a agenda mensal de votação, sob consulta prévia ao Colégio de Líderes.
- Designar a ordem do dia das sessões, observando a agenda mensal.
- Convocar as sessões legislativas e distribuir as matérias entre as comissões competentes.
- Definir a retirada de determinada proposição da ordem do dia.
- Despachar requerimentos e determinar o seu arquivamento ou desarquivamento.

Dois pontos merecem ser destacados no que se refere à formação da agenda. Primeiro, a prerrogativa de defini-la não é competência exclusiva do Presidente da Casa. Ela é, na realidade, resultado de uma negociação com o Colégio de Líderes. Estes são peças importantes na organização e na definição dos trabalhos legislativos dentro da Câmara dos Deputados. É nas reuniões do Colégio de Líderes onde são feitas as negociações políticas que definem as proposições que devem ir ao plenário. As resoluções dessas reuniões devem, sempre que possível, ser tomadas por consenso. Quando este não for alcançado, as decisões são tomadas por maioria absoluta dos votos, sendo que o voto de cada líder é ponderado pelo tamanho de sua bancada.

¹³ O art. 17º do RICD estabelece ainda que é vedado ao Presidente da Casa, tomar parte nas discussões em plenário, apresentar proposições, salvo em casos de propostas sob iniciativa exclusiva da mesa e votar em plenário, quando a votação for ostensiva (voto aberto). O presidente só participará das votações ostensivas em caso de empate.

Observa-se que, desse modo, a formação da agenda não está submetida exclusivamente ao poder regimentalmente conferido ao Presidente, ela é resultado de um jogo de trocas e negociações onde o partido ou bloco parlamentar com maior bancada tem um poder de barganha privilegiado.

Outro aspecto importante a ser destacado é a possibilidade de alteração da agenda estabelecida pelo Presidente e de inclusão de matérias que não haviam sido previamente agendadas. Esta prática é possibilitada pela prerrogativa do pedido de urgência. As matérias sob regime de urgência são incluídas automaticamente na ordem do dia para discussão e votação.

O pedido de urgência pode ser feito por dois terços da Mesa, em caso de matérias de sua competência; por um terço dos membros da Câmara, ou líderes que representem esse número; ou por dois terços dos membros da comissão competente (art. 154º do RICD). Limongi e Figueiredo (1998: 47) argumentam que “na prática, a urgência tende a ser deliberada nas reuniões do Colégio de Líderes. Os líderes submetem o requerimento ao plenário e, quando há acordo entre eles, obtêm a aprovação tranqüila deste, via votação simbólica”.

2.2.3. A Eleição para a Presidência

O mandato de Presidente da Casa, bem como dos demais membros da Mesa, tem duração de dois anos. A eleição é feita no dia 02 de fevereiro e o processo eleitoral é conduzido pela Mesa da sessão anterior. Vencido os dois anos de mandato, a sessão preparatória para a eleição da Mesa será realizada na primeira quinzena de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura. O *quorum* mínimo exigido para que a eleição ocorra é de 257 deputados (art. 6º do RICD).

A eleição é feita pelo voto secreto em dois turnos, vence em primeiro turno aquele que obtiver maioria absoluta e em segundo, o que obtiver maioria simples. O registro dos candidatos deve ser feito junto a Mesa, individualmente, pelo partido ou pelo bloco parlamentar que ele representa, seguindo o critério da representação proporcional.

Este critério assegura que, tanto quanto possível, a composição da Mesa deve seguir a proporcionalidade dos partidos ou dos blocos parlamentares representados na Câmara. Dessa forma, os partidos ou blocos indicam um candidato oficial para o cargo que lhe aprouver de acordo com o tamanho de sua bancada.

O cálculo da proporcionalidade é feito pela divisão do número de deputados eleitos (513) pelo número de cargos a serem ocupados (7). Todo partido ou bloco que tiver 47 deputados ou mais ($513/7$) terá um lugar garantido na Mesa. O primeiro cargo, o de Presidente, é escolhido pelo partido que possui a maior bancada e assim sucessivamente (Foschete, 2006).

Vale observar que, com a resolução nº 34 de novembro de 2005 as vagas destinadas a cada partido passaram a ser definidas pelo número de candidatos eleitos pela agremiação e não mais pelo número de deputados observados no momento da eleição da Mesa. Essa mudança foi feita com o objetivo de evitar manobras políticas e mudanças temporárias de legenda.

O partido com maior número de candidatos eleitos em 2002 foi o PT, com 91 deputados (tabela 2) esse resultado lhe garantiria a escolha do Presidente da Casa, ainda que os seus membros migrassem para outra legenda. No momento da eleição da Mesa, na qual Severino Cavalcanti foi eleito, em fevereiro de 2005, a resolução nº 34 ainda não havia entrado em vigor, mas como o PT ainda possuía a maior bancada (90 deputados), era dele a prerrogativa de indicar o Presidente.

Tabela 2 - Bancada partidária da Câmara dos Deputados , 2002 (Titulares)

Estado	N. de deput.	Estado	N. de deput.
PT	91	PC do B	12
PFL	84	PRONA	6
PMDB	75	PV	5
PSDB	70	PSD	4
PPB	49	PST	3
PTB	26	PMN	1
PL	26	PSC	1
PSB	22	PSDC	1
PDT	21	PSL	1
PPS	15		
Total		513	

Fonte: site da câmara dos deputados: www.camara.gov.br

A esse respeito vale citar as inúmeras denúncias de trocas casuísticas de legenda ocorridas na eleição para a Mesa. O PTB elegeu 26 deputados e no momento da eleição tinha 51, o PL pulou de 26 para 46, o PSDB caiu de 70 para 53 e o PFL de 84 para 64.

Outro ponto que merece destaque na resolução 34/2005 é a determinação de que a vaga na Mesa Diretora pertence ao partido ou ao bloco parlamentar, e não ao deputado. Caso algum de seus componentes mude de legenda, ele perde automaticamente seu lugar na Mesa.

Embora a indicação dos candidatos oficiais seja feita pelo partido, fica garantido a qualquer deputado apresentar-se individualmente como candidato para o cargo que couber a sua agremiação no cálculo da proporcionalidade. Essas candidaturas são consideradas avulsas. Realizada a eleição, a apuração dos votos para a presidência da Casa é feita imediatamente, os votos dos demais cargos só serão apurados após a escolha do Presidente. Se algum cargo da Mesa ficar vago antes de concluído os dois anos de mandato, deverá ser convocada uma nova eleição, a ser realizada no prazo de cinco sessões.

O Regimento Interno abre espaço para que a indicação para os cargos da Mesa, incluindo o de Presidente, seja feita a partir de uma negociação entre os partidos. Nesse caso, os acordos firmados se sobrepõem aos critérios de indicação para os cargos descritos no art.º 8 do RICD. Segundo Foschete (2006), na prática, a escolha do Presidente é resultado de um acordo entre os partidos, onde há a preocupação em evitar que a mesma agremiação partidária ocupe a presidência da Câmara e do Senado. A eleição de Severino Cavalcanti é um exemplo na história da Câmara dos Deputados em que esse acordo não foi alcançado.

2.3. O Contexto Político¹⁴

Segundo alguns analistas políticos, a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2005 revelou um dos momentos de maior desarticulação interna do Partido dos Trabalhadores, onde a cúpula, acusada de autoritária, e a base não conseguiram chegar a um consenso mínimo capaz de indicar um candidato do governo para a disputa do cargo.

Entre os nomes indicados pela bancada do partido para concorrer à presidência da Casa, e submetidos à apreciação de seus membros, o mais votado foi o de Virgílio Guimarães, com 47 votos. Luiz Eduardo Greenhalgh foi o terceiro mais votado, com 39 votos. Embora o nome de Virgílio tenha recebido maior aceitação entre os deputados da base, a escolha do partido foi por Greenhalgh, que foi apresentado como candidato oficial.

Não satisfeita com a indicação, parte da base governista resolveu manter a candidatura de Virgílio Guimarães¹⁵, promovendo um momento inusitado na história da Câmara, onde dois candidatos do partido de maior bancada se apresentaram como concorrentes na disputa pelo cargo de Presidente da Casa.

A desarticulação interna do partido governista é um dos fatores apontados como responsáveis pela força adquirida pelas candidaturas avulsas, como a de Severino Cavalcanti, que até então era considerada inexpressiva.

Cinco candidatos participaram da disputa para a presidência: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT), Virgílio Guimarães (PT), Severino Cavalcanti (PP), José Carlos Aleluia (PFL) e Jair Bolsonaro (PFL). A força assumida pela candidatura de Severino Cavalcanti só foi percebida com o resultado da votação em primeiro turno, de onde saíram o seu nome e o de Luiz Eduardo Greenhalgh, com 124 e 207 votos respectivamente.

¹⁴ Dados Revista Veja edições nº 08, 23 de fev. de 2005; nº 36, 07 de set. de 2005; nº 37, 14 de set. de 2005 e nº 39, 23 de set. de 2005; Folha *Online* 14 de fev. de 2005, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67177.shtml>. Acesso em 12 de junho de 2005.

¹⁵ Dados de uma pesquisa realizada pelo instituto Sensus em janeiro de 2005 já demonstravam que o candidato oficial do governo Luiz Eduardo Greenhalgh, tinha desvantagem diante do candidato Virgílio Guimarães e aquele perderia para todos os candidatos, inclusive para Severino Cavalcanti (Fonte: Revista Veja nº 08, 23 de fev. de 2005).

Com o resultado “inesperado” do primeiro turno, iniciou-se uma intensa negociação tanto da ala do PT que apoiava a candidatura de Greenhalgh, quanto de Severino, ambos empenhados em angariar os votos dos deputados. Sem apoio expressivo dentro do próprio partido, Severino Cavalcanti foi pessoalmente responsável pelas negociações em favor de sua eleição.

No Partido dos Trabalhadores, parte da cúpula, incluindo vários ministros, se empenhou na vitória do candidato oficial, além deles, o Ex-Presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP) assumiu a coordenação de campanha de Greenhalgh. Os esforços do governo não geraram os ganhos esperados.

Severino Cavalcanti foi eleito Presidente da Câmara com 300 votos contra 195 de Luiz Eduardo Greenhalgh, 12 votos a menos do que os obtidos no primeiro turno. Primeiro candidato independente eleito para a presidência da Câmara dos Deputados¹⁶, ele ganhou o poder de controlar as votações e a agenda da Casa¹⁷, além de ser o segundo homem a substituir o Presidente da República na sua ausência.

Com o resultado da eleição, o PT ficou sem representação na Mesa Diretora, cuja distribuição dos cargos entre os partidos pode ser observada no quadro abaixo:

Quadro 1 – Distribuição dos cargos da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, 2005

Cargo	Deputado	Partido
Presidente da Mesa	Severino Cavalcanti	PP
1º Vice-Presidente	Thomaz Nono	PFL
2º Vice-Presidente	Ciro Nogueira	PP
1º Secretário	Inocêncio Oliveira	PMDB
2º Secretário	Eduardo Gomes	PSDB
3º Secretário	Nilton Capixaba	PTB
4º secretário	João Caldas	PL

Fonte: site da câmara dos deputados: www.camara.gov.br

¹⁶ O anexo II apresenta um quadro sobre o perfil político de todos os presidentes da Câmara dos Deputados ao longo do Império e da República.

¹⁷ Observadas as ressalvas feitas na seção anterior.

A passagem de Severino pela presidência da Câmara foi rápida. Pouco mais de sete meses depois de assumir o cargo, o então Presidente renunciou, sob a denúncia de corrupção. Severino foi acusado de ter recebido propina do concessionário de um restaurante da Câmara, o empresário Sebastião Augusto Buani, entre os anos de 2002 e 2003, período em que exercia o cargo de primeiro-secretário. Estima-se que Buani tenha pago 120.000 reais pela prorrogação da autorização de funcionamento do seu restaurante até 2005.

A denúncia envolvendo o nome de Severino chegou a imprensa no início de setembro de 2005, e em menos de um mês ele renunciou ao cargo, que foi assumido interinamente pelo primeiro Vice-Presidente, o deputado José Thomas Nonô (PFL-AL). Como foi dito anteriormente, o Regimento Interno prevê que em caso de vacância do cargo, novas eleições devem ser convocadas em um prazo de cinco sessões, durante esse período o governo estabeleceu como prioridade a retomada do comando da Casa.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se envolveu pessoalmente nas negociações em favor da eleição do candidato do governo Aldo Rebelo (PC do B-SP), a fim de evitar que a presidência da Câmara fosse ocupada pela oposição. O Palácio do Planalto promoveu uma grande mobilização de ministros, prefeitos e lideranças partidárias na articulação para angariar votos em favor de Aldo.

Às vésperas da nova eleição, o coordenador político do governo, Jaques Wagner, chegou a enviar Ministros de Estado ao Congresso Nacional, com o objetivo de negociar com suas respectivas bancadas, dentre eles: Walfrido Mares Guia (Turismo), do PTB; Márcio Fortes (Cidades), indicado pelo PP; e Alfredo Nascimento (Transportes), do PL.

Após uma disputa acirrada no segundo turno, o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), tornou-se o 104º Presidente da Câmara dos Deputados ao derrotar o candidato da oposição, José Thomaz Nonô (PFL-AL), por 258 votos a 243.

2.4. Quem é Severino Cavalcanti¹⁸

Severino José Cavalcanti Ferreira, deputado federal pelo Estado de Pernambuco, filiado ao Partido Progressista é considerado um legítimo representante do “baixo clero”, uma massa de deputados desprovida de influência e de expressão política. Dono de uma candidatura independente que aparentemente não apresentava riscos ao candidato do governo, Severino deixou o “quase anonimato” político, e passou a estar estampado diariamente no noticiário político nacional, no momento em que venceu a disputa pela presidência da Câmara dos Deputados em 25 de fevereiro de 2005.

Com uma vida pública de 40 anos, Severino foi eleito para legislaturas de 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007. Além do mandato federal, foi prefeito de João Alfredo (PE), sua terra natal, de 1964 a 1966, e Deputado estadual a partir do ano de 1967, cargo que ocupou durante 28 anos com sete mandatos consecutivos (1967-1995).

No congresso nacional participou como titular da comissão mista de Contratos para Produção de Bens Imóveis e da Comissão Representativa do Congresso Nacional, e como suplente da Comissão Mista para Instituição do SIMPLES¹⁹.

Na Câmara dos deputados, Severino Cavalcanti tem cadeira cativa na Mesa Diretora desde 1997, quando foi eleito Vice-Presidente. Entre 2001 e 2003 exerceu o cargo de Primeiro-Secretário, e entre 2003 e 2005 o de Segundo-Secretário. Ao longo de sua atividade parlamentar severino esteve filiado a vários partidos políticos, a saber: UDN (União democrática Nacional) de 1962 a 1966; ARENA (Aliança Renovadora Nacional) de 1966 a 1979; PDS (Partido Democrático Social) de 1980 a 1987; PDC (Partido Democrata Cristão) de 1987 a 1990; PL (Partido Liberal) de 1990 a 1992; PPR (Partido Progressista Renovador) de 1992 a 1993; PFL (Partido da Frente Liberal) de 1994 a 1995; PPB (Partido Progressista Brasileiro) de 1995 a 2003; e PP (Partido Progressista)²⁰ a partir do ano de 2003.

¹⁸ Dados extraídos da História dos Presidentes Câmara dos Deputados, disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em 14 de julho de 2005.

¹⁹ O SIMPLES consiste em uma forma simplificada e unificada de recolhimento de tributos, por meio da aplicação de percentuais favorecidos e progressivos, incidentes sobre uma única base de cálculo, a receita bruta. Fonte: <http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/conhecaosimples.asp>. Acesso em 27 de agosto de 2005.

²⁰ ARENA/PDS e PPB/PP são mudanças de siglas do mesmo partido, o que significa que Severino Cavalcanti esteve filiado ao ARENA/PDS entre 1966 a 1987 e ao PPB/PP de 1995 até hoje.

Severino exerceu o mandato de Presidente por sete meses, período em que se destacou principalmente pelo caráter polêmico de suas declarações. Dono de um perfil conservador e considerado um católico fervoroso, Severino Cavalcanti é um reconhecido militante de causas ligadas à igreja católica. Ele se pronuncia declaradamente contra o projeto de união estável entre casais do mesmo sexo e não se mostrou favorável a aprovação do projeto de biossegurança que autoriza a realização de pesquisas com células-tronco.

Em meio às denúncias de recebimento de propina e diante da possibilidade de ter seu mandato cassado, Severino Cavalcanti renunciou ao mandato de deputado e à presidência da Câmara em 21 de setembro de 2005.

2.4.1. O Rei do Baixo Clero

Como foi discutido no capítulo anterior, a divisão de poderes no campo político depende do volume de capital simbólico acumulado por cada um de seus membros. Este capital é distribuído de forma desigual entre eles, promovendo uma hierarquização do campo. A organização interna da Câmara dos Deputados denuncia essa hierarquia, onde é possível identificar, no topo da pirâmide, deputados influentes que desempenham papel de grandes articuladores e formadores de opinião e, na base, deputados com pouca ou nenhuma expressão política.

Apenas um número restrito de parlamentares se enquadra no primeiro caso. A maioria dos 513 candidatos eleitos orbita entre o grupo que possui pouca ou nenhuma projeção no cenário político nacional. Estes parlamentares são vulgarmente chamados de baixo-clero.

Os deputados do baixo-clero têm uma atuação política predominantemente voltada para a sua base eleitoral. Via de regra, eles têm uma votação concentrada em municípios específicos e grande parte de sua atividade consiste em angariar recursos federais para os redutos responsáveis pela sua eleição.

Os deputados do baixo-clero estão distribuídos entre as várias legendas que compõem o quadro político-partidário da Câmara dos Deputados desde os partidos

pequenos às grandes agremiações. Essa massa anônima de deputados foi um dos responsáveis pela eleição de Severino Cavalcanti que, embora tenha ocupado cargos na Mesa Diretora por oito anos consecutivos, é reconhecido como a representação máxima de um grupo de políticos sem expressão dentro da Casa.

Apresentado pela imprensa como “o rei do baixo clero” Severino Cavalcanti é assumidamente um defensor dos “interesses dos parlamentares”. Seu discurso em favor de salários mais altos e mais benefícios lhe rendeu o título de “sindicado dos deputados” e alguma popularidade entre seus pares. Esta popularidade foi um dos fatores responsáveis pela votação expressiva recebida por ele nas eleições para a segunda vice-presidência em 1997, 1999 e para a primeira-secretaria em 2001.

Em 1997, Severino recebeu 323 votos para a segunda vice-presidência da Mesa, enquanto o Presidente da Casa, Milton Temer obteve 257. Em 1999 Severino ficou com 424 e Milton Temer com 422 para os mesmos cargos. Já em 2001 ele foi eleito Primeiro Secretário com 257 votos²¹.

A eleição de Severino Cavalcanti criou uma nova condição para os deputados do baixo-clero. Diante da situação que ora se apresentava, tanto o governo quanto os cardeais do congresso, como são chamados os políticos de maior expressão, foram obrigados a reconhecer que essa massa silenciosa, quando bem afinada é capaz de promover mudanças políticas significativas.

É bem verdade que a eleição de Severino não se deve exclusivamente a repentina capacidade de organização de uma maioria anônima de deputados em prol de seus interesses. Ela é resultado de uma conjunção de fatores, dentre os quais se destacam a falta de articulação dentro do governo, que como já foi dito anteriormente contribuiu para o enfraquecimento da campanha de seu candidato oficial; um suposto descrédito de Greenhalgh junto aos deputados, visto que a indicação de seu nome não era vista com simpatia dentro do próprio partido; a atuação de membros da oposição em favor de uma desestabilização ainda maior do partido do governo, especialmente no segundo turno, e uma crescente insatisfação dos deputados com a relação estabelecida entre o Executivo e os membros do Legislativo.

²¹ Fonte: Corrêa, Marcos Sá. O baixo-clero está por cima. *In: Jornal O Estado de São Paulo*, 16 de fev. de 2005.

As queixas frequentes a respeito do tratamento dispensado aos deputados pelos ministros de Estado e pelo próprio Presidente da República, especialmente nos casos em que estes eram procurados com pedidos de liberação de verbas do orçamento, fizeram com que a campanha para a eleição da Mesa se apoiasse no descontentamento da maioria dos parlamentares no que diz respeito à relação entre esses dois Poderes.

2.5. A Campanha

De forma geral as propostas dos cinco candidatos à presidência da Mesa Diretora estiveram centrada em dois pontos estratégicos: o fortalecimento da Casa e a concessão de benefícios aos deputados. Em uma eleição cujas campanhas foram constantemente taxadas de fisiologista, os discursos giravam, fundamentalmente, em torno do aumento de salários. Os valores propostos pelos candidatos oscilavam entre 19.000 e 21.000 reais, um reajuste que poderia chegar até 70%, considerando o salário atual que hoje é de 12.800 reais.

Um aspecto que chamou atenção na disputa pela presidência da Casa, foi o comportamento assumido pelos dois candidatos do PFL. De um lado o deputado José Carlos Aleluia, que incorporou um discurso retórico que destoava dos demais, em defesa de um comportamento mais ético por parte dos deputados e pela autonomia da Casa, que hoje se esforça mais em aprovar as propostas vindas do Executivo do que as suas próprias²². De outro, de Jair Bolsonaro, que se lançou como candidato para o cargo, mas não apresentou proposta alguma.

Nos dois casos, o comportamento dos deputados pode ser o indicativo de um descrédito na própria candidatura. Diante das chances reduzidas de ser escolhido como Presidente da Casa, Aleluia pôde assumir um discurso menos comprometido com os interesses que pareciam dar o tom da campanha. Bolsonaro, por sua vez, embora tenha formalizado sua candidatura, optou por não verbalizá-la. O suposto descrédito na candidatura dos dois candidatos da oposição pode ser justificado pelo fato de que,

²² A Ciência Política brasileira produziu recentemente uma série de estudos sobre a relação entre Executivo e Legislativo, onde os aspectos ressaltados por José Carlos Aleluia são tratados de forma pormenorizada. A esse respeito vele citar os trabalhos de Figueiredo e Limongi (1998) e de Castro Santos (1999)

seguindo a tradição nas eleições para a Mesa, o cargo deveria ser ocupado pelo candidato do governo, que possuía a maior bancada.

Assim como José Carlos Aleluia, Severino assumiu um discurso em favor da autonomia da Câmara, como pode ser visto no trecho de sua fala em plenário, onde foram apresentadas as razões em favor de sua candidatura:

Minha candidatura não é de nenhum partido. Nem contra ninguém. Sustenta-se no consenso dos insatisfeitos das mais variadas tendências. Não é uma rebelião é uma opção. Cresceu entre uma maioria silenciosa que não quer ter um Poder Legislativo sempre atrelado e submisso ao Governo. Jamais acontecerá isso nesta Casa. Não teremos submissão ao Poder Executivo (Cavalcanti, Severino. Discurso proferido em plenário no dia 14 de fev. de 2005).

Vale ressaltar que a conquista dessa autonomia na visão do representante do baixo-clero não passa apenas pela valorização das propostas oriundas do Legislativo. Ela exige um atendimento mais atencioso aos deputados, independente de sua força ou projeção política, por parte do Executivo e maior prestesa na liberação das verbas destinadas às suas bases eleitorais. Nas palavras do próprio Severino, essa liberação só é feita em conjunturas específicas, quando é possível negociá-la como uma moeda de troca dentro do parlamento.

Sr. Presidente, minhas colegas e meus colegas deputados, a maioria dos que aqui se encontram está determinada a mostrar ao Governo que esta é uma eleição histórica, com o fim do ciclo de impor a Deputados e Deputadas a humilhante votação com barganha de votos. Todos sabemos que a liberação de emendas do orçamento e o atendimento dos nossos justos pleitos são direitos inerentes ao mandato que não pode ser utilizado como aviltante moeda de troca a cada votação (...) Vamos acabar com essa discriminação do baixo-clero, alto clero, e essa história de novo clero, dando a todos oportunidade e tratamento iguais, administrando com equilíbrio e harmonia a nossa relação com os outros Poderes (Cavalcanti, Severino. Discurso proferido em plenário no dia 14 de fev. de 2005).

Além da preocupação com o tratamento dispensado ao baixo-clero, é possível destacar outros pontos importantes nas propostas apresentadas por Severino, como a extensão do mandato de Presidente da República para seis anos e a realização de eleições simultâneas em todos os níveis para a Câmara dos Deputados, o que significaria a alteração dos mandatos da Mesa Diretora de dois para quatro anos.

Mas, é na concessão de benefícios aos deputados que Severino se destaca dos demais candidatos. Não por acaso, esse era o carro chefe de sua campanha, nela a proposta de reajuste dos salários ganhou o nível mais aviltante, 21.000 mil reais, o equivalente ao teto do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Além disso, Severino propunha:

- Manutenção da lei que garante férias de noventa dias por ano.
- Aumento da verba de gabinete de 35.000 reais para 45.000 reais.
- Disponibilização de carros oficiais a todos os deputados.

Aliando um discurso que defendia os interesses dos parlamentares, o descontentamento com o Executivo e a desarticulação do único partido que poderia ganhar facilmente a eleição para a presidência da Mesa (PT), Severino se elegeu com a aprovação de mais de 50% dos deputados.

CAPÍTULO 3

DA CAMPANHA À RENÚNCIA: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE SEVERINO CAVALCANTI PELA IMPRENSA

A melhor coisa a respeito do deputado Severino Cavalcanti é ele ser nordestino, e a pior, é ser um político nordestino, naquele sentido patrimonialista e esculhambado, do qual costuma debochar a elite empavonada do sul maravilha – carapuça anacrônica que ele próprio, contudo, não tem nenhum pudor em vestir²³.

Conforme foi discutido no primeiro capítulo, os meios de comunicação de massa são veículos que perpassam uma infinidade de atividades desenvolvidas no meio social na contemporaneidade, incluindo aquelas que fazem parte do campo político. Esses veículos funcionam como o elo entre a esfera política e o mundo da visibilidade. Parte significativa da prática política é dedicada à conquista dessa visibilidade, não por acaso, os candidatos ao exercício da vida pública têm se cercado de recursos e conhecimentos técnicos que facilitem a sua inserção na mídia.

Nesse contexto, políticos e demais candidatos a celebridades se valem de profissionais dedicados à construção de suas imagens. Estas devem ser cuidadosamente pensadas dentro de um perfil esperado pelo público que se deseja alcançar. No afã de deixar o anonimato e de criar condições propícias para que uma acumulação de capital simbólico seja possível dentro do meio em que atua, parte desses candidatos se utiliza da construção de eventos para chamar a atenção da mídia e cair nas graças da audiência. Outra parte deles pode ser fatalmente beneficiada por uma conjuntura específica, capaz de trazer à tona atores até então desconhecidos. Severino Cavalcanti se enquadra na

²³ Beirão, Nirlando. A fase do Umbigo. In: **Revista Carta Capital** n° 331, 02 de março de 2005.

segunda categoria. Favorecido pelo processo que culminou com a sua vitória no pleito para a presidência da Câmara, é provável que nem ele tenha apostado na repercussão que sua imagem ganharia.

Uma vez eleito, Severino Cavalcanti foi alçado de um aparente anonimato para o conhecimento público. Considerado um político sem expressão até então, ele passou a ter sua imagem estampada nos principais veículos de comunicação do país. Suas declarações, antes inócuas, ganharam repercussão nacional, e se mostraram suficientes para gerar efervescências e desconfianças dentro do Congresso.

A partir da análise dos periódicos, observa-se que, embora Severino tenha se tornado um dos políticos mais citados pela imprensa no período em que esteve à frente da presidência da Câmara, sua vitória parece estar associada a um acontecimento político que a sobrepõe: a desarticulação do governo. Severino foi favorecido pela aparente falta de comunicação dentro do Partido dos Trabalhadores e do Palácio do Planalto, que tinha nas mãos todas as possibilidades de eleger o Presidente da Casa. Em meio a uma série de interesses políticos envolvendo governistas e oposicionistas, emerge a figura de Severino, cuja candidatura desfrutava de um descrédito geral.

Por si só a eleição para a presidência do Senado ou da Câmara parece não constituir um fato político que mereça ocupar um espaço significativo nos meios de comunicação. De modo geral, a seleção dos deputados e senadores que devem compor a Mesa Diretora é tratada como uma questão restrita ao campo político. Como exemplo, cita-se a parca cobertura da imprensa sobre a eleição do Presidente do Senado, Rennan Calheiros, realizada sem surpresas e sobressaltos no mesmo período em que Severino foi conduzido ao posto de Presidente da Câmara.

A eleição de Severino chama a atenção da mídia e da opinião pública por fugir a uma série de convenções que têm sido responsáveis pela escolha do Presidente da Casa. A fuga dessa “normalidade”, no pleito que deveria levar à presidência um representante do Partido dos Trabalhadores, acabou por revelar um momento flagrante de falta de comunicação dentro do governo. Nesse momento, a atenção da mídia se voltou para a figura do deputado que se sobressaiu, vitorioso, em meio à crise que se instalou na ala governista.

A partir de então, a imprensa se dedicou à tarefa de identificar os interesses políticos envolvidos na sua vitória e de responder uma incógnita: quem é Severino Cavalcanti e o que – ou quem – ele representa? No período que se segue a eleição, a mídia se prendeu a imagem pitoresca do deputado, passou a destacar suas posições políticas, bem como aspectos curiosos sobre o seu comportamento. Esses elementos ajudaram a compor a sua imagem pública, gradualmente construída ao longo de seu mandato, até a denúncia de corrupção e a conseqüente renúncia que colocou fim a sua atuação como parlamentar.

3.1. Visão geral sobre a Cobertura da Imprensa

Ao longo do período proposto para a investigação dos periódicos, janeiro a setembro de 2005, foram publicadas 38 edições das revistas Época e IstoÉ, e 39 das revistas Veja e Carta Capital, totalizando 154 edições sob análise. Desse total, 41% traziam em seu conteúdo reportagens referentes ao Presidente da Câmara. A maior cobertura foi feita pela revista IstoÉ, que publicou 47 matérias sobre o assunto, em 22 edições. A cobertura mais discreta foi a da revista Carta Capital, que fez referência a Severino em apenas 10 matérias, distribuídas em 9 edições (tabela 1).

Tabela 3 - Número e proporção de matérias publicadas por revista, 2005.

Revistas	N	%
Veja	25	22,1
Época	31	27,4
Carta Capital	10	8,8
Istoé	47	41,6
Total	113	100,0

Para fins analíticos, a cobertura feita pelos periódicos sobre a eleição e o mandato de Severino Cavalcanti foi dividida em três períodos, a saber:

Campanha e eleição: compreende os meses de janeiro, fevereiro e a primeira quinzena do mês de março – 10 semanas;

Mandato: estende-se da segunda quinzena de março ao final do mês de agosto – 22 semanas;

Escândalo e renúncia: correspondente ao mês de setembro – 4 semanas.

A análise dos periódicos demonstra que há, em termos proporcionais, uma concentração nos dois momentos extremos na trajetória de Severino: eleição e renúncia. Ainda que em um primeiro momento a cobertura do mandato pareça ser mais rica, em função do grande número de reportagens publicadas entre abril e agosto, é necessário observar que esse período corresponde a vinte e duas semanas, ao passo que a campanha e a eleição se estendem por dez semanas, e o escândalo e renúncia por apenas quatro.

Tabela 4 – Número e proporção de matérias publicadas por período e por revista, 2005.

Revista	Período	N	%
Veja	Campanha e eleição	4	16,0
	Mandato	11	44,0
	Escândalo e renúncia	10	40,0
	Total	25	100,0
Época	Campanha e eleição	5	16,1
	Mandato	13	41,9
	Escândalo e renúncia	13	41,9
	Total	31	100,0
Carta Capital	Campanha e eleição	3	30,0
	Mandato	4	40,0
	Escândalo e renúncia	3	30,0
	Total	10	100,0
Istoé	Campanha e eleição	11	23,4
	Mandato	21	44,7
	Escândalo e renúncia	15	31,9
	Total	47	100,0

Uma explicação possível para esse fenômeno pode ser encontrada no fato de que, no momento da eleição a cobertura é reflexo do impacto causado pelo resultado da eleição. O estado de choque que toma conta da imprensa logo após o final da apuração dos votos fez com que a mídia e os analistas políticos de plantão se esmerassem na tentativa de encontrar explicações que pudessem justificar a escolha de um político com

as características de Severino para o exercício do cargo – características que serão pormenorizadas nas seções seguintes.

Já a cobertura sobre a sua renúncia é impulsionada pela denúncia de corrupção envolvendo o seu nome, e potencializada pelo clima de “denuncismo” que toma conta da mídia brasileira nesse momento. A posição adotada pelos veículos de comunicação deve ser entendida dentro de um contexto em que o Congresso está extremamente fragilizado em função do escândalo do “mensalão”. O “mensalinho de Severino” vem a público no ápice da crise que toma conta do governo, sob a denúncia de pagamento de uma mesada à parlamentares da base aliada.

Se somados, o período referente à eleição e à renúncia de Severino corresponde a 14 semanas, em um total de 36 semanas de análise, e agregam 57% das matérias publicadas sobre o tema. Estas foram distribuídas ao longo das diversas seções de cada revista, desde os cadernos de política às colunas que destacam os eventos sociais. Para fins de análise, as seções dos periódicos foram classificadas em quatro grupos:

- ⇒ Política e Sociedade: Matérias veiculadas nas seções que discutem política e assuntos de relevância social. Via de regra, elas apresentam uma discussão mais elaborada sobre o assunto. O problema colocado em tela é discutido e ponderado por fontes distintas.
- ⇒ Variedades: Refere-se a matérias localizadas em seções de caráter mais geral, onde o problema é colocado de forma pontual. Nesta categoria estão incluídas as charges, frases, eventos, datas, dentre outras.
- ⇒ Opinião da Revista: Matérias responsáveis por apresentar a opinião da revista ou de seus colunistas sobre uma determinada questão.
- ⇒ Opinião do leitor: Espaço reservado para que o leitor apresente a sua opinião sobre o tema tratado nas edições anteriores.

A maioria das matérias analisadas foi veiculada nas seções de política e sociedade. Esse dado chama a atenção para o fato de que, embora grande parte do material veiculado sobre a imagem de Severino tenha se limitado a explorar o seu perfil de forma caricatural e anedótica, é possível perceber que em vários momentos os periódicos dedicaram parte significativa de suas páginas à tentativa de apresentar explicações e implicações acerca de sua eleição.

Tabela 5 – Número e proporção de matérias publicadas por classificação do conteúdo, 2005.

Classificação do conteúdo	N	%
Política e Sociedade	57	50,4
Variedades (geral)	33	29,2
Opinião da revista	15	13,3
Opinião do leitor	8	7,1
Total	113	100,0

Essa tendência foi observada em quase todos os periódicos, a exceção é a revista *Veja*, onde houve uma distribuição mais equitativa entre política e sociedade (9) e variedade (10). Embora a cobertura da *Carta Capital* possa ser considerada a menos expressiva, como foi dito acima, ela apresentou a maior concentração de artigos sobre política: das nove matérias publicadas sete se enquadram nesta categoria.

Vale destacar que, considerando o conteúdo, as colunas assinadas e os editoriais podem ser facilmente classificados como questões de política e sociedade. O tratamento diferenciado dispensado a esses artigos foi feito com o objetivo de identificar a opinião dos veículos de comunicação sobre o assunto. Ainda assim, cabe citar que, se somados, as matérias sobre política e sociedade e os artigos de opinião chegam a 64% de todo o material publicado sobre Severino Cavalcanti durante o período analisado.

Tabela 6 – Número e proporção de matérias publicadas por revistas, segundo classificação do conteúdo, 2005.

Classificação do Conteúdo		Revista				Total
		Veja	Época	Carta Capital	Istoé	
Política e Sociedade	N	9	14	7	27	57
	%	36,0	45,2	70,0	57,4	50,4
Variedades (geral)	N	10	8	1	14	33
	%	40,0	25,8	10,0	29,8	29,2
Opinião da revista	N	3	7	2	3	15
	%	12,0	22,6	20,0	6,4	13,3
Opinião do público	N	3	2	-	3	8
	%	12,0	6,5	-	6,4	7,1
Total	N	25	31	10	47	113
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

No geral, o número de artigos de opinião veiculados por cada periódico é pouco expressivo, variando entre dois e três, em um período de nove meses. A exceção é a revista *Época*: dos 15 artigos analisados, sete foram publicados pela ela, quatro deles durante o mandato e três durante a renúncia.

Tabela 7 – Número de matérias publicadas por classificação do conteúdo, segundo revistas e período, 2005.

Período	Revistas	Classificação do conteúdo				Total
		Política e Sociedade	Variedades	Opinião da revista	Opinião do público	
Campanha e eleição	Veja	3	-	1	-	4
	Época	4	1	-	-	5
	Carta Capital	1	1	1	-	3
	Istoé	5	3	1	2	11
	Total	13	5	3	2	23
Mandato	Veja	1	9	1	-	11
	Época	5	4	4	-	13
	Carta Capital	4	-	-	-	4
	Istoé	12	8	1	-	21
	Total	22	21	6	-	49
Escândalo e renúncia	Veja	5	1	1	3	10
	Época	5	3	3	2	13
	Carta Capital	2	-	1	-	3
	Istoé	10	3	1	1	15
	Total	22	7	6	6	41

A tabela abaixo demonstra que, uma vez superada a euforia e o susto com a vitória de Severino – e esgotadas as tentativas de explicação para a sua eleição e para a derrota do governo –, a proporção de matérias sobre variedades aumenta significativamente. Embora os assuntos sobre política e sociedade continuem sendo maioria durante o mandato, nesse momento a mídia passa a dedicar um espaço maior para questões mais pontuais. Datas, frases, eventos e principalmente charges sobre a figura de Severino Cavalcanti tomam conta das colunas de variedades.

Tabela 8 – Número e proporção de matérias publicadas por período, segundo classificação do conteúdo, 2005.

Classificação do Conteúdo		Período			Total
		Campanha e eleição	Mandato	Escândalo e renúncia	
Política e Sociedade	N	13	22	22	57
	%	56,5	44,9	53,7	50,4
Variedades (geral)	N	5	21	7	33
	%	21,7	42,9	17,1	29,2
Opinião da revista	N	3	6	6	15
	%	13,0	12,2	14,6	13,3
Opinião do público	N	2	-	6	8
	%	8,7	-	14,6	7,1
Total	N	23	49	41	113
	%	100,0	100,0	100,0	100,0

Severino Cavalcanti é dono de uma vida pública de 40 anos, sua carreira política teve início em 1964, quando foi eleito prefeito de João Alfredo (PE). Depois disso, foram vários mandatos de deputado e algumas passagens pela Mesa Diretora. A dedicação de todos esses anos à atividade política não foi suficiente para que Severino fosse reconhecido como um nome de expressão no cenário político.

Com a eleição para a Mesa Diretora em fevereiro de 2005, sua sorte parece mudar radicalmente. Se em quarenta anos, ele não mereceu lugar de destaque na imprensa nacional, por um período de 8 meses²⁴ ele esteve na capa das três maiores revistas do país por 6 vezes.

²⁴ A análise dos periódicos foi feita entre os meses de janeiro de setembro de 2005, totalizando 9 meses mas, durante o mês de janeiro nenhuma matéria sobre Severino Cavalcanti foi publicada.

Tabela 9 – Número de capas dedicadas a Severino Cavalcanti por período, segundo revistas, 2005.

Revistas	Período	
	Campanha e eleição	Escândalo e Renúncia
Veja	1	1
Época	1	2
Carta Capital	-	-
IstoÉ	-	1
Total	2	4

Dentre as revistas analisadas, a Carta Capital foi a única a não dar matéria de capa a Severino. Ele foi capa de Revista Veja por duas vezes, da Época por três e da IstoÉ uma vez. O mês de setembro foi, sem dúvida, o período de maior efervescência da mídia em torno de Severino, em quatro semanas ele foi assunto de 36 matérias, publicadas em 15 edições, com direito a matéria de capa em quatro delas²⁵. Entre o escândalo e o anúncio da renúncia, a revista Época chegou a publicar duas capas consecutivas com o deputado, a primeira no dia 05 e a segunda no dia 12 de setembro.

²⁵ Matérias de capa - Revista Veja: **O Susto Severino** – 23 de fevereiro
O Mensalinho de Severino – 07 de setembro
Revista Época: **O Segredo da Vitória de Severino** – 21 de fevereiro
Operação Abafa – 05 de setembro
Fim da Linha – 12 de setembro
Revista IstoÉ: **Bye Bye Severino** – 14 de setembro

3.2. A Campanha e a Eleição

A largada para a corrida à presidência da Câmara dos Deputados foi dada em janeiro de 2005. Nesse momento, tiveram início as articulações para a eleição de um dos cargos de maior destaque dentro do Parlamento. Embora a atuação do Presidente da Câmara seja considerada fundamental para a articulação de um diálogo entre Executivo e Congresso e para o andamento do processo legislativo, sua eleição não tem merecido destaque na produção acadêmica brasileira.

Do mesmo modo, há uma aparente apatia da mídia frente ao processo que envolve a eleição do Presidente da Câmara ou do Senado, uma justificativa possível para essa reação é a suposta normalidade que cerca o processo eleitoral. Como foi discutido no capítulo anterior, a eleição para a presidência da Câmara não é resultado de uma disputa acirrada entre os partidos. No geral, ela é resultado da conformação de poderes que existe dentro da Casa, com uma margem de previsibilidade bastante significativa. Via de regra, há um acordo entre os partidos sobre a divisão dos cargos da Mesa, onde aquele que possui a maior bancada elege o Presidente.

Essa normalidade pode ser um dos fatores que contribuem para a baixa repercussão do processo que envolve a escolha do Presidente. A eleição parece ser um assunto tão circunscrito ao ambiente político que, a imagem que se tem dele é a de um processo cheio de nuances e detalhes, onde não fica claro se o que prevalece é a regra estabelecida regimentalmente ou um acordo de cavalheiros. Nesse sentido, o Regimento Interno não parece ser esclarecedor.

O fato é que, tradicionalmente, o pleito de onde deve sair o nome daquele que vai ocupar a presidência da Câmara costuma seguir sem sobressaltos e surpresas para o Legislativo e para o Executivo. A trajetória política brasileira demonstra que, no geral, o Presidente da Casa costuma estar alinhado aos interesses do governo. A eleição para o segundo biênio da 52ª legislatura, que ocorreu em fevereiro de 2005, tinha todos os ingredientes necessários para garantir essa normalidade. O partido do governo (PT) tinha a maior bancada e a base aliada era maioria dentro da Casa, o que lhe garantiria a escolha do Presidente e a obtenção dos lucros provenientes da obtenção do cargo.

Durante todo o mês de janeiro, quando as candidaturas começaram a ser oficializadas, nenhuma nota foi dedicada à campanha de Severino. O primeiro sobressalto no processo eleitoral ocorreu no início de fevereiro, quando, diante da imposição do nome de Luiz Eduardo Greenhalg pela cúpula do PT, a base do partido resolveu lançar o nome de Virgílio Guimarães como candidato avulso.

De modo geral a cobertura sobre a campanha é inexpressiva. Pouca atenção foi dedicada ao processo eleitoral ou às propostas dos candidatos que se apresentaram para o pleito. Nas poucas matérias publicadas sobre o assunto, os dois candidatos do PT desfrutavam de maior destaque. Greenhalg era considerado mais cotado para assumir o cargo. Já Virgílio Guimarães chamou a atenção da imprensa em função do impasse criado dentro do partido em função de sua candidatura.

As candidaturas dos demais deputados, incluindo a de Severino, foram negligenciadas por quase todos os periódicos. A única exceção foi observada na revista Veja, que dedicou uma matéria à campanha que ora se estabelecia dentro da Câmara, destacando as propostas apresentadas por cada um dos cinco deputados.

No dia 12 de janeiro de 2005, a revista Carta Capital publicou uma matéria onde a candidatura de Virgílio era apresentada como um suposto “factóide”. Esta seria incentivada por parte da base aliada com o objetivo de gerar uma nova rodada de negociações em torno da reforma ministerial. Até as vésperas da eleição a candidatura de Virgílio era vista com descrédito, assim como a de Severino.

Em algumas de suas declarações, Severino Cavalcanti pareceu se antecipar aos acontecimentos do dia 15 de fevereiro. Apostando na desarticulação do governo, ele demonstrava acreditar que seria beneficiado pela disposição de Virgílio em confrontar a cúpula do PT, ainda que este não demonstrasse um interesse em fazer oposição ao governo. Segundo informa a matéria publicada pela revista IstoÉ em 2 de fevereiro de 2005, Virgílio teria declarado: “sou amigo de Lula, fiel ao governo e faço tudo que o Presidente manda”. Em reação às colocações do candidato avulso do PT, Severino argumentou: “esta declaração redeu-me pelo menos 30 votos além do que já tenho. (...) Devo ganhar em primeiro turno. Na pior das hipóteses, vou ao segundo turno com Greenhalg, e ganho” (Revista IstoÉ nº1842, 02 de fev. de 2005).

Contrariando o otimismo de Severino, nem a mídia nem o governo pareciam apostar nas suas reais possibilidades de vitória. Até o momento em que as urnas, com o resultado da votação em primeiro turno, foram abertas, pouca atenção havia sido dispensada à sua candidatura. A cobertura feita pelos veículos de comunicação até esse momento estava focada no nível da campanha realizada pelos cinco candidatos ao cargo.

Durante os meses de janeiro e fevereiro, apenas três matérias versaram sobre a campanha eleitoral, publicadas pelas revistas IstoÉ, Veja e Carta Capital. Mesmo tendo sido abordada em três periódicos diferentes, em apenas um deles houve uma tentativa de contextualizar o processo. Na matéria intitulada “É pior que eleição de Síndico”, publicada pela revista Veja, Otávio Cabral chamava a atenção para o baixo nível da campanha, que segundo ele foi conduzida, quase que exclusivamente, em torno da proposta de aumento salarial.

Segundo Cabral, a relevância do cargo exigia dos candidatos um discurso mais comprometido com questões nacionais, mais atento às possibilidades de otimização dos trabalhos legislativos e mais preocupado em equilibrar a relação entre os poderes Executivo e Legislativo.

Ser o Presidente desse imenso universo de pessoas de dinheiro e de leis é uma missão altamente relevante para a vida democrática. Sendo assim, qual seria o tema prioritário no debate eleitoral? Como agilizar a aprovação de projetos e impedir que eles morrem nas gavetas? Como evitar o lamentável excesso de medidas provisórias? Como corrigir as distorções na representação dos Estados e fazer com que o voto de cada brasileiro tenha o mesmo peso? Como levar a Câmara a exercer um papel mais decisivo na resolução dos problemas sociais do país? Não, nada disso, o debate central é como aumentar o salário dos deputados. (Cabral, Otávio. É pior que eleição de Síndico, In: Revista Veja nº 06, 09 de fev. 2005).

Um dos pontos destacados por Cabral, o excesso de medidas provisórias, se refere a um problema latente na política brasileira, parte da produção acadêmica sobre o legislativo chega a associar esta questão a uma problemática ainda maior: a subserviência do Poder Legislativo ao Executivo. A esse respeito, vale ressaltar que a proposta de campanha de Severino incluía uma atuação mais afirmativa da Câmara dos Deputados frente ao Executivo. Mais adiante será possível perceber que a posição

tomada por Severino sobre a relação entre esses dois Poderes não está necessariamente relacionada ao reconhecimento de que o Legislativo deve passar por um processo de afirmação. O seu discurso de autonomia é reflexo de um ressentimento por parte dos integrantes do baixo-clero pela forma como suas demandas são atendidas, ou não atendidas, pelo Palácio do Planalto.

A despeito das reais intenções em melhorar as relações entre os dois Poderes, é importante destacar que não apenas Severino, mas também outros candidatos, reconhecem que há uma assimetria nessa relação, que demanda maior atenção e maior empenho dos parlamentares em resolvê-la.

Taxadas de corporativas e fisiologistas, as promessas de campanha, uma vez cumpridas, poderiam onerar o tesouro em mais de 8.000.000 reais por mês. Nesse montante estão inclusos o aumento de salário de 12.850 reais para 21.000 reais, o aumento da verba de gabinete de 35.000 reais para 45.000 reais, gastos com telefones e correios, auxílio moradia, passagens e automóveis para os 513 deputados. Com isso, os gastos com cada parlamentar deveriam subir em 27,5%²⁶.

As propostas mais aviltantes foram apresentadas por Severino, que já era reconhecido como “o rei do baixo-clero”. Não satisfeito com a possibilidade de elevar os salários para 19.000 reais, o deputado propôs um aumento para 21.000 reais. Com o resultado da eleição, Severino passou a dispor da atenção da imprensa, por quem foi considerado o deputado mais pitoresco a ocupar a presidência da Mesa Diretora. Sua vitória foi acompanhada de uma série de matérias que procuravam afirmar o seu caráter corporativista e fisiologista.

Sobre sua campanha, Cabral argumenta que, “Severino Cavalcanti vai direto ao ponto, sem rodeios, com sua plataforma inteiramente voltada para o próprio umbigo: aumentar salários, reformar os imóveis funcionais e contratar mais servidores para os deputados” (Cabral, Otávio. É pior que eleição de Síndico. *In*: Revista Veja nº. 06, 09 de fev. 2005).

A surpresa causada pela vitória de Severino fez com que sua imagem, finalmente, ganhasse as páginas da grande imprensa. A matéria de Capa da revista *Veja*

²⁶ Dados da Revista *Época* nº 353, 21 de fev. de 2005.

publicada no dia 23 de fevereiro resume a reação da mídia: “O Susto Severino”. As reportagens publicadas por um período de aproximadamente três semanas após a eleição tentam explicar as possíveis causas para a derrota do governo e identificar os interesses envolvidos na vitória do baixo-clero.

A imagem de um político corporativista, conservador e interiorano foi apresentada ao público. Entre a última semana de fevereiro e a primeira quinzena de março Severino foi o foco de 22 matérias – entre política, variedades, editoriais, colunas assinadas e cartas do leitor – distribuídas entre os quatro periódicos.

A primeira explicação para o resultado da eleição foi encontrada na desarticulação do governo. Nesse sentido houve uma convergência entre as quatro revistas ao argumentar que a dificuldade de articulação e de comunicação dentro do próprio partido foi um dos principais responsáveis pela eleição de Severino. Segundo matéria publicada pela revista *Veja*²⁷, a derrota do governo teve três pais: o deputado Greenhalg, que possuía um perfil “avançado” demais para “pessoas que representam a média da população brasileira, cuja posição política é bem mais conservadora”²⁸; o PT, que em dois anos de governo não conseguiu estabelecer um diálogo razoável com a maioria dos parlamentares, e “gerou nos deputados um sentimento de repulsa que, até agora, estava contido e dissimulado”²⁹; o Palácio do Planalto, que distribuiu a maioria dos cargos políticos entre os membros do próprio partido, negligenciando os interesses dos aliados.

Outro ponto que merece atenção é o fato de que, embora Severino tenha sido apresentado como rei do baixo-clero, sua eleição não foi vista como o resultado de uma repentina organização dessa “massa desorganizada”, que reconhecia nele seu representante. Ela foi consequência de uma confluência de interesses que já começavam a se colocar em cena, tendo em vista as eleições presidenciais de 2006.

Dentro desta perspectiva, houve uma forte articulação de grupos políticos ligados ao Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso em favor da vitória de Severino.

²⁷ Revista *Veja* n°. 08, 23 de fevereiro de 2005.

²⁸ Greenhalg é advogado. Militante da esquerda foi advogado do MST e dos seqüestradores de Abílio Diniz. Segundo matéria publicada pela Revista *Veja* n°. 08 no dia 23 de fevereiro, Greenhalg foi defensor da tese de que as motivações políticas devem ser consideradas como atenuantes para os crimes cometidos.

²⁹ *Idem*

O objetivo da empreitada seria a desarticulação do partido do governo e o apoio do Presidente da Casa na campanha presidencial de 2006.

De modo geral, a leitura sobre a eleição de Severino feita pelos quatro periódicos analisados é muito semelhante, todos eles destacam os pontos elencados pela revista *Veja*, citada acima, como justificativas possíveis para o resultado da eleição. O único dissenso é percebido no tocante a atuação do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e de seus aliados, em prol da candidatura de Severino. As revistas *Veja*, *Época* e *Carta Capital* convergem ao destacar a articulação de setores ligados a FHC na campanha, ao passo que a *IstoÉ* desconsidera a atuação desse grupo. As matérias publicadas por esta revista deixam transparecer que a força da candidatura de Severino é resultado da insatisfação do Legislativo com relação ao tratamento a ele dispensado pelo Executivo.

Ainda que a postura assumida pela *Veja*, *Época* e *Carta Capital* sejam semelhantes, vale destacar que a leitura da *Carta Capital* sobre a vitória de Severino possui um viés um pouco mais radical que as demais, especialmente no que se refere a participação da oposição. A *Carta Capital* é mais enfática ao afirmar que a largada para a sucessão presidencial de 2006 teria sido dada na madrugada do dia 15 de fevereiro. Nesse sentido, havia uma disposição entre aliados a FHC de desestabilizar o governo, visando, entre outros ganhos políticos, uma possível candidatura de Fernando Henrique, que hoje se sabe não concretizada:

Na opinião dele [Fernando Henrique Cardoso], há chances que isso aconteça. Segundo disse ele em entrevista, o governo do PT ainda não foi testado em uma situação de crise internacional. “Não sou candidato em 2006, a não ser que o cenário seja de crise absoluta”, assegura o ex-presidente. Trocando em miúdos, para o ex-presidente é bom que haja uma “crise absoluta”, se partirmos do pressuposto que ele prefere a presidência da república à presidência do Instituto Fernando Henrique Cardoso (Weber, Luiz Alberto. *A largada tucana*. In: *Revista Carta Capital* n.º. 330, 23 de fev. 2005).

Outra particularidade que merece ser destacada é disposição da revista *Veja* em denunciar o baixo nível da campanha, ressaltando os detalhes das propostas

apresentadas por cada candidato e destacando as semelhanças e singularidades no discurso assumido por cada um deles.

Em resumo, a cobertura feita pelas revistas de maior circulação do país demonstra que, embora a imagem de Severino esteja associada à do baixo-clero, a sua eleição foi resultado de uma convergência de fatores que vão além dos interesses particularistas desse grupo de parlamentares. Por trás dela estão a falta de articulação do governo, a disputa de poder dentro do PT e os interesses de deputados representantes do alto escalão da Câmara. O rei do baixo-clero não teria sido eleito caso não contasse com a aquiescência e com o apoio de membros importantes do alto-clero.

É curioso perceber que os créditos de eleição de Severino não são conferidos a ele, e sim aos desencontros do governo, a sua dificuldade de articulação, e à atuação de interesses políticos que estão acima da proposta fisiologista de campanha do deputado. E se com algum esforço, algum mérito pode lhe ser atribuído ele se refere a sua capacidade de catalisar a insatisfação do Legislativo com o Palácio do Planalto e de apresentar uma campanha capaz de chamar a atenção tanto dos parlamentares que se julgavam desprestigiados pelo Executivo quanto daqueles que, supostamente, tinham interesse em alimentar essa insatisfação apostando na desarticulação do governo.

3.2.1. A formação da Imagem Pública de Severino

A Câmara dos deputados é um espaço de representação da sociedade brasileira em toda a sua diversidade. Sendo assim, é natural e até desejável que ela reproduza essa diversidade. “Entre os parlamentares, portanto, há sempre bons e maus, cultos e iletrados, honestos e corruptos. A eleição de Severino Cavalcanti não é, portanto, nenhum espanto por sua biografia, o espanto é ele ter sido eleito sendo apenas um cardeal do baixo-clero, e capaz de provocar um susto atrás do outro”. Com esse prólogo a revista *Veja* resume o alarme causado pela eleição de Severino, um político que carrega consigo características que se remetem ao que há de menos agradável na história social e política brasileira.

Severino não é apresentado como um dos últimos remanescentes de uma cultura política adepta de práticas patrimonialistas, pelo contrário, em vários momentos a

imprensa se refere a ele como o retrato do político brasileiro. O que chama a atenção no seu comportamento é que, sem o verniz da polidez e do “politicamente correto” presentes no discurso da maioria dos deputados, ele assume abertamente uma posição de homem conservador, iletrado e simpático a alguns dos aspectos que contribuem para a desmoralização do campo político.

As associações entre Severino e os vícios que acompanham a formação e o desenvolvimento da estrutura política no Brasil não são momentos raros. A concepção de que ele age como um vereador local dedicado quase que exclusivamente a liberação de recursos federais para seus redutos eleitorais, que vê no Estado um grande balcão de negócios, é algo constante nos quatro periódicos analisados.

Termos como patrimonialismo, fisiologismo e assistencialismo são usualmente empregados para qualificar sua imagem. Segundo matéria publicada pela Revista Veja no dia 23 de fevereiro, Severino fez no Congresso uma campanha idêntica “àquelas que o consagraram entre os eleitores de João Alfredo: o assistencialismo político. Os deputados gostam de salário gordo, mordomias fartas e benesses diversas, os leitores de João Alfredo precisam de emprego, ambulância, tijolo e dentadura – e é isso que Severino sempre lhes deu”.

A pecha de assistencialista que lhe é imputada é resultado das práticas assumidas por ele próprio, como a concessão de benesses e favores aos seus possíveis eleitores. Embora esta imagem esteja disseminada em todos os periódicos, vale destacar que a revista Veja é mais veemente ao destacar as características que a sustenta, explorando, para tanto, vários episódios da biografia do deputado. Em João Alfredo, Severino fundou uma entidade beneficente cuja função, segundo ele, é prestar assistência a mais de 600 pessoas que precisam de apoio na marcação de consultas e na condução para o hospital. Parte da manutenção dessa entidade é feita com recursos federais.

Aspectos destacados pelas revistas Veja e Época permitem inferir que a relação entre Severino e seu eleitorado é caracterizada por um forte personalismo. Severino tende a associar a concessão de benefícios à sua figura, assumindo um discurso onde é possível perceber um viés populista. Traços desse caráter populista podem ser identificados na forma como ele se refere ao seu eleitorado em João Alfredo: “meus beatos”, ou como é referido pelos deputados do baixo-clero no Congresso: “São

Severino”. A esse respeito, um projeto de lei que transforma São Severino de Ramos no padroeiro do Legislativo chegou a ser apresentado na Câmara dos Deputados. E, segundo argumenta Gustavo Krieger na revista *Época*, “entre o baixo-clero ele já assegurou a devoção”.

De forma geral, o conjunto de informações, noções e percepções compartilhadas pelos veículos de comunicação durante o período que marca a estréia de Severino no cenário midiático é acompanhado por um viés negativo. Se a imagem pública de um sujeito ou instituição se refere aquilo que ele representa, a imagem de Severino representa o que há de mais atrasado na política nacional.

As ações e os discursos que dão forma às configurações expressivas que caracterizam sua imagem são a expressão do conservadorismo, do politicamente incorreto e do fisiologismo. Dentre os momentos marcantes de sua trajetória como homem público estão a emissão de cheques sem fundos na sua cidade natal, a inclusão de seu nome da lista negra do Banco Central no período em que ocupava o cargo de corregedor da Câmara dos Deputados e, nesse mesmo período, a saída em defesa de Hildebrando Pascoal, deputado “cassado e celebrizado por picar seus adversários com serra elétrica”.

Em nenhum dos artigos analisados há um destaque positivo sobre sua carreira política, seja como prefeito de João Alfredo, ou como parlamentar. Sua atuação como deputado estadual é taxada de medíocre pela imprensa, em 28 anos de mandatos sucessivos, foram 50 projetos apresentados e nenhum aprovado.

A característica mais acentuada desse parlamentar é a defesa constante da concessão de maiores benefícios para si próprio e para seus pares, prática que lhe rendeu, além do título de “presidente do sindicato dos deputados”, uma série de críticas a sua posição declaradamente fisiologista.

Outra característica comumente associada à imagem de Severino é a de um político patrimonialista, no sentido empregado aos coronéis da República Velha que faziam da sua atividade pública uma extensão da sua vida privada. A confusão entre o público e o privado é evidenciada na tentativa de distribuição de cargos públicos entre seus familiares.

O conservadorismo político de Severino, que é declaradamente contra o projeto de união civil entre pessoas do mesmo sexo e pouco simpático a aprovação da lei de biossegurança³⁰ que, dentre outras coisas, autoriza a realização de pesquisas com células tronco, é uma extensão do caráter conservador que ele assume na sua vida pessoal. Todos os periódicos se esmeram em publicizar comportamentos e princípios capazes de relevar esse conservadorismo

Considerado um católico fervoroso, Severino defende a posição da igreja em várias questões de interesse social, como as relacionadas ao homossexualismo, ao aborto, ao uso de drogas e ao divórcio. Sem medo de ser acusado de fazer apologia à censura, ele apresentou um projeto de lei que restringe cenas de nudez e homossexualismo na TV. “Nunca vi tanta imoralidade. É mulher se beijando com mulher, se agarrando, se abraçando, se mostrando abertamente homossexual. Aquilo é uma falta de pudor. Eles ficam apresentando aquelas cenas dantescas como exemplos para os jovens” (Entrevista concedida à Revista IstoÉ, 23 de fev. 2005). A leitura que a imprensa faz da sua imagem é a de um político disposto a defender os interesses da família, pilar da moralidade dentro da ética severina.

Todo país que não defende a família naufraga. Esses países do primeiro mundo, como os próprios Estados Unidos, estão fazendo uma mudança. Você vê o que aconteceu na eleição agora do Bush (George W. Bush). Ele ficou contra o homossexualismo, contra o aborto e foi consagrado. Eu discordo de algumas posições dele, mas não deixo de elogiar o eleitorado que votou nele, porque ele defendeu aquilo que devia defender, que é a consagração da família (Entrevista concedida à Revista IstoÉ n.º. 1845, 23 de fev. 2005).

A posição de Severino sobre questões que estão em tramitação no Congresso gerou desconfianças junto à comunidade científica, à militantes de causas sociais e à setores ligados à defesa de direitos dos homossexuais. No dia 21 de fevereiro a revista Época publicou uma matéria intitulada “O medo do retrocesso”, onde discutia o poder

³⁰ A lei de Biossegurança “Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm. Acesso em 31 de julho de 2006.

do Presidente da Câmara de barrar a tramitação de projetos que estão em andamento no Congresso. “O medo do retrocesso” se deve a sua disposição em “descer ao plenário para combater aquilo que não acredita”. Diante das declarações públicas do deputado, o clima que envolvia a sua atuação como Presidente da Câmara era de total desconfiança.

Outro traço marcante da personalidade de Severino, é o seu tipo “falastrão”. Segundo coloca Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz (Revista IstoÉ nº. 1845, 23 de fev. 2005), “O fraco deste sertanejo – a palavra nua e crua – pode lhe custar fortes dores de cabeça”. Além de não medir suas palavras, Severino as articula mal. Considerado um homem rude e sem instrução ele está longe de ser um adepto de discursos diplomáticos ou politicamente corretos. Suas declarações, quase sempre polêmicas, chamam a atenção pela franqueza, o que supostamente deveria ser considerado uma qualidade, mas, neste caso, soa como algo negativo, pois é justamente esta franqueza que revela seu viés fisiologista e que descortina seu conservadorismo, tão alardeado pela imprensa.

Embora Gomes (2004) faça um esforço em distinguir a imagem pública da imagem visual, é inegável que determinadas características físicas façam parte do conjunto de configurações que representam indivíduos ou instituições. Não há dúvidas de que a imagem pública de José Sarney, por exemplo, não se resume ao uso do bigode, mas este se tornou um elemento importante na composição da mesma.

O fundamental na imagem pública de Severino é aquilo que se refere ao seu comportamento, às suas ações e ao seu discurso, mas vale ressaltar que agregada a essa imagem está a figura de um político que é visto pela imprensa como o estereótipo do nordestino. Um sujeito mirrado, com pouca instrução, comumente referido como “sertanejo”, “esculhambado” e, aparentemente, pouco afeito à utilização de trajes mais sofisticados. Os momentos em que Severino não hesitou em mostrar o umbigo por entre os botões mal abotoados da camisa foram temas constantes de charges e piadas sobre seu “estilo”. Outro momento invariavelmente lembrado nas colunas de humor é o hábito declarado de guardar dinheiro no colchão. Estes elementos ajudam a construir a imagem de Severino como um sujeito interiorano e pouco afeito aos avanços sociais e tecnológicos. O quadro abaixo traz as características associadas com maior frequência à sua imagem nos quatro periódicos analisados.

Quadro 2 – Elementos constitutivos da imagem pública de Severino Cavalcanti

Revista	Como parlamentar	Na vida pessoal
Veja	Rei do baixo clero	Conservador
	Assistencialista	Católico praticante
	Fisiologista	Folclórico
	Corporativista	
Época	Nepotista	
	Presidente do sindicato dos deputados	Conservador
	Rei do baixo clero	Falastrão
	Clientelista	Rude
IstoÉ	Nepotista	
	Fisiologista	
	Discípulo do regime militar	Iletrado
Carta	Rei do baixo clero	Conservador
	Patrimonialista	Católico fervoroso/roxo
Capital	Coronelzão de folhetim	Sertanejo
		Esculhambado

Em resumo, Severino é apresentado não apenas como um típico representante do baixo-clero, deputados sem voz, sem expressão, sem articulação e sem idéias, cuja atuação como parlamentar é marcada pela ferocidade com que disputam fatias do orçamento público para depositá-los em seus redutos eleitorais. Ele é também o retrato do político sem grandes ideais, que não define as linhas que delimitam a esfera pública da sua vida privada. Um sertanejo iletrado que, pelas suas posições políticas e religiosas pode representar um retrocesso no caminho das conquistas sociais auferidas nos últimos tempos. Este é o Severino que emerge nas páginas das revistas sob análise, um político que faz o estilo “coronelzão de folhetim. Católico roxo, mas com seus pecadilhos assumidos” (Beirão, Nirlando. A fase do Umbigo. *In*: Revista Carta Capital nº 331, 02 de março de 2005).

Em momentos muito raros é possível perceber um tom elogioso na referência à Severino. A aprovação da lei de biossegurança na Câmara dos Deputados é o único episódio onde a sua imagem assume um caráter positivo. Depois de ter se declarado contra o projeto, o deputado optou por não obstruí-lo e levá-lo a votação em plenário. Esse episódio foi noticiado pela revista IstoÉ, rendendo elogios em um de seus editoriais ao Congresso de forma geral e ao Presidente da Câmara especificamente.

Ainda sobre este aspecto, vale destacar que o processo de construção da imagem de Severino é feito de forma consensual. As representações e os conteúdos simbólicos presentes na imagem que é criada e apresentada pelos veículos de comunicação analisados é predominantemente a mesma, estejam eles mais à direita, ou mais à esquerda.

3.2.2. Primeiras Medidas

À frente da presidência da Câmara dos Deputados, Severino não tardou em procurar alternativas que tornassem viável o cumprimento de sua principal promessa de campanha: o aumento salarial. Aparentemente, nem o deputado eleito nem seus eleitores esperavam contar com a repercussão negativa que essa proposta ganharia junto à opinião pública. Praticamente todas as cartas de leitores e editoriais, referentes a questões políticas, publicados entre fevereiro e março faziam menção ao caráter abusivo do aumento proposto.

Diante da pressão popular, os próprios deputados abriram mão do aumento salarial, promovendo assim a primeira grande contradição do mandato de Severino. Uma vez eleito, ele se empenhou em cumprir a promessa, chegando a procurar apoio junto ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. Interessado em conseguir um aumento para o Judiciário, o ministro Nelson Jobim propôs como alternativa a aprovação da proposta via ato administrativo da Mesa. Para tanto, o Presidente da Câmara deveria contar com o apoio do Presidente do Senado, Rennan Calheiros, que se recusou a participar de qualquer acordo nesse sentido. Sem o apoio do Presidente do Senado e da maioria dos deputados Severino se viu obrigado a desistir de cumprir o prometido.

A proposta de aumento dos salários dos deputados foi pautada pelos periódicos analisados ainda antes da eleição, desde então, ressaltando o seu caráter abusivo. Com a vitória de Severino e diante da sua real disposição em aprovar o aumento, três revistas (Veja, Época e IstoÉ), entre as quatro consideradas neste trabalho, se alinharam em um movimento que desencadeou uma pressão popular contra a aprovação da proposta.

O que chama a atenção nesse episódio é a disposição dos deputados em renunciar ao aumento, sob ameaça de votarem contra ele, caso a proposta fosse apresentada em plenário. Essa tomada de posição pode estar relacionada a dois aspectos: primeiro ela é uma reação à pressão exercida pela opinião pública. Diante da impopularidade da proposta, os ganhos reais advindos com o aumento poderiam implicar em perdas políticas significativas. Em segundo lugar, a recusa ao aumento é uma tentativa de dissociar a imagem da Câmara da imagem de Severino, tendo em vista aquilo que ela passou a representar.

3.3. O Mandato

No momento imediatamente posterior a sua eleição, Severino é apresentado como um político pitoresco, uma figura folclórica que chama a atenção pelas posições que defende. Ciente do desgaste político que qualquer associação com a imagem de Severino poderia lhe causar, a maioria dos deputados que compõe o quadro da Câmara tratou de desvincular a sua imagem dos interesses defendidos por ele, como pode ser percebido no episódio referente ao aumento dos salários.

Diante da repercussão pública de suas afirmações e da reação causada dentro do próprio Congresso, supunha-se que, com o tempo e com a acomodação de interesses, Severino passasse a se comportar de acordo com a liturgia que o cargo exige. Mas, o que se segue a sua eleição é a afirmação da imagem que havia sido anteriormente apresentada ao grande público. Desta vez, com um tom menos folclórico e mais intimidante.

Os discursos contra a política econômica do ministro Palocci e contra a autonomia do Banco Central, a insistência nas práticas fisiologistas e nepotistas, a falta de pudor em chantagear o Presidente da República contribuindo para o tensionamento da relação entre o Executivo e o Legislativo resumem, de acordo com os periódicos analisados, o período em que Severino esteve à frente da Mesa Diretora.

Vale ressaltar que uma breve análise dos projetos apreciados em plenário durante a sua gestão demonstra que a instabilidade criada com o Executivo se refere a episódios específicos. No geral, Severino se comportou como um aliado do governo, encaminhando sem sobressaltos as propostas enviadas pelo Palácio do Planalto.

Ainda assim, a imprensa insistiu no argumento de que as posições assumidas por ele representavam um risco institucional. Essa leitura é mais evidente durante os primeiros meses do mandato, impulsionada pelo episódio em que o Presidente da Câmara ameaça publicamente o Presidente da República. As mudanças promovidas na imagem de Severino são resumidas na matéria publicada pela revista Veja no dia 30 de março, onde Otávio Cabral argumenta que:

Em apenas cinco semanas como presidente da Câmara, o deputado Severino Cavalcanti, do PP de Pernambuco, operou uma mutação radical em sua imagem pública. De início, era visto como uma figura folclórica da política nacional, cevada num corporativismo miúdo e num tipo barato de fisiologismo. Seu curto reinado, porém, já demonstrou que Severino Cavalcanti é bem mais do que isso – é uma ameaça real ao equilíbrio institucional do país (Cabral, Otávio. O lixo que assusta Lula. *In*: Revista Veja nº. 13, 30 de março de 2005).

O que se percebe durante o mandato é, na verdade, uma afirmação das idéias defendidas pelo deputado ainda durante a campanha. Diante disso, é provável que haja um exagero ao falar em uma mudança radical na sua imagem pública, como defende a revista *Veja*. A diferença percebida nesse segundo momento é o tom intimidador assumido por algumas de suas declarações. Embora ainda seja visto como o político falastrão e deslumbrado com a sua nova condição, Severino carrega agora a aparente disposição de criar alguma confusão no cenário político.

Ainda que o termo risco institucional, ou crise institucional não seja assumido pelos quatro periódicos, há uma convergência entre eles em admitir que a atuação de Severino contribuiu para que as tensões entre o Executivo e o Legislativo fossem potencializadas, criando riscos reais de uma instabilidade política. A revista *Veja* e a *Carta Capital* são as mais claras ao apresentar os elementos que possivelmente poderiam impulsionar a propalada crise.

Tais elementos estão presentes em grande parte das matérias publicadas neste período, e se referem à defesa convicta de práticas nepotistas e fisiologistas, à chantagem pública feita ao Presidente da República às vésperas da reforma ministerial e à aprovação de benefícios indiretos aos deputados, onerando sobremaneira o erário público. Depois da tentativa mal sucedida de conceder aos deputados o alardeado aumento de salário, Severino aumentou a verba de gabinete de 35 mil para 44 mil reais.

Como Presidente da Câmara, ele nomeou seis parentes para cargos federais, sob a justificativa de que todos os seus apadrinhados têm curso superior. “Durante a posse do rebento José Maurício no cargo de Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco, o deputado disse que ‘essa história de nepotismo é para fracassados que não souberam criar seus filhos’” (Revista *Época* nº. 361, 08 de abril de 2005).

No que se refere às possibilidades de deflagração de uma crise política em função da atuação de Severino à frente da Câmara dos Deputados, cabe destacar que há uma diferença significativa entre a abordagem apresentada pela revista Carta Capital e as demais. As revistas Época, IstoÉ e Veja atribuem a ameaça de instabilidade às idiossincrasias do Presidente da Câmara dos Deputados, enfatizando o seu despreparo para o exercício do cargo. Dentro desta perspectiva Severino é apresentado como um deputado deslumbrado com o poder. Acostumado a distribuir cargos públicos entre familiares e apadrinhados políticos ele se perde em meio às possibilidades que se abrem diante do poder que lhe é conferido. No afã de financiar suas práticas o deputado se mostra disposto a desafiar o Executivo.

A Carta Capital, por sua vez, não atribui o tensionamento da relação entre o Congresso e o Palácio do Planalto às características da personalidade de Severino ou à sua real disposição em enfrentar o Presidente da República na tentativa de conseguir mais cargos políticos para distribuir entre os seus. O que se percebe na leitura das matérias publicadas por esta revista é que a atuação de Severino frente a Câmara dos Deputados é tão somente a continuidade de um movimento que havia se iniciado com a sua eleição, cujo pano de fundo seria o mesmo: o interesse da oposição em desestabilizar o governo, criando as condições para que a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República fosse viabilizada.

A Carta Capital defende o argumento de que a oposição aposta na crise institucional e está disposta a contribuir para que ela seja deflagrada. Dentro desta perspectiva, a atuação de Severino como Presidente seria um elemento a mais na composição do quadro de instabilidade. Disposto a esquentar os ânimos entre Executivo e Legislativo ele contribuiria para “aumentar a energia cinética do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso” (Carta Capital nº. 343, 25 de maio de 2005).

No mês de julho Severino encabeçou um lobby realizado junto às distribuidoras de combustível para que os contratos de compra com a fazenda Gameleira, produtora de combustível, não fossem suspensos. Esse episódio foi noticiado apenas pela Época, mas merece ser destacado pela repercussão que ganhou dentro da revista. Segundo ela, este seria o exemplo emblemático da disposição de Severino em utilizar o poder público para favorecer parentes e amigos.

O dono da fazenda em questão é conterrâneo de Severino e teve sua propriedade retirada da lista de fornecedores das distribuidoras de combustível por ter sido flagrada por três vezes pelo Ministério do Trabalho utilizando mão-de-obra escrava. Segundo divulgou a revista *Época*, “a atitude do Presidente da Câmara é inusitada por dois motivos. Primeiro, porque não é papel de nenhum parlamentar se intrometer na relação comercial entre empresas privadas. Segundo porque contradiz uma posição pública assumida pelo próprio deputado”. Dias antes, Severino havia se comprometido a levar ao plenário o projeto de emenda constitucional que prevê o confisco de terras em propriedades que forem surpreendidas servindo-se de mão-de-obra escrava.

Diante das acusações de nepotismo, Severino argumentou em sua defesa que empregar profissionais com a qualificação técnica de seus apadrinhados é prestar um favor ao país. A imprensa, por sua vez, passou a reproduzir o discurso de que, embora não assumida, esta é uma prática corriqueira no meio político. A diferença entre Severino e os demais integrantes do campo estaria na franqueza com que ele as assume.

Em entrevista a revista *Época* no dia 28 de março de 2005, o historiador Marco Antônio Villa argumenta que: “Os procedimentos de Severino, sempre no sentido de transformar a coisa pública em coisa privada, não são nada peculiares. Ocorrem há anos nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas e no próprio Congresso Nacional. A única diferença é que ele não está sendo muito contido”.

Inserida nessa discussão, em matéria publicada no dia 20 de abril, a revista *IstoÉ* denuncia a utilização da máquina pública como cabide de emprego. Enquanto a posição de Severino em relação ao nepotismo é duramente criticada pela sociedade e pela maioria dos parlamentares, muitos deputados, membros do Executivo e do Judiciário se valem das prerrogativas dos seus cargos para empregarem genros, noras, cunhadas, esposas, e demais membros do clã familiar. “Uma pesquisa publicada pelo jornal *folha* de São Paulo constatou que 96 cônjuges de 391 deputados que se declaram casados foram contratados pela Câmara nos anos recentes, sem contar outros 23 casos de ‘nepotismo cruzado’ – o parente contratado por outro gabinete para disfarçar o privilégio”.

A matéria indica ainda que “Segundo dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) de 2002, 35% dos cargos de direção e

assessoramento nos três níveis mais elevados da área federal eram providos por indivíduos sem nenhuma vinculação permanente com o serviço público”. Embora no Legislativo e no Judiciário seja mais difícil precisar o número de cargos ocupados por pessoas com vínculos familiares, estima-se que nesse período “um em cada quatro Senadores tinha parentes empregados em seus gabinetes”, a mesma proporção foi encontrada entre os 65 ministros do Judiciário. Na Câmara dos Deputados essa relação baixou para 1/3, ou seja, um em cada três deputados empregava parentes em cargos de confiança.

Os episódios referentes a contratação de parentes ou a defesa de interesses particulares na administração pública são noticiados de maneira uniforme pelas quatro revistas. Embora episódicos, a apresentação dos fatos tem como pano de fundo a idéia de que tais práticas estão disseminadas no campo político e que o comportamento de Severino apenas as evidencia. O deputado seria a “representação rodriguiana da política como ela é”.

Diante da utilização flagrante da estrutura pública para fins privados, dois movimentos, são facilmente identificados nos veículos analisados: o primeiro apresenta um posicionamento da sociedade diante dos abusos cometidos na estrutura de representação política no Brasil. A população, por meio dos órgãos de imprensa, passa a exigir de seus representantes um comportamento mais ético e comprometido com o bem público, além da criação de mecanismos capazes de coibir práticas dessa natureza.

Em segundo lugar, o grande número de matérias referentes à disseminação de condutas dessa natureza no meio político teve como conseqüência a identificação desse comportamento como algo generalizado dentro do campo. Nesse sentido, a imagem de Severino passa a ser vista como a personificação do político brasileiro, que na média, possui os mesmos interesses defendidos por ele.

Sobre o primeiro ponto vale destacar que a insistência de Severino em sair em defesa daquilo que sua imagem representa acabou gerando um efeito não esperado. Segundo editorial publicado pela revista *Época* no dia 18 de Abril, “o Presidente da Câmara, está fazendo um grande favor ao país. Sua cruzada intempestiva a favor do nepotismo está unindo a sociedade contra a idéia de empregar parentes de políticos em cargos públicos”.

Esse suposto favor prestado ao país é arrogado pelo próprio Severino. Em algumas de suas declarações, ele se vangloria como o responsável por trazer à tona um problema latente na política brasileira:

O povo vê nessa posição que assumo, um pouco de preconceito por parte da imprensa porque o nepotismo sempre existiu e nunca falaram nada (...) essa história de nepotismo serviu para a imprensa ver que ele existe mais em outros setores da Câmara. Foi preciso que Severino chegasse para que tivessem coragem de fazer esse levantamento. Então tenho que dizer à imprensa, muito sedenta para explorar o tema, que dê um muito obrigada à Severino por isso (Entrevista concedida à revista IstoÉ nº. 1854, 27 de abril de 2005).

As pressões que se formam sobre o assunto nesse momento se mostram suficientes para incluí-lo na agenda do Congresso. Em resposta, a Comissão de Constituição e Justiça votou e aprovou seis projetos que proíbem a contratação de parentes nos três Poderes. O próprio Severino havia se comprometido a levar o projeto ao plenário, caso a proibição se estendesse para o Executivo e para o Judiciário.

A reação da opinião pública frente aos hábitos assumidos por Severino fica mais evidente na cobertura feita pelas revistas *Época* e *IstoÉ*. Em ambos os casos há uma discussão mais pormenorizada sobre as práticas políticas de Severino. O tom assumido pelas matérias publicadas nestes periódicos é predominantemente o mesmo: denunciar o descomprometimento do Presidente da Câmara com o Poder Público e, junto a isso, evidenciar os vícios que comprometem o sistema político brasileiro, numa tentativa de generalizar a imagem de Severino como a imagem do poder político.

No momento em que a imagem do Presidente da Câmara perde o tom caricatural que tinha no período da eleição e assume um ar mais ofensivo, o desconforto percebido pela sociedade e pela imprensa em relação ao seu comportamento é refletido em uma desqualificação de todo o corpo político. Segundo Otávio Cabral, em matéria publicada na revista *Veja* no dia 30 de março de 2005, “Desde que passou a conviver com os holofotes da imprensa, Severino não tem feito questão de esconder que é uma lenda viva dos piores hábitos da política nacional. Fez uma campanha montado em interesses corporativos, ajudando a degradar ainda mais a imagem pública dos políticos”.

Visto pela imprensa como o “político padrão”, o que o singulariza é a disposição em assumir abertamente suas ações, sem medo de represálias e da repercussão pública que elas possam causar. A diferença entre ele os demais políticos está no discurso. Severino polemiza o debate com suas argumentações, ao passo que grande parte dos políticos esconde práticas semelhantes na tentativa de alimentar uma imagem pública mais palatável.

A sinceridade de Severino, não entanto, não é confundida com uma virtude, ainda que em suas declarações, ele se esforce para que ela seja vista como tal. A imprensa não tenta aboná-lo por assumir aquilo que é feito de forma velada pelos demais. Mas, chama a atenção para o fato de que seu comportamento não é único e, pelo contrário, é cotidianamente reproduzido no meio político.

Com seu comportamento chocante, o que Severino conseguiu de mais concreto até agora foi consolidar a imagem de que político é um sujeito mal educado, despreparado para o cargo e que parece só se interessar pela constante ampliação de suas vantagens pessoais. O pior é que, segundo estudiosos da política, na média o político brasileiro é isso mesmo (Mendonça, Ricardo. Ele não tem pudor. *In*: Revista Época n.º. 358, 28 de março de 2005).

Os periódicos analisados concordam em afirmar que a suposta sinceridade de Severino ignora o limite do bom-senso, promovendo momentos flagrantes de falta de decoro e de respeito que a liturgia do cargo exige, como a chantagem feita ao Presidente da República.

Com pouco mais de 30 dias no cargo, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, já fez praticamente tudo que não recomenda um manual de boas maneiras para políticos. Brigou pelo aumento do próprio salário, vangloriou-se por nomear parentes sem concurso para o serviço público, justificou o tráfico de influência para beneficiar infratores, ajudou a ampliar a verba de gabinete dos parlamentares e até chantageou, sem sucesso, o presidente Lula (...). Em tese o presidente da Câmara Federal deve ser um exemplo irrepreensível para seus pares, principalmente quando se fala de decoro parlamentar. Infelizmente, na última semana, decoro é justamente o que mais faltou a Severino Cavalcanti. (...) Muito se tem dito sobre o presidente da Câmara. Um dos comentários mais frequentes é que seu perfil espelha a média do Congresso Brasileiro. Pode ser que sim, mas cabe a Cavalcanti, é importante repetir, não refletir o estilo de alguns de seus colegas – e sim ser um exemplo de conduta para os parlamentares (Revista Época n.º. 358, editorial, 28 de março de 2005).

A conduta do Presidente da Câmara é vista com algo muito distante daquilo que se espera de alguém no exercício do cargo. Além de contribuir peremptoriamente para a desqualificação do Congresso, o seu tipo “falastrão” acabou colaborando para a alteração dos ânimos na relação entre o Executivo e o Legislativo às vésperas da reforma ministerial prevista para o final de março de 2005.

Mais uma vez cabe ressaltar a posição diferenciada assumida pela revista Carta Capital. Ao contrário das demais, esta não se detém aos detalhes da atividade política de Severino. Nas poucas matérias publicadas sobre o mandato do Presidente da Câmara, a Carta Capital se ateu às questões mais gerais. Seguindo uma coerência argumentativa, que se inicia com a eleição, o foco deste periódico não é o indivíduo, o deputado Severino Cavalcanti, mas o conjunto de interesses que o levou a presidência e que, de certa forma, conduz a sua atuação. Desse modo, não há espaço para discussões pormenorizadas sobre características pessoais do então Presidente. A revista é a única a não se referir à reação da opinião pública frente aos vícios assumidos por Severino, e tão pouco a levantar a bandeira de que ele seria o político brasileiro padrão.

3.3.1. A Relação com o Executivo

A suposta assimetria na relação entre o Poder Executivo e o Parlamento ganhou destaque nos círculos de discussão acadêmica no Brasil nas últimas décadas. Os debates acerca da relação entre os dois Poderes foram impulsionados pela retomada do estado democrático em 1988. Os resultados das pesquisas realizadas por autores como Diniz (1995), Limongi e Figueiredo (1999) e Fabiano dos Santos (1997) demonstram que o processo legislativo no Brasil é marcado pela supremacia do Poder Executivo, resultado da manutenção dos mecanismos institucionais que lhe concediam o controle da agenda do Legislativo durante o regime militar.

Severino trás essa discussão para o Congresso e se elege sob a bandeira de que é necessário criar mecanismos que limitem o número de medidas provisórias emitidas pelo Executivo e formar uma agenda positiva dentro do Congresso, capaz de favorecer a apreciação dos projetos apresentados pelos parlamentares. Embora tenha declarado que não pretendia fazer oposição ao Palácio do Planalto, ele se mostrou disposto a limitar o

abuso na emissão de MP's, sob o argumento de que o seu excesso estaria contribuindo para o virtual fechamento do Congresso.

Em entrevista concedida à revista *Época* no dia 28 de março, o cientista político Amaury de Souza defendeu a idéia de que Severino era o Presidente da Câmara menos comprometido com o Palácio do Planalto desde Ulisses Guimarães, o que criaria maiores oportunidades para que a Câmara se tornasse mais impositiva diante do Executivo. A grande questão colocada na administração de Severino é a substituição do comprometimento com o Executivo pelos compromissos fisiologistas que ajudaram a elegê-lo.

A sua disposição em afirmar a atuação da Câmara dos Deputados diante do Palácio do Planalto acabou se traduzindo na tentativa de garantir seus próprios interesses e o de seus aliados políticos. Como resultado, Severino acabou travando uma queda de braço como Executivo. O conflito começou com o pedido de indicação de um afilhado seu para uma diretoria da Petrobrás. O pedido, encaminhado ao Ministro José Dirceu, para que seu correligionário assumisse a diretoria de exploração não foi atendido, mas Severino acabou conseguindo a indicação para a diretoria de gás da estatal.

O momento mais tenso da relação entre ele e o Executivo foi promovido às vésperas da reforma ministerial. No anseio de conseguir um ministério para o PP, Severino declarou abertamente que, caso a indicação de Ciro Nogueira não fosse confirmada para o Ministério das Comunicações, ele se aliaria ao PFL na oposição ao governo: “eu não quis forçar nada nem botar a faca no seu pescoço. Mas, se o senhor não nomear o Ciro ministro, eu vou chamar os meus 300 meninos, que me elegeram Presidente, e vou derrubar a MP 232” (Severino, em um suposto diálogo com o Presidente Lula, segundo matéria publicada pela revista *IstoÉ* nº. 1850 no dia 03 de março de 2005). Diante da ameaça e disposto a não ceder à chantagem, o Presidente da República resolveu dar a reforma por encerrada.

A chantagem feita ao Presidente da República foi um dos episódios mais citado pelos periódicos. As previsões de que uma crise institucional se anunciaria em breve foram, em grande medida, resultado da disposição de Severino em enfrentar diretamente

o Executivo. Há um consenso entre as revistas ao resumir o assunto, que de forma geral teve os seguintes destaques:

1. A chantagem demonstra o despreparo de Severino para o exercício do cargo, que exige uma liturgia que ele parece ignorar.
2. O episódio revela que o seu comportamento, até então visto como caricato, pode gerar prejuízos ao governo, quando não uma “crise política”.
3. A reforma ministerial estava fadada ao fracasso e a “língua desaforada de Severino serviu como uma boa desculpa para o seu fiasco” (Revista IstoÉ nº. 1850, 30 de março de 2005).
4. O desfecho adotado pelo Palácio do Planalto criou um certo desconforto entre o Executivo e o Legislativo, especialmente pelo fato de que os cargos não foram redistribuídos entre os membros da base aliada e continuaram, em sua maioria, com o PT.

Mesmo com a perda do almejado cargo no Ministério das Comunicações, Severino não se filiou à oposição. Esse episódio evidenciou as contradições do Presidente da Câmara que, em um primeiro momento se mostrou disposto a confrontar o Executivo, para posteriormente declarar que não abandonaria a base aliada. A falta de coerência percebida no seu comportamento ganhou ares cada vez mais sérios, contribuindo, assim, para que as tensões já existentes entre os dois Poderes fossem potencializadas.

Ao liderar um grupo que às vezes parece comportar-se como se fosse uma cáfila de salteadores, Severino age como se não tivesse de dar satisfações a ninguém, além do cachaceiro de João Alfredo – e com isso virou um risco institucional. Sua gestão tem contribuído apenas para estremecer as relações entre o Congresso e o Palácio do Planalto. Num determinado momento ele faz questão de pisotear o governo, com ameaças veladas ou explícitas para, no momento seguinte, alardear sua condição de governista – como se suas declarações nunca tivessem testemunhado a cobrar-lhe um mínimo de coerência (Cabral, Otávio. O lixo que assusta Lula. *In*: Revista Veja nº. 13, 30 de março de 2005)

A cobertura sobre a reforma ministerial demonstrou, mais uma vez, que a revista Carta Capital, tem uma leitura diferente da atuação de Severino. Nas revistas Veja, Época e IstoÉ, ele é repetidamente apresentado como o político patrimonialista que trata a coisa pública como um bem privado. Com seu estilo falastrão e esculhambado não se

abstém de pleitear aquilo que possa trazer benefícios a si mesmo ou a seus apadrinhados, como o fez nesse episódio. A revista Carta Capital, por sua vez, reafirma a interpretação de que a eleição, e os eventos que a sucedem, dentre eles a confusão gerada em torno da reforma, fazem parte de um plano orquestrado pela oposição, visando às eleições presidenciais de 2006.

No período que vai de março a agosto de 2005, a Carta Capital exime-se da apresentação de características que afirmam o perfil caricatural de Severino Cavalcanti, como fazem os demais periódicos. Segundo ela, o desgaste gerado entre o governo e o parlamento em função de suas afirmações faz parte de uma tentativa explícita de setores ligados ao Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso para desarticular a gestão do PT. Supostamente aliado do governo Severino teria sido eleito para “ajuda a colocar lenha na fogueira”.

3.4. Do Escândalo à Renúncia

A eleição de Severino Cavalcanti foi acompanhada de um desgaste na imagem do Poder Legislativo junto opinião à pública. A construção imagética do Presidente de uma das Casas do Congresso Nacional como um político adepto de práticas que viciam o sistema democrático contribuiu fortemente para que os demais representantes do corpo político fossem facilmente identificados a partir da imagem de Severino. Ao defender a argumentação de que ele representa a média do político brasileiro, a imprensa contribui para uma desqualificação do campo político como um todo, onde o perfil supostamente predominante é o de indivíduos despreparados para o exercício do cargo, que se perdem na defesa de interesses paroquiais.

No período subsequente aos primeiros meses da eleição, marcado pelo tom polêmico das declarações de Severino e pela sua não menos desconcertante disposição em distribuir cargos públicos entre parentes e correligionários, o Congresso foi inundado por uma série de denúncias que contribuíram ainda mais para a desmoralização da imagem da instituição.

O “mensalão”, como ficou conhecido, se refere ao pagamento, por parte do Governo, de uma mesada aos deputados, em troca do apoio nas propostas de seu

interesse. O termo foi utilizado pelo deputado Roberto Jefferson, acusado de ser um dos líderes do esquema de corrupção dos correios, que veio a público em maio de 2005. As apurações sobre as denúncias se estenderam até o primeiro semestre de 2006, durante esse período o Congresso foi palco de uma intensa movimentação política e alvo de duras críticas.

A cobertura da imprensa sobre o escândalo envolvendo o nome do Presidente da Câmara deve ser entendida dentro de um contexto em que o Congresso está extremamente fragilizado e que a imprensa, embalada pela repercussão pública do mensalão, está atenta ao surgimento de novos fatos ou denúncias.

A “crise ética” na qual Severino se envolveria semanas depois, começou com a defesa de penas mais brandas para os envolvidos no esquema do mensalão. Em entrevista ao jornal *A Folha de São Paulo*, ele levantou suspeitas sobre a real existência do esquema, defendeu a idéia de que financiar campanhas com dinheiro clandestino é um crime menor e que diante disso a cassação do mandato seria um exagero. Segundo sua argumentação os acusados deveriam receber penas mais leves, como censura ou repreensão.

Segundo o que foi noticiado pelas revistas, a defesa dos envolvidos no escândalo de corrupção foi uma tentativa de livrar da cassação os integrantes do seu partido. O líder do PP José Janene era um dos principais nomes na lista de envolvidos, onde além dele constavam os nomes de Pedro Henry e Pedro Corrêa, Presidente nacional do PP. A declaração do Presidente da Câmara teria sido motivada por supostas ameaças feitas pelo deputado José Janene. De acordo com a matéria publicada pela revista *Veja*, Severino teria agido como um “cabo eleitoral” de Janene. A insistência em livrá-lo da cassação era resultado da ameaça feita pelo deputado de que, se cassado, não tardaria em levar mais 26 membros do partido consigo, inclusive o próprio Presidente da Casa.

A defesa dos deputados que sofriam processo de cassação teve repercussão negativa nos quatro periódicos analisados. A *Veja*, a *Época* e a *IstoÉ* noticiaram o episódio de forma pormenorizada, já na *Carta Capital* o assunto foi tratado transversalmente.

De acordo com o que foi noticiado pela revista Veja, além da suposta chantagem de Janene, Severino teria razões familiares para defender o argumento de que a utilização de recursos não contabilizados nas campanhas eleitorais seria uma transgressão passível de punição mais razoável. A prestação de contas apresentada pelo seu filho José Maurício, candidato derrotado à prefeitura de João Alfredo, levantou suspeitas na Câmara de Vereadores. José Maurício teria declarado apenas 60 mil reais, ao passo que as estimativas indicavam que o gasto com a campanha dificilmente teriam sido inferior a 1 milhão de reais.

Independente das justificativas apresentadas pela imprensa ou pelo próprio Severino para a defesa dos interesses dos candidatos à cassação, as declarações do Presidente da Casa foram o pontapé no processo que resultaria no seu afastamento da atividade parlamentar. Embora o escândalo envolvendo o seu nome na cobrança de propina ainda não tivesse vindo à tona, a posição assumida publicamente sobre o mensalão, era a apontado pela maioria dos veículos de comunicação analisados, como a demonstração cabal de que o deputado não tinha condições éticas de ocupar a presidência da Casa, excluindo-se apenas a Carta Capital.

De acordo com a revista Veja, “a entrevista foi mais uma prova da inadequação – moral e ética – de Severino ao cargo que ocupa”. As reações dentro do Congresso sobre as declarações foram unânimes. Nesse momento, Severino foi apontado pelos próprios parlamentares como “um desastre para o país”, sua atuação como presidente teria contribuído para “jogar a Câmara na vala comum, abandonada a execração pública”, opinião compartilhada pelo menos por três periódicos – Época, IstoÉ e Veja.

Esses mesmos periódicos não tardaram em anunciar o movimento em favor da cassação do então Presidente, encabeçado pelo Deputado Fernando Gabeira, eleito pelo PV do Rio de Janeiro. Gabeira foi o primeiro parlamentar a proferir em plenário um discurso que desafiava a autoridade de Severino e defendia o seu afastamento das funções legislativas. O movimento pró-cassação já havia conseguido a adesão de outros partidos e seria insuflado na semana seguinte, quando estourariam as denúncias de cobrança de propina ao empresário Sebastião Buani.

A atuação de Gabeira e a suposta articulação para a cassação de Severino passaram despercebidas pela Carta Capital. Enquanto os três periódicos com linhas

editoriais mais semelhantes davam ênfase às declarações de Severino, a Carta Capital apenas cita o episódio, ao se referir a crise de confiança que toma conta do Congresso.

O tom pitoresco e anedótico conferido à imagem de Severino logo após a eleição foi sendo abandonado à medida que seu mandato avançava e que o teor de suas declarações eram revestidas de um matiz intimidador. A tolerância do Congresso e da imprensa com a “piada sem graça” que a sua eleição representava havia perdido o fôlego. Diante da avalanche de escândalos envolvendo parlamentares e membros do Executivo, as pressões populares por uma faxina ética no Congresso se mostravam cada vez maiores. Nesse momento, as matérias publicadas nos periódicos expressavam a necessidade de livrar o Congresso de políticos que representavam a imagem do descompromisso com as incumbências dos cargos para os quais haviam sido eleitos.

Com as denúncias apresentadas pelo funcionário do restaurante Fiorella, Izeilton Carvalho, a permanência de Severino na Câmara dos Deputados ficaria insustentável. Izeilton entregou à imprensa um dossiê intitulado “A história de um mensalinho”, de autoria do empresário Sebastião Buani, onde havia detalhes da negociação feita entre ele e Severino, que na época ocupava o cargo de primeiro-secretário. Segundo o dossiê, Buani teria sido cobrado pela renovação do contrato, além de ter sido compelido a dispensar uma contribuição mensal ao então secretário para que o restaurante continuasse em funcionamento.

A denúncia foi apresentada pela revista Veja, em uma matéria de capa, no dia 07 de setembro. Na semana seguinte o mensalinho foi capa de mais duas revistas: IstoÉ, no dia 14 de setembro e Época, no dia 12 do mesmo mês. A Carta Capital fez referência ao escândalo pela primeira vez na semana em que Severino decidiu renunciar ao cargo, no dia 21 de setembro.

A matéria publicada pela Veja no dia 07 de setembro revelava os detalhes da negociação entre Severino e Buani, tendo como fonte um texto que havia sido entregue à revista por um dos funcionários do restaurante.

3.4.1. A História de um Mensalinho

O escândalo é referente ao ano de 2001, período em que Severino ocupava o cargo de primeiro-secretário, que lhe conferia a prerrogativa de negociar os contratos para concessão dos espaços comerciais dentro da Câmara dos Deputados. Nesse período, Buani tinha a concessão para utilização do restaurante Fiorella. Neste mesmo ano ele teria pedido a prorrogação deste direito até 2005. Em 2002, Severino autorizou a renovação pelo período proposto, em troca, pediu uma “contribuição” de 40 mil reais.

Meses depois Buani foi informado de que o prazo de sua licença para utilização do espaço expiraria em janeiro de 2003, e não em 2005 como havia sido acordado com Severino. Depois de uma nova negociação com o secretário, ficou acertado que Severino receberia uma quantia de 10 mil reais mensais pelo aval de funcionamento do restaurante.

No momento em que o escândalo veio à tona, Buani devia 105 mil reais a Câmara. Diante da crise financeira pela qual o restaurante passava e sob a argumentação de que não tinha condições de continuar pagando a propina exigida por Severino, ele decidiu falar com a imprensa e apresentar as evidências da corrupção praticada pelo Presidente da Casa. Uma dessas provas era um cheque nominal a uma das secretárias de Severino.

Nesse período a apuração das denúncias do mensalão havia ganhado ares de uma novela televisiva, onde cada depoimento na CPMI era aguardado com a expectativa de um novo capítulo. Seguindo essa tendência, Buani convocou uma coletiva de imprensa para confirmar a versão que dias antes havia negado.

O dono do restaurante da Câmara capricha no jeitão de galã maduro de novela do SBT, a cabeleira coroada por um laborioso topete, a gravata vermelha caprichosamente armada sob o terno escuro, na hora, entre todas, triunfal de apresentar o cheque. Sim, “o” cheque, aquele. A seu lado, o mulherão de pernas bonitas, saltos altíssimos. Ele, 54 anos; ela 30. Vai mostrar o cheque, mas aproveita o momento para uma oração: “Obrigado meu Deus, pelos meus filhos, pela minha família maravilhosa...” Era um tributo a onda evangélico-carismática que assola o país. A contribuição da prece em oposição às sugestões da morenaça ao lado. A Bíblia e a Playboy em estado de alerta. No momento culminante, o dono do restaurante levanta ao alto uma cópia ampliada do cheque, tal qual o capitão Cafu ao exibir a taça do pentacampeonato.

O caneco é nosso! (Toledo, Roberto Pompeu de. Ensaio. *In*: Revista Veja nº. 38, 21 de set. 2005).

Buani aproveita a entrevista, não apenas para apresentar os documentos que supostamente comprovam a culpabilidade do Presidente da Câmara, mas também para detalhar as negociações entre os dois. Os pormenores revelados pelo empresário conferem características novas à imagem de Severino:

Nos bastidores da corrupção, revelados pelo empresário, Severino emerge com a silhueta dos capatazes descritos por seu grande conterrâneo Gilberto Freyre em Casa Grande e Senzala: um homem de interesses de aldeia, que sempre oferece servilismo aos de cima e reserva um misto de carinho e chicote aos de baixo. É com essa bagagem de capataz do Parlamento que Severino vai tentar salvar o seu mandato, mas a sua situação é tão insustentável que a crise se desanuiu, ficou Cristalina: sabe-se exatamente onde estão as forças do mal e onde estão as forças do bem (Oltamari, Alexandre. É o fim da linha. *In*: Revista IstoÉ nº. 37, 14 de set. de 2005).

Embora já houvesse uma animosidade entre os veículos de mídia analisados e a figura de Severino Cavalcanti, que em nenhum momento obteve um destaque positivo entre eles, o Presidente da Câmara até então havia sido poupado de qualquer denúncia que o envolvesse em atos de corrupção. Com o escândalo do mensalinho, o estigma de corrupto passa a ser o último elemento a compor a sua imagem pública.

A cobertura da imprensa, sempre pouco amistosa, ficou ainda mais agressiva diante do contexto político que se apresentava. Na dicotomização entre as forças do bem e do mal a que se refere a revista Veja, Severino figura no segundo grupo, daqueles que contribuem para que o Congresso e a política nacional sejam enxovalhados. Nesse momento, em que a sociedade e a imprensa cobram uma posição do Parlamento, Severino é a personificação da “cabeça de bode” enterrada no Congresso, e que deve ser retirada com a maior urgência possível.

A crise política apagou a estrela do PT, baqueou a popularidade do presidente Lula, jogou no chão algumas das principais figuras da política nacional – e, agora, vai tirar o bode da sala (...) Severino Cavalcanti começou a tombar no pé da execração pública, sujeito à cassação e ao final antecipado de uma carreira política espinhosa como sua carranca, seca como suas ousadias, árida como suas idéias (Arruda, Donizete, e Cunha, Luiz Claudia. Bandeirão indigesto. *In*: Revista IstoÉ nº. 1874, 14 de set. de 2005)

Com a entrevista de Buani, o movimento pela cassação ganhou força. De modo geral havia um consenso entre os partidos, tanto no governo como na oposição sobre o encaminhamento a ser dado ao caso do mensalinho. Diante dos ânimos que tomaram conta do Congresso e da opinião pública, Severino renunciou 15 dias após a denúncia.

Uma breve análise sobre a renúncia permite levantar ao menos duas hipóteses que justificariam a rapidez com que esse episódio se resolveu. Em primeiro lugar, havia uma necessidade de punir alguns nomes envolvidos nas acusações de corrupção. Esta seria uma oportunidade de redimir a imagem do Congresso, abalada pelas denúncias dos últimos meses. Em segundo lugar, o “mensalinho” de Severino envolvia um número muito reduzido de pessoas, aparentemente apenas ele e o empresário Sebastião Buani, de um lado a vítima e de outro o agressor. Como o agressor em questão se tratava de um político sem expressão, a essa altura totalmente desacreditado junto à opinião pública, não havia mais dúvidas quanto à necessidade de tirar o bode do salão.

Severino é um bode que a oposição colocou no poder, em fevereiro, usando sua cabeça dura para dar uma marrada no Planalto (...) Na presidência, Severino foi um bode na vida de Lula, que teve que engolir dele um atrevido ultimato para emplacar o afilhado Ciro Nogueira na fracassada reforma ministerial de fevereiro. Na crise do mensalão, Severino prometia ser um bode institucional para trocar a cassação de aliados por censuras brandas. Agora, transformado em próprio bode, Severino deve ser removido do Salão Verde em nome da moralidade, como uma tentativa suprapartidária de recuperação da imagem pública do Congresso (...). Entronizado como o bode-rei pelo voto de manada dos 300 cupinchas do baixo-clero, Severino resfolegou: “Não tenho ninguém que me financie”. O país sabe agora que o bode tinha. (Arruda, Donizete, e Cunha, Luiz Cláudia. Bandeirão indigesto. *In*: Revista IstoÉ nº. 1874, 14 de set. de 2005)

Embora Severino tenha causado alguns contratemplos ao governo durante o seu mandato, vide o exemplo da reforma ministerial e a chantagem ao Presidente Lula, o PT foi um dos poucos partidos que, curiosamente, saiu em defesa do deputado. A posição, a princípio contraditória assumida pelo partido do governo foi enfatizada pelas revistas *Veja* e *Carta Capital*. As justificativas apresentadas pelos dois periódicos para a tomada de posição do PT se mostraram divergentes. De um lado, a revista *Veja* argumentava que Severino acabou se mostrando um aliado do governo no momento da crise, especialmente por ter o poder de retardar a cassação dos deputados envolvidos no esquema do mensalão, dentre os quais figuravam o nome de vários integrantes do Partido dos Trabalhadores, o que justificaria o apoio do partido. A revista não poupa

críticas ao partido do Governo que, segundo ela, demonstrava o “retrato acabado de sua decadência ética e política ao aderir a base de apoio a Severino” (Revista Veja nº. 37, 14 de set. de 2005). A explicação apresentada pela Carta Capital, menos voraz nas críticas ao partido, se concentram na possibilidade de que um membro da oposição, o deputado José Thomas Nonô, assumia interinamente a presidência da casa, o que valeria os esforços do PT na manutenção de Severino no cargo.

Severino inicialmente negou a cobrança da propina, mas diante do cheque no valor de 7.500 reais, nominal a uma de suas secretárias, não teve como sustentar sua versão. A justificativa dada para o recebimento do dinheiro foi a campanha do filho Severino Júnior, morto em um acidente de carro em 2002, mesmo período em que disputava uma vaga na Assembléia Legislativa de Pernambuco. O exame das contas de campanha de Severino Júnior complicou ainda mais a versão do Presidente da Câmara. As contas do filho indicavam que ele havia arrecadado apenas 1.000 reais, valor inferior ao cheque apresentado por Buani.

O envolvimento de Severino em um escândalo de corrupção fez com que o único ponto positivo na sua imagem, ou pelo menos não explorado negativamente, caísse por terra. Severino sempre assumiu o papel de homem rude, conservador e lidava bem com a pecha de nepotista que lhe era imputada pela opinião pública. Mas, sempre rechaçou a possibilidade de ser confundido com um político corrupto. Segundo editorial da revista *Época*, publicado no dia 12 de setembro, “Severino era reputado como um homem honesto e rígido, com direito a um bom desempenho como corregedor-geral da Câmara, anos atrás”.

A tentativa de se defender das acusações utilizando o nome de filho morto foi o golpe de misericórdia na sua imagem, que a princípio tinha uma pincelada de originalidade, que se mostrava na sinceridade que escorregava (intencionalmente ou não) do seu discurso. “Severino baixou as armas diante do cheque fatídico, mas não sem antes praticar uma última indignidade: pôs a culpa no filho morto, e logo um filho morto” (Toledo, Roberto Pompeu de. Ensaio. *In*: Revista Veja nº. 38, 21 de set. 2005).

Diante da eminência da cassação, Severino optou pela renúncia, proferindo um discurso que acusava a elite de um complô contra ele. Na intenção de derrubá-lo, essa elite contaria com o apoio da imprensa, eficiente na degradação de sua imagem pública.

Sua origem nordestina e seu baixo grau de escolaridade já haviam sido alardeados por ele como os supostos motivos para a reação da mídia e de alguns setores da sociedade à sua vitória. No momento em que deixa a Câmara Severino denuncia a dificuldade em romper o núcleo duro que detém o poder político no Brasil.

A elitezinha, essa que não quer jamais largar o osso, insuflou contra mim os seus cães de guerra, arregimentou forças na academia e na mídia e alimentou na opinião pública a versão caluniosa de um empresário que precisava da mentira para encobrir as dívidas crescentes de seus restaurantes, que necessitava da extorsão para equilibrar a desastrosa administração de suas empresas. Em nosso país a liberdade de imprensa tem sido uma porta aberta para suspeitas sem comprovação, para acusações sem provas, para destruição de reputações (Discurso de renúncia de Severino proferido no plenário da Câmara dos Deputados em 21 de set. de 2005).

Ainda que os veículos de comunicação tenham se referido a imagem de Severino de forma predominantemente negativa desde a sua candidatura até o seu último discurso em plenário, no momento de sua renúncia a relação entre ele e a imprensa é revestida de uma tensão até então não observada. Essa tensão foi insuflada pelas acusações feitas por Severino de que os interesses supostamente envolvidos no complô que se formara contra ele encontravam voz e lugar nos veículos de comunicação. Além disso, Severino denunciou a existência de um leilão entre três revistas semanais, supostamente Veja, Época e IstoÉ, para comprar o dossiê “A história de um mensalinho” na ocasião em que o assessor de Buani procurou a imprensa para publicá-lo.

Diante das acusações, a Revista IstoÉ publicou um editorial no dia 28 de setembro de 2005, onde reconhecia que foi procurada pelo então funcionário do restaurante Fiorella, que se mostrava disposto a negociar as informações sobre a cobrança de propina. Mas, ressaltava já ter esclarecido em uma de suas edições que não havia participado de leilão algum nesse sentido. Também em um editorial publicado na edição do dia 26 de setembro a Revista Época se defende das acusações de Severino:

Desde a eleição à presidência da Câmara, Severino foi criticado por diversos motivos (...) razões não faltaram para a imprensa confrontá-lo toda vez que o deputado abria a boca. Apesar disso, a imprensa aturava-o, já que Severino havia sido eleito pelo voto de seus pares. Mais: nunca patrocinou um movimento para apeá-lo do poder. (...) Mais uma vez, um político abusa do cinismo e culpa a imprensa para tentar voltar ao Congresso nas próximas eleições. Severino merece um julgamento negativo das urnas não só pelo mensalinho – um trambique barato –,

mas também pelo constante desrespeito à inteligência do povo brasileiro que exerceu nos 217 dias em que presidiu a Câmara.

Sobre as acusações, a revista *Veja*, que teve acesso ao documento supostamente levado a leilão por Izeilton Carvalho, se defendeu:

Como é recorrente nas ocasiões em que a imprensa assume o centro do palco, *Veja* chegou a ser acusada de comprar informações sobre o caso do mensalinho (...) A fonte da revista foi o então gerente financeiro de Buani. Izeilton Carvalho, que não recebeu um tostão de *Veja* para contar tudo o que sabia. O fato de ter escolhido dar seu depoimento a *Veja* – mesmo sem receber nenhum tostão em troca – talvez explique um pouco a excelência do trabalho jornalístico que a revista sempre busca. (Oltamari, Alexandre. O último show de Severino. *In*: Revista *Veja* nº. 38, 21 de set, de 2005)

A renúncia de Severino significou “o fim de uma piada sem graça”, como intitulava a matéria da revista *Carta Capital*. Motivo de chacota durante um período de sete meses, a sua renúncia livra a Câmara de uma situação embaraçosa: levar adiante o processo de cassação dos 16 parlamentares envolvidos no mensalão, tendo à frente da Casa um deputado que, além de defender a permanência desses mesmos parlamentares na vida pública, é acusado de corrupção.

A revista *Carta Capital* defendeu, desde a primeira matéria publicada sobre a escolha de Severino, a idéia de que a sua eleição fazia parte de um plano orquestrado pela oposição, mais especificamente por grupos políticos ligados ao Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, para desestruturar o governo Lula e criar as condições para que uma crise política se instalasse durante a sua administração. No momento em que Severino deixa a cena política e volta ao seu reduto eleitoral em João Alfredo, a revista apresenta a sua sentença, “saíram ambos derrotados”, o Governo por não ter demonstrado competência política para impedir a eleição de Severino, e a oposição, depois de ter utilizado de má fé ao apoiar a sua eleição, por ter que admitir que Severino não possuía condições de permanecer do cargo.

Os demais periódicos apresentam uma linha argumentativa convergente. Todos eles se detiveram, ao longo dos oito meses de mandato, na apresentação de fatos, ações e discursos que contribuíram para a conformação da construção da imagem pública de Severino. Esta começou a ser construída pela imprensa no momento em que o deputado

foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados. Os fatos que se sucedem à eleição não se prestam a outro papel, senão o de corroborar essa imagem.

A única evolução percebida nesse processo está no peso conferido pelos periódicos analisados às práticas assumidas por Severino. Se em um primeiro momento seu perfil caricato soava como uma piada – ainda que de mau gosto –, ao longo do tempo ele ganha ares de uma ameaça real à estabilidade política.

Uma sistematização das questões tratadas nos periódicos sob análise permite apresentar algumas constatações e identificar as referências mais recorrentes durante os três períodos que dividem a atuação de Severino como Presidente da Câmara dos Deputados.

I – Campanha e eleição

1. Os quatro periódicos analisados apresentaram uma cobertura inexpressiva sobre a campanha.
2. Durante esse período a candidatura de Severino não teve destaque nos veículos de mídia considerados neste trabalho.
3. As poucas matérias publicadas antes da eleição revelavam que Greenhalg era o candidato mais provável para assumir o cargo.
4. A vitória de Severino é seguida por um espanto geral nas quatro revistas.
5. A cobertura sobre a eleição segue duas linhas: primeiro tenta identificar os responsáveis pela derrota do Governo e, concomitantemente, procura traçar um perfil sobre a figura de Severino Cavalcanti, até então um desconhecido no campo midiático.
6. O resultado da eleição é tratado como a derrota do PT ou do Governo e não como uma vitória de Severino. Nenhum dos periódicos analisados confere ao deputado o mérito pela sua eleição.
7. Nesse primeiro momento, a imagem pública de Severino assume um tom caricatural e anedótico, embora sempre com um viés negativo.
8. Nepotista, fisiologista, conservador e iletrado são adjetivos que resumem a sua imagem em todos os periódicos. Nenhuma característica positiva lhe foi conferida.

II – Mandato

1. Os fatos ressaltados pelos periódicos durante o mandato dão sustentação à imagem negativa atribuída ao deputado.
2. O tom caricato conferido a ela durante o período de efervescência da eleição³¹ foi substituído por um matiz mais sério, apresentando riscos de uma crise institucional.
3. A instabilidade criada com o Executivo em função da reforma ministerial foi o episódio citado com maior frequência pelos periódicos durante esse período.
4. A repercussão da atuação de Severino fez com que ele fosse reconhecido pela imprensa como a média do político brasileiro, contribuindo para formação de um descrédito para com as instituições.

III – Escândalo e renúncia

1. Entre as quatro revistas analisadas, três apresentaram uma ampla cobertura sobre o escândalo envolvendo o Presidente da Câmara.
2. A imagem predominantemente negativa veiculada nos periódicos chegou ao ápice com a denúncia de corrupção.
3. Diante das acusações contra a imprensa, proferidas pelo deputado ao renunciar ao cargo, a relação com a mesma assumiu uma tensão até então não observada.
4. Durante todo o período analisado, a revista Carta Capital assumiu uma linha argumentativa diferenciada das demais, tendência mais facilmente observada durante a eleição e a renúncia. Empenhada em fazer uma discussão focalizada em aspectos mais gerais, ela se eximiu do debate sobre os detalhes da atuação de Severino. Cabe ressaltar, no entanto, nos poucos momentos em que características pessoais do deputado foram coladas em questão, houve uma convergência com a construção imagética observada nas revistas Veja, Época e IstoÉ.

³¹ Entenda-se, do anúncio do seu resultado, já que durante a campanha pouco se escreveu sobre o assunto.

5. As matérias publicadas nesse período foram revestidas de uma cobrança, direta ou indireta, por parte da opinião pública, por medidas que pudessem melhorar a imagem do Congresso, insistentemente denegrada desde a denúncia do mensalão.

Com o afastamento de Severino, a Câmara tentou demonstrar à opinião pública que a faxina ética, cobrada pela sociedade e pela imprensa, havia começado. Sua renúncia, anunciada no mesmo dia em que o deputado Roberto Jefferson foi cassado, foi o momento emblemático de um período em que a imagem da Instituição, abalada pela avalanche de denúncias, precisa ser reconstruída.

O resultado de uma pesquisa feita pelo Ibope, divulgada pela revista Carta Capital no dia sete de setembro, demonstra que a credibilidade das instituições políticas junta a população, que nunca apresentou índices muito expressivos, continuavam caindo. Dados da pesquisa indicavam que 90% da população não confiavam nos políticos, e apenas 8% lhes conferiam um voto de confiança. Embora a descrença depositada sobre os parlamentares seja algo recorrentemente mostrado pelas sondagens de opinião, é possível identificar momentos específicos onde essa crise de credibilidade se agrava. O período que começa com a eleição de Severino, seguido pelas denúncias envolvendo deputados e membros do alto escalão do governo, representa um desses momentos.

Dentre as atribuições do novo Presidente da Câmara, que deveria ser escolhido no prazo de cinco sessões, mais uma lhe foi imputada pela opinião pública, “a responsabilidade de limpar a péssima imagem do parlamento”. É esse o clima que reveste o processo de escolha do sucessor de Severino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a construção da imagem pública de Severino Cavalcanti se apóia na análise de inúmeros fenômenos para o entendimento das relações estabelecidas entre o campo midiático e o campo político. Isso equivale a dizer que compreender a representação simbólica construída sobre esse deputado exige uma investigação prévia que lance luz não apenas sobre a biografia de Severino Cavalcanti, mas também, sobre as relações políticas que caracterizam o universo particular da Câmara dos Deputados.

Com isso, ao analisar a cobertura jornalística publicada por quatro periódicos de alcance nacional, o trabalho apresentado recorreu como instrumento para o aperfeiçoamento das análises a um conjunto de estudos que revelam questões fundamentais para o entendimento do processo que conduz Severino Cavalcanti à chefia de uma das Casas do Poder Legislativo.

A investigação dos trâmites legais e políticos do processo eleitoral que indica o Presidente da Câmara dos Deputados, bem como, uma revisão da produção acadêmica que se debruça sobre a atuação dos Presidentes da Câmara ao longo da história republicana brasileira, foram instrumentos importantes para a compreensão da construção da imagem pública do deputado.

As análises apresentadas neste trabalho permitem observar que a escolha dos membros que devem compor a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados é caracterizada por uma margem de previsibilidade significativa. O Regimento Interno desta Instituição prevê que o partido que possuir a maior bancada tem a prerrogativa de indicar o candidato ao cargo mais importante da Mesa: a presidência. Tal prerrogativa é resultante do critério da proporcionalidade prescrito no regimento, que confere vantagem à agremiação que apresentar o maior número de deputados.

A previsibilidade observada no processo se deve ao fato de que, via de regra, o partido com a maior bancada elege o Presidente da Casa, exceto nas ocasiões em que há

um acordo entre os partidos para a distribuição dos cargos. A eleição de Severino foge a essa normalidade, um dos motivos pelos quais ela desperta a atenção da mídia.

O resultado da eleição para a Mesa Diretora, ocorrido no dia 15 de fevereiro de 2005, acabou por evidenciar o cenário menos provável: a eleição de um candidato avulso, representante dos interesses de um grupo de parlamentares com pouca ressonância dentro do Congresso e membro de um partido que tinha apenas a sexta bancada. Em contrapartida, a legenda com a maior representação dentro da Casa não obteve um lugar na Mesa.

Cabe registrar que o Regimento Interno não é claro o suficiente a respeito das diretrizes que devem pautar o processo eleitoral, dando margem para que o jogo político se sobreponha à regra estabelecida. Da mesma forma, a produção acadêmica sobre o processo legislativo no Brasil parece negligenciar a atuação do Presidente da Câmara. Nesse sentido, poucas referências foram encontradas sobre o papel desempenhado pelo mesmo ou sobre o processo que conduz a sua escolha. Muito se fala no poder do Executivo e na atuação do colégio de líderes mas, em poucos momentos a figura do Presidente da Instituição é ressaltada.

Curiosamente, a cobertura dos periódicos analisados sobre a eleição de Severino, destaca, justamente, a importância do Presidente da Casa na condução do processo legislativo. No momento em que estes periódicos ainda se mostram surpresos diante do resultado da sua eleição, há uma insistência em evidenciar o poder regimentalmente conferido ao Presidente da Mesa Diretora. A surpresa observada na análise das matérias publicadas está associada a dois aspectos: primeiro, a vitória de Severino representa a derrota do PT, partido com maior bancada dentro da Casa. Em segundo lugar, Severino era considerado um político sem expressão e aparentemente sem um volume de capital político que pudesse lhe render a obtenção do cargo. Além disso, a sua atuação como parlamentar revelava um perfil que não se adequava ao de Presidente, uma vez considerada a importância do cargo dentro do parlamento.

O resultado da eleição foi avaliado por parte dos periódicos como a consequência de uma articulação de membros da oposição em prol de uma desestabilização do governo, justificativa na qual a revista Carta Capital se prendeu até o último dia de mandato do deputado. A convergência observada entre as quatro revistas

está no argumento de que a vitória de Severino é decorrência da desarticulação do partido do governo, que se mostrou incapaz de organizar os interesses dentro da própria agremiação e de lidar com a insatisfação do legislativo diante da atuação do Executivo.

Esse descontentamento parecia especialmente disseminado entre os membros do baixo clero, grupo do qual Severino se apresentava como representante. Se algum mérito lhe pode ser conferido pela sua vitória, ele consiste tão somente na habilidade em se utilizar desse descontentamento em prol de sua candidatura, ainda que os periódicos sejam enfáticos ao afirmar que sua eleição é reflexo da incompetência do governo, e não da competência de Severino como candidato.

Sua campanha foi articulada a partir de interesses considerados fisiologistas e corporativistas. Suas propostas atendiam especialmente ao baixo clero, grupo que lhe dispensou apoio durante a campanha. O baixo clero corresponde a um conjunto de parlamentares sem expressão dentro do congresso. Uma “massa de deputados” vista de forma pejorativa pela imprensa, que os qualifica como assistencialista e clientelista. Sua atuação política confunde interesses públicos e privados e a relação estabelecida com o Executivo tem como objetivo a liberação de verbas que possam beneficiar seus redutos. É como representante legítimo desse grupo que Severino foi eleito, e é a partir de suas características, predominantemente negativas, que sua imagem foi construída.

Severino Cavalcanti foi introduzido ao grande público pela imprensa nacional como o típico coronel do interior, um sujeito rude, que não se abstém de dizer o que pensa, sem medo de assumir um discurso politicamente incorreto, que não vê problemas na utilização do público em favor do privado e simpático a uma série de vícios que o sistema político brasileiro vem, ao menos teoricamente, tentando expurgar.

Além disso, sua imagem está associada a um certo retrocesso político, na medida em que sua figura é associada a um tradicionalismo que vai de encontro a uma série de avanços e conquistas sociais alcançadas ao longo das últimas décadas. Esse conservadorismo, que na vida pessoal tem um ingrediente de religiosidade, é transferido para a esfera política, gerando um cenário de incertezas sobre questões de interesse social.

Embora a imagem de Severino tenha sido circundada de uma visão negativa, como se ele representasse o que há de pior da política brasileira, no momento imediatamente posterior a eleição, sua figura é revestida de um caráter folclórico que lhe confere um tom anedótico.

Severino é visto pela imprensa como um político que não tem consciência daquilo que se espera da atuação de um representante do povo, preocupado em auferir ganhos pessoais e em defender interesses corporativistas, suas posições políticas e ideológicas são apresentadas sem nenhum pudor. Com a ascensão que a eleição para a presidência confere a sua carreira, ele passa a agir como um deslumbrado, pouco acostumado às “paparicações” e às “mordomias” que o exercício de determinados cargos de poder conferem.

A reação da imprensa diante da eleição do deputado supõe a existência de um conjunto de expectativas a respeito do Presidente da Câmara dos Deputados. Do mesmo modo com que Gomes (2004) argumenta existir arquétipos disseminados no imaginário social a respeito da atividade política, modelos ideais sobre os quais os membros do campo procuram construir sua imagem, há um padrão de comportamento esperado para o exercício de cargos específicos, como o de Presidente da República ou o de Presidente das Casas que compõem a representação política do Legislativo nacional (Câmara e Senado).

Além das implicações políticas que a vitória de Severino poderia representar, ela chama a atenção da mídia pelo fato de sua imagem não corresponder àquela previamente construída sobre o Presidente da Câmara dos Deputados. Em alguns momentos, os periódicos ressaltam que não lhes causa espanto a constatação de que políticos com o perfil de Severino sejam uma realidade. Mas, chama atenção que eles consigam auferir cargos de tamanha relevância dentro do Congresso. Desse modo, observa-se que o viés negativo conferido pelos veículos de mídia à atuação de Severino está associado à sua suposta inadequação a um “modelo ideal”.

Diante disso, o que se observa é a construção de uma imagem predominantemente pejorativa sobre o deputado. Em vários momentos as revistas se referem a uma liturgia necessária ao desempenho de algumas funções legislativas, liturgia que Severino parece desconhecer ou desconsiderar.

Dentre os elementos que constituem a sua imagem pública destacam-se os seus atributos fisiologistas, nepotistas e patrimonialistas, características que revelam um político afeito a práticas que comprometem o funcionamento do sistema democrático. Os discursos e as ações do Presidente, pautados pelos periódicos sob análise, demonstram que o deputado parece ignorar as linhas que devem definir as margens entre a vida privada e a atuação pública. Severino se destacou como um político disposto a distribuir cargos públicos entre parentes e afilhados, prática constantemente ratificada em seu discurso.

Polêmico em relação a temas de interesse social e indiferente a questões de relevância nacional, ele foi considerado pelos periódicos observados como um deputado adepto de uma “política miúda”, centrada em interesses fisiologistas ou qualificadas como clientelistas e assistencialistas. O seu baixo grau de escolaridade, sua aparente dificuldade em “articular um debate sensato” (como argumenta a jornalista Dora Kramer), seu conservadorismo, que se expressa na defesa convicta de interesses relacionados à igreja católica e sua rudeza, típica do estereotipo do sertanejo nordestino, ajudam a compor a sua imagem.

O que há de curioso na construção da imagem de Severino é o fato de que os atributos negativos que lhes são imputados são assumidos por ele sem nenhum pudor. Um comportamento que parece estar na contramão do que foi apresentado no primeiro capítulo, onde se argumenta que os políticos se mostram cada vez mais preocupados com a conquista e com a administração da visibilidade, e mais atentos aos lucros provenientes da sua obtenção. Severino parece ignorar a repercussão negativa de seu discurso e insiste em reafirmá-lo. Ciente ou não dos ganhos ou perdas que a imagem que lhe é atribuída pode lhe gerar, ele a assume, veste a carapuça anacrônica, a qual se refere Nirlando Beirão, e representa o papel do “coronelzão de folhetim”.

Vale destacar que Severino possui uma vida política de 40 anos, período durante o qual ele não obteve inserção alguma na mídia nacional. Sua atuação esteve concentrada em seu reduto eleitoral, onde certamente há um conjunto de representações compartilhadas, que caracterizam a sua imagem diante de seus eleitores. A afirmação de um discurso conservador pelo deputado pode estar associada ao fato de que esse discurso é o responsável pela obtenção dos votos que garantem a sua sobrevivência dentro do campo.

Segundo Gomes (2004) o papel da imagem é garantir a visibilidade de sujeitos e instituições a partir de representações simbólicas que circulem com facilidade nas esferas de exposição pública. Dentro desta perspectiva, a imagem de Severino cumpre bem essa função. Durante o seu mandato ele esteve presente na mídia, uma das esferas de exposição mais abrangentes na contemporaneidade, com uma regularidade significativa. Especificamente nos periódicos analisados, em um total de 152 edições publicadas no período considerado, Severino foi citado em 63 edições, sendo matéria de capa em 6 revistas em um período de 8 meses.

Se por um lado, Severino passa a desfrutar da visibilidade que os meios de comunicação de massa oferecem, uma conquista relevante dada as possibilidades que se abrem em função do alcance desses veículos, por outro lado, essa mesma visibilidade foi responsável pela associação entre ele e um conjunto de representações negativas a respeito da atividade política, características que, teoricamente, não lhe renderiam dividendos ao longo de sua atuação como parlamentar.

Na prática, o perfil político de Severino, assumido diante da imprensa nacional, é o que caracteriza os seus 40 anos de atuação no campo político. Seu desempenho como político se fundamenta justamente na concessão de pequenos favores e no oferecimento de benesses a um eleitorado acostumado a recebê-las. O caráter controverso na construção da imagem do deputado está no choque causado entre o perfil que ele sustenta há quatro décadas e a nova condição que ele passa a ocupar dentro do campo com a sua eleição para a presidência. A partir deste momento há uma cobrança da mídia para que ele se enquadre em um padrão de comportamento supostamente atribuído a um grupo político, “a elite empavonada do Sul maravilha”, que ostenta um discurso que rechaça qualquer prática de caráter assistencialista, clientelista ou nepotista.

Outro ponto que merece ser destacado é a importância atribuída por Thompson (2002) ao controle da visibilidade. Esta, quando mal administrada, pode gerar perdas significativas, como parece evidenciar o escândalo no qual o deputado foi acusado de corrupção. Diante da denúncia, Severino, que já desfrutava de um descrédito geral na opinião pública e no meio político, foi facilmente retirado de cena.

Vale destacar ainda que o argumento exposto por Thompson, de que a massificação da informação expôs os políticos a uma vigilância constante da mídia, encontra ressonância no papel desempenhado pela imprensa brasileira no que se refere aos escândalos de corrupção que tomaram conta do cenário político nacional a partir de maio de 2005. Tanto no que se refere ao mensalão, quanto ao mensalinho de Severino, os veículos de comunicação foram os responsáveis pela apresentação das acusações, que se tornaram públicas a partir do momento em que foram denunciadas pelos mesmos. Essas denúncias foram feitas tendo como base um conjunto de informações oferecidas diretamente a esses veículos por atores que tinham a intenção declarada de apresentar o “esquema” à opinião pública.

A partir da análise dos periódicos, percebe-se que a cobertura sobre a atuação de Severino e a sua contribuição na construção de sua imagem evidencia as tensões referidas em outros capítulos entre o campo político e o campo midiático. Todo o processo que se inicia com a sua eleição e termina com a sua cassação é o exemplo emblemático de uma situação em que a mídia faz uso do controle que dispõe sobre a visibilidade. Embora essa imagem seja corroborada pelo próprio Severino ao assumir os elementos que lhe são imputados pela imprensa, é possível perceber que há um movimento de todos os periódicos no sentido de destacar as características negativas do deputado, excluindo qualquer possibilidade de que ele seja qualificado de maneira positiva.

Por fim, ressalta-se que, embora seja possível identificar aspectos que singularizam a cobertura feita por cada revista, a imagem pública de Severino Cavalcanti apresentada neste trabalho é resultado da convergência entre todos os periódicos analisados. De modo geral há um alinhamento mais evidente entre as revistas Veja, Época e IstoÉ. As matérias publicadas por elas pormenorizam as características que passaram a compor a imagem do Presidente da Câmara, ao passo que a Carta Capital, na maior parte do tempo, se exime dos detalhes relacionados ao perfil ou ao discurso assumido pelo deputado, se prendendo a uma análise que ressalta os interesses que, segundo ela, movem a sua atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOING, Raquel. 2000. **O Sonho Acabou? A Mídia e as Eleições de 1998 no Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais.

BALEEIRO, Aliomar. 1999. **Constituições Brasileiras – 1891**. Coleção Constituições Brasileiras, Vol. 2. Brasília: Senado Federal.

BONNEWITZ, Patrice. 2003. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Rio de Janeiro: Vozes.

BOURDIEU, Pierre. 1996. **Razões Práticas sobre a Teoria da Ação**. São Paulo: Papirus.

_____. 1997. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 1998. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. 1998a. A representação Política: elementos para uma teoria do campo político. *In O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRASIL. 1976. **Deputados brasileiros: 1826-1976**. Brasília: Centro de Documentação e Informação.

BRASIL. 2001. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de capacidade governativa e relações Executivo - Legislativo no Brasil pós-constituente. 1997. *In DADOS*, Rio de Janeiro, Vol. 40, n.3, pp.335-370.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão, BRITO, Luiz Navarro de &, BALEEIRO, Aliomar. 1999. **Constituições Brasileiras – 1967**. Coleção Constituições Brasileiras, Vol. 6. Brasília: Senado Federal.

DINIZ, Eli. Governabilidade, *Governance* e Reforma do Estado: Os desafios de uma Nova Ordem no Brasil nos anos 90.1995. In **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.38, n. 3, pp. 19-170

CRAIG, Geoffrey. 2004. **The Mídia, Politics and Public Life**. Crows Nest, N.S.W.

FERREIRA, Oliveiros S. 1986. **Os Quarenta e Cinco Cavaleiros Húngaros: Uma leitura dos cadernos de Antônio Gramsci**. Brasília: Editora universidade de Brasília; São Paulo: Hucitec.

FOSCHETE, Mozart. 2006. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados – Comentado**. Brasília: Vesticon.

GAZZOTI, Juliana. **Veja e os Governos Militares (68/85)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos.

GRAMSCI, Antônio. 1976. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GOFFMAN, Erving. 1986. **Frame Analysis**. New York: Harper & Row.

GOMES, Wilson. 1994. Propaganda, Política, Ética e Democracia. In MATOS, Heloiza (org.). **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo: Página Aberta.

_____. 2004. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus.

GRUPPI, Luciano. 1980. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal.

JUNQUEIRA, Lilia Maria. 1991. **Nova resistência política: Um estudo sobre a socialização política pela TV, dos jovens brasilienses(a)**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de Sociologia

LIMA SOBRINHO, Barbosa &, BALEEIRO, Aliomar. 1999. **Constituições Brasileiras – 1946**. Coleção Constituições Brasileiras, Vol. 5. Brasília: Senado Federal.

LIMA, Venício Artur de. 2001. **Mídia: Teoria e política**. São Paulo: Fund. P Abramo.

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina. 1999. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: FGV.

MIGUEL, L. Felipe. 2006. **Falar Bonito – O Kitsch como estratégia discursiva**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XV Encontro da Campos. Unesp, Bauru, SP.

_____. 2002. Os Meios de Comunicação e a Prática Política. **Lua Nova** n. 55-56, São Paulo.

_____. 2003. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia Política**, nº.20, p.115-134.

NOGUEIRA, Octaciano. 1999. **Constituições Brasileiras – 1824**. Coleção Constituições Brasileiras, Vol. 1. Brasília: Senado Federal.

PINEIRO, Elena. **Espacio simbólico, ideología y poder: relaciones entre prácticas discursivas y procesos políticos**. Disponível em: <http://www2.uca.edu.ar/esp/sec-fpoliticas/esp/page>. Acesso: 26/02/2006.

PORTO, Mauro. 1993. O Papel da Televisão na eleição de 1992 para Prefeito de São Paulo. *In Cadernos de Mídia e Política*, série mídia e política nº1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília.

_____. 1994. As eleições Municipais em São Paulo *in* MATOS, Heloiza (org.). **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo: Página Aberta.

PORTO, Walter Costa. 1999. **Constituições Brasileiras – 1937**. Coleção Constituições Brasileiras, Vol. 4. Brasília: Senado Federal.

RUBIM, Albino. 1998. **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Editora Vozes.

RUBIM, Albino. 1999. **Mídia e política no Brasil**. João Pessoa: Ed Univ.

RUBIM, Albino (org). 2004. **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker.

RUBIN, Antônio C. 1994. Mídia e Política: Transmissão de poder *in* MATOS, Heloiza (org.). **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo: Página Aberta.

SANTOS, Fabiano G. dos. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. 1997. *In* DADOS: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 40, n.3, pp, 465-486.

_____. Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil: 1959-1963. 1997. *In* DADOS: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol 38, n. 3.

SILVA, Noêmia Félix da. 2005. **A construção da Imagem Pública do Governo do PT**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Faculdade de Comunicação da UnB.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. 2003. **A construção da Democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembléias Nacionais Constituintes do Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados

SODRÉ, Nelson Werneck. 1999. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo. 2006. **O Jogo das Tradições: A Idéia de Brail nas Páginas da Revista Nitheroy (1836)**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Instituto de Ciências Humanas - PPGH.

THOMPSON, John B. 1998. **A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia**. Rio de Janeiro: Vozes.

_____. 2002. **O Escândalo Político: Poder e visibilidade na era da mídia**. Rio de Janeiro: Vozes.

_____. 2002a. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. 2003. La Transformacion de la Visibilidad. **Estudios Públicos**, 90.

Anexo I - Matérias Selecionadas

Revista Veja

Edição	Data	Seção	Título
6	09.02.05	Brasil	É pior que eleição de síndico
8	23.02.05	Brasil	Abrindo a caixa vermelha
10	09.03.05	Brasil	Na República salarial de Severino
10	09.03.05	Entrevista	Entrevista
12	23.03.05	Veja Essa	Veja essa
12	23.03.05	Datas	Recebeu
13	30.03.05	Brasil	O Lixo que assusta
18	04.05.05	Radar	De olho na Petrobrás
18	04.05.05	Radar	Porque parou, parou porquê
19	19.05.05	Ensaio	Dois mestres da sexologia
22	01.06.05	Holofote	Uma ética para cada diretoria
24	15.06.05	Veja Essa	Veja essa
24	15.06.05	Gente	A Brasília que não é severina
30	27.07.05	Holofote	Fura-poço, mas de gás
35	31.08.05	Radar	Operação água no chope
36	07.09.05	Brasil	A propina de Severino
36	07.09.05	Brasil	A morte da ética em Severino
37	14.09.05	Brasil	O fim da linha
37	14.09.05	Cartas	Cartas
37	14.09.05	Millor	Charge
38	21.09.05	Brasil	O último show de Severino
38	21.09.05	Cartas	Cartas
38	21.09.05	Ensaio	A mais estonteante das quartas-feiras
39	28.09.05	Cartas	Cartas
39	28.09.05	Brasil	Tal como era antes

Revista Época

Edição	Data	Seção	Título
353	21.02.05	Brasil	Como Severino chegou lá
353	21.02.05	Brasil	O padroeiro do baixo-clero
353	21.02.05	Brasil	O medo do retrocesso
354	28.02.05	Brasil	O PT e a roupa suja
355	07.03.05	24 Horas	Severino Cavalcanti: glicose, costela e política
358	28.03.05	Bastidores	Mico da semana
358	28.03.05	Brasil	Ele não tem pudor
358	28.03.05	Carta do Editor	Falta de decoro
360	11.04.05	Carta do Editor	Severino quer censurar
361	18.04.05	Carta do Editor	A defesa indefensável
363	02.05.05	Brasil	Entalado na garganta
364	09.05.05	Carta do Editor	Estupro e virgindade
368	06.06.05	Bastidores	O cacife de Severino
368	06.06.05	Brasil	O lobby escravocrata

369	13.06.05	Frases	Frases
370	20.06.05	Trabalho	Insistência na escravidão
373	11.07.05	Brasil	Era uma vez o PT
378	15.08.05	Bastidores	Os dez mais
381	05.09.05	A Semana	Humor
381	05.09.05	Brasil	A turma do acordão se mexe
381	05.09.05	Brasil	Nepotista até sem querer
381	05.09.05	Carta do Editor	E Gabeira pontificou
382	12.09.05	Brasil	O insustentável Severino
382	12.09.05	Carta do Editor	Na corda bamba
382	12.09.05	Cartas	Cartas
383	19.09.05	Cartas	Cartas
383	19.09.05	Brasil	De volta a João Alfredo
383	19.09.05	Frases	Humor
384	26.09.05	A Semana	Humor
384	26.09.05	Brasil	Eles não aprendem
384	26.09.05	Carta do Editor	Desculpas esfarrapadas

Revista Carta Capital

Edição	Data	Seção	Título
330	23.02.05	Seu País	Largada tucana
331	02.03.05	A Semana	Unidos pelo contra-cheque
331	02.03.05	Estilo	A fase do umbigo
335	30.03.05	Seu País	O freio de arrumação
340	04.05.05	O Bolso e a Cabeça	Manter a liquidez e evitar riscos
343	25.05.05	Seu País	A crise da maioria
347	22.06.05	Seu País	Salvem a República
358	07.09.05	Seu País	Crise de confiança
360	21.09.05	Seu País	Bye bye Jeferson
361	28.09.05	A Semana	O fim de uma piada sem graça

Revista Istoé

Edição	Data	Seção	Título
1842	02.02.05	Fax Brasília	Efeito Severino
1845	23.02.05	Brasil	Até eu evoluo
1846	02.03.05	A Semana	Família Severino
1846	02.03.05	Avenida Brasil	Morte e vida severina
1846	02.03.05	Cartas	Câmara dos Deputados
1848	06.03.05	Avenida Brasil	Um cliente especial
1848	06.03.05	Fax Brasília	Quem fica com Nazaré
1847	09.03.05	Capa	A força da sociedade
1847	09.03.05	Cartas	A Câmara dos Deputados
1847	09.03.05	Editorial	De Copérnico a Severino
1847	09.03.05	Fax Brasília	Pagando o mico
1849	23.03.05	Avenida Brasil	Desconfiança sistêmica
1849	23.03.05	Fax Brasília	Sem título

1849	23.03.05	Brasil	Confusão na política, risco na economia
1849	23.03.05	Brasil	Economia
1850	30.03.05	Avenida Brasil	Tsunami à brasileira
1850	30.03.05	Brasil	A reforma pariu um sapo
1850	30.03.05	Fax Brasília	Charge
1851	06.04.05	Avenida Brasil	Maremoto amoroso
1851	06.04.05	Fax Brasília	Organograma Severino
1851	06.04.05	Fax Brasília	A lista de Severino
1852	13.04.05	Fax Brasília	Severino, o bom
1853	20.04.05	Brasil	A turma do Q.I.
1854	27.04.05	Entrevista	Severino Cavalcanti
1855	04.05.05	Brasil	A última de Severino
1855	04.05.05	Fax Brasília	O xote de Severino
1859	01.06.05	Fax Brasília	Charge
1861	15.06.05	A Semana	Bandeira branca
1864	06.07.05	Avenida Brasil	Paisagem corrompida
1865	13.07.05	A Semana	Sem título
1866	20.07.05	Avenida Brasil	Paisagem corrompida II
1871	24.08.05	Avenida Brasil	Na linha sucessória
1873	07.09.05	Brasil	Fio da navalha
1873	07.09.05	Brasil	Da pizza ao forno
1874	14.09.05	Avenida Brasil	Mensalão e mensalinho
1874	14.09.05	Brasil	Bandejão indigesto
1874	14.09.05	Brasil	Convenção de Severinos
1874	14.09.05	Editorial	Os tropicões de Severino
1874	14.09.05	Fax Brasília	Charge
1874	14.09.05	Fax Brasília	Outra de Severino
1875	21.09.05	Avenida Brasil	A garota do mar de lama
1875	21.09.05	Brasil	A hora da renúncia ou da cassação
1875	21.09.05	Cartas	Crise
1875	21.09.05	Fax Brasília	Charge
1876	28.09.05	Avenida Brasil	Missão cumprida
1876	28.09.05	Brasil	Queda de braço
1876	28.09.05	Fax Brasília	I'll be back

Anexo II – Quadro Sobre o Perfil dos Presidentes da Câmara: Do Império à República

**OS PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
REPÚBLICA
(2006-1985)**

Presidente	Partido	Estado	Profissão	Posse	Término	Observações
Aldo Rabelo	PC do B	SP	Jornalista	28.09.2005	Atual	Nascido na cidade de Viçosa (AL) a 23 de fevereiro de 1956, ingressou na vida política como Vereador Constituinte (1989-1991). Eleito Deputado Federal pelo estado de São Paulo (1991-1995), foi reeleito por mais três mandatos consecutivos. Licenciou-se da Câmara para exercer o cargo de Ministro da Secretaria de Coordenação Política e relação institucional do governo Lula de 23 de janeiro de 2004 a 20 de julho de 2005.
Severino Cavalcanti	PP	PE	Comerciante	15.02.2005	21.09.2005	Severino José Cavalcanti Ferreira nasceu em João Alfredo (PE) a 18/12/1930. Foi diretor e presidente da Agroindustrial e Comercial Cavalcanti Ltda. de 1961 a 1988, em sua cidade natal. Da mesma forma, foi presidente da Cooperativa de Crédito Agrícola nessa mesma cidade. Foi prefeito de João Alfredo de 1964 a 1966, período no qual esteve filiado a ARENA. Foi Deputado Estadual, eleito consecutivamente por 28 anos (1967-1995). Ao longo de sua trajetória política mudou de legenda partidária inúmeras vezes. Esteve ligado à UDN de 1962 a 1966, quando se transfere para a ARENA onde permanece filiado até 1979. No ano seguinte ingressa no PDS ficando ligado ao Partido por sete anos. Em 1987 nova mudança, filia-se ao PDC. Três anos mais tarde engrossa as fileiras do PL. A permanência no partido é curta e, em 1992 Severino alista-se no PPR. Dois anos mais tarde é a vez do PFL contar com a presença do deputado. No entanto um ano depois

						Severino abandona o partido e filia-se ao PPB. Em 2003 o deputado alista-se no PP, onde permanece até hoje. Chega a Câmara Federal em 1995, sendo reeleito para mais dois mandatos. Recebeu inúmeras condecorações como a Ordem do Rio Branco, concedida pelo Ministério das Relações Exteriores. Renunciou ao mandato de Deputado Federal e, conseqüentemente, ao cargo de Presidente da Mesa Diretora em 21 de setembro de 2005, acusado de corrupção ativa.
João Paulo Cunha	PT	SP	Programador de Produção / Metalúrgico	02.02.2003	15.02.2005	Iniciou sua carreira política como vereador eleito na cidade de Osasco em 1983. Foi Deputado Estadual (1991-1994) e, logo foi eleito Deputado Federal. Destacou-se na campanha eleitoral que levou Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República. Envolvido no escândalo do “Mensalão” por ter recebido depósitos no valor de 50 mil reais, foi julgado e absolvido pelo plenário da Câmara.
Efraim Morais	PFL	PB	Professor / Engenheiro Civil	17.02.2002	02.02.2003	Assumiu a Presidência da Câmara em virtude do afastamento do Deputado Aécio Neves, eleito Governador de Minas Gerais. Permaneceu na Câmara dos Deputados até fevereiro de 2003 quando assumiu o cargo de Senador da República.
Aécio Neves	PSDB	MG	Economista	14.02.2001	17.12.2002	Renunciou a 17 de dezembro para assumir o processo de transição ao Cargo de Governador de MG. Pertence a família de ilustres políticos brasileiros. Neto de Tancredo Neves.
Michel Temer	PMDB	SP	Advogado / Professor	02.02.1999	14.02.2001	Foi Secretário dos Negócios de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Foi Procurador-Geral do Estado de São Paulo. Durante sua administração na Presidência da Câmara foi criado e instalado, o Jornal da Câmara, a Rádio Câmara, a TV Câmara e a Agência Câmara de Notícias.
Michel Temer	PMDB	SP	Advogado / Professor	05.02.1997	02.02.1999	
Luís Eduardo Maron Magalhães	PFL	BA	Empresário / Advogado	02.02.1995	05.02.1997	Assumiu a Presidência da República em duas ocasiões como substituto constitucional. Faleceu prematuramente aos 43 anos, no ano de 1998.
Inocência Gomes de Oliveira	PL	PE	Médico	02.02.1993	02.02.1995	Assumiu a Presidência da República como substituto constitucional por 9 vezes. Esteve filiado à ARENA (1975 a 1979), ao PDS (1980 a 1985),

						ao PFL (1985 a 2005), ao PMDB e ao PL em 2005.
Ibsen Valls Pinheiro	PMDB	RS	Jornalista / Advogado	02.02.1991	02.02.1993	Pertenceu com destaque ao grupo “Só Diretas”, que defendia as eleições diretas em substituição ao Colégio Eleitoral. Ocupou a Presidência da Câmara durante o processo de Impeachment do Ex-presidente Fernando Collor de Melo. Em 1994 teve seu mandato cassado, acusado de sonegação de impostos e enriquecimento ilícito.
Paes de Andrade	PMDB	CE	Advogado / Professor	15.02.1989	02.02.1991	Deputado Federal de 1963 a 1999. Assumiu a Presidência da República por 11 vezes, enquanto ocupou a presidência da Câmara.
Ulisses Guimarães	PMDB	SP	Advogado / Professor	02.02.1987	15.02.1989	Eleito Deputado Federal em 1950 por São Paulo, foi reeleito em 1954 e, desde então nunca mais abandonou a vida pública, sempre ocupando cargos eletivos. Em 1961 assumiu a pasta da Indústria e Comércio do governo de João Goulart. Durante esse período o Parlamento introduziu o regime parlamentarista, cabendo a Tancredo Neves o cargo de primeiro ministro. Ainda nos primeiros meses renunciou junto com os outros membros do Ministério, voltando a ocupar assento na Câmara dos Deputados. Apoiou o golpe militar de 1964, mas, logo no início passou a fazer oposição ao regime instituído. No início da década de 1980 foi um dos líderes mais destacados da Campanha nacional das Diretas Já, pelas eleições diretas. Nesse período foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados pela segunda vez acumulando o cargo de Presidente da Assembléia Nacional Constituinte que iria promulgar a Constituição de 1988. Publicou inúmeras obras, tanto produção jurídica, como trabalhos literários. Destacam-se entre outros: Tentativa (1938), Poesia sob as Arcadas (1939) e Vida exemplar de Prudente de Moraes (1940).
Ulisses Guimarães	PMDB	SP	Advogado / Professor	28.02.1985	02.02.1987	

**OS PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
REPÚBLICA
(1985-1965)**

Presidente	Partido	Estado	Profissão	Posse	Término	Observações
Flávio Marcílio Portela	ARENA	PI	Advogado	02.02.1983	28.02.1985	Foi eleito Vice-governador do Estado do Ceará em 1954. Assume o governo desse Estado em 1958 e, em 1962 foi eleito Deputado Federal. Passa a ocupar o cargo de Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões. Com o término do governo de João Goulart volta a Câmara dos Deputados e filia-se ao Partido da situação. Ocupa a presidência da Câmara em diversas ocasiões.
Nelson Marchezan	ARENA	RS	Advogado	26.02.1981	02.02.1983	Eleito vereador com apenas 21 anos em 1960, inicia sua carreira política pelo PDS. Em 1962 é eleito Deputado Estadual. Após o golpe de 1964 filia-se à ARENA e, em 1975 é eleito Deputado Federal.
Flávio Marcílio Portela	ARENA	PI	Advogado	02.02.1980	26.02.1981	Ver observações cima.
Marco Antônio de Oliveira Maciel	ARENA	PE	Advogado	28.02.1977	02.02.1979	Deputado Federal de 1971 a 1979. Governador de Pernambuco empossado pelo Governo Militar de 1979 a 1982. Senador de 1983 a 1991. Ocupou a Vice-presidência de 1995 a 1998, sendo reeleito para o período de 1999 a 2002. Durante sua presidência na Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional esteve em recesso decretado pelo General Ernesto Geisel. Atualmente é Senador da República pelo PFL e, membro da Academia Brasileira de Letras.
Célio de Oliveira Borja	ARENA	RJ	Advogado	02.02.1975	28.02.1977	Iniciou sua atividade política na Juventude Universitária Católica (JUC). Elegeu-se Deputado Federal em 1970 pela Arena. Ocupou o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1986 a 1992.
Flávio Marcílio Portela	ARENA	PI	Advogado	28.02.1973	02.02.1975	Ver observações acima.
Ernesto Pereira Lopes	ARENA	SP	Médico	03.02.1971	28.02.1973	Participou da Revolução Constitucionalista de 1932. Deputado Federal de 1951 a 1954 e, de 1959 a 1975.

Geraldo Freire da Silva	ARENA	MG	Advogado	30.03.1970	03.02.1971	Iniciou sua carreira política como vereador no ano de 1936. Assumiu a Presidência da Câmara dos Deputados em substituição a José Bonifácio de Andrada.
José Bonifácio de Andrada Lafayette	ARENA	MG	Advogado	23.02.1968	30.03.1970	Participou do movimento de 1930, sendo nomeado Prefeito de Barbacena. Após o início do Estado Novo engajou-se na oposição a Getúlio Vargas. Foi eleito Deputado à Assembléia Nacional Constituinte após 1945 e, a partir de então, teve participação constante na vida política do país. Foi um dos articuladores do Golpe militar de 1964. Durante o exercício de sua presidência a Câmara dos Deputados esteve fechada de 13.12.1968 a 22.10.1969
João Baptista Ramos	PTB / ARENA ³²	SP	Advogado / Jornalista	28.11.1966	23.02.1968	Deputado Federal de 1955 até 1973. Ocupou a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio no governo de Juscelino Kubitschek. Assumiu a Presidência da Câmara dos Deputados após a renúncia de Aduacto Lúcio Cardoso, sendo depois eleito. Nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União pelo General Médici em 1973.
Aduacto Lúcio Cardoso	ARENA	GB ³³	Advogado	02.03.1966	28.11.1966	Iniciou sua atuação política em 1942. Foi opositor do Governo Getúlio Vargas. No ano de 1947 elegeu-se vereador pelo Distrito Federal, mas renunciou ao cargo. Voltou à vida parlamentar em 1954 como Deputado pelo Distrito Federal. Participou ativamente do Golpe de 1964. Renunciou ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados em protesto ao recesso do Congresso Nacional, decretado pelo General Castelo Branco. Foi Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1967 a 1971.
Olavo Bilac Pereira Pinto	UDN	MG	Advogado	24.02.1965	02.03.1966	Foi Deputado Federal de 1951 a 1966. Fez oposição aos governos Vargas e JK. Apoiou o Golpe militar de 1964. Foi embaixador do Brasil na França (1967-1970) e Ministro do Supremo Tribunal Federal (1970-1978)

³² O deputado João Baptista Ramos muda de legenda a 01 de fevereiro de 1967.

³³ Estado da Guanabara

**OS PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
REPÚBLICA
(1964-1946)**

Presidente	Partido	Estado	Profissão	Posse	Término	Observações
Paschoal Ranieri Mazzilli	PSD	SP	Advogado	11.03.1958	24.02.1965	Especialista em Direito Tributário e Administrativo foi Deputado Federal de 1951 a 1967. Durante sua administração assumiu interinamente a Presidência da República inúmeras vezes.
Ulysses Guimarães	PSD	SP	Advogado / Professor	11.03.1956	11.03.1958	Ver observações acima.
José Antônio Flores da Cunha	UDN	RS	Advogado / Fazendeiro	08.11.1955	11.03.1956	Gaúcho. Advogado e Fazendeiro. Deputado Estadual no Rio Grande do Sul. Deputado Federal em várias legislaturas pelo Ceará e Rio de Grande do Sul. Interventor e governador Constitucional do Rio Grande do Sul 1931-1937, cargo do qual foi forçado a sair por se opor ao Golpe. Deputado Federal 1946-1959. Vice-Presidente da Mesa 1955-1958.
Carlos Coimbra da Luz	PSD	MG	Advogado / Jornalista / Banqueiro	03.02.1955	08.11.1955	Mineiro. Jornalista, advogado e banqueiro. Deputado Federal 1935-1937. Presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro de 1939 a 1946. Ministro da Justiça de Dutra em 1946, ano dos trabalhos da Constituinte e bastante tumultuado politicamente. Deputado Federal 1947-1961. Presidente da Câmara dos Deputados em 1955. Assumiu interinamente a Presidência da República de 19 a 29 de abril e de 9 a 11 de novembro de 1955, quando renunciou aos dois cargos após o movimento militar. Faleceu em 1961.
Nereu de Oliveira Ramos	PSD	SC	Advogado / Professor	12.03.1951	03.02.1955	Catarinense. Advogado e Professor. Eleito deputado estadual em Santa Catarina em 1911. Durante a Primeira Guerra Mundial defendeu a causa dos países aliados, apesar da presença de imigrantes germânicos em Santa Catarina e da simpatia de parte significativa da opinião pública catarinense à Alemanha. Deputado Federal em 1930. Constituinte Nacional de 1933 a 1934. Governador de Santa Catarina (1935-1937) e

						Interventor Federal no mesmo Estado (1937-1945). Senador e Constituinte entre 1946 e 1951. Vice-Presidente da República eleito em 1946, no governo Dutra. Presidente da Câmara dos Deputados de 1951 a 1955. Senador (1955-1958). Presidente da República entre 1955 e 1956. Faleceu em desastre aéreo em 1958.
Carlos Cyrillo Júnior	PSD	SP	Advogado / Professor	12.03.1949	12.03.1951	Paranaense radicado desde cedo em São Paulo. Advogado e Professor. De 1912 a 1929 ocupou várias vezes a cadeira de deputado na Assembléia Legislativa de São Paulo. Deputado Federal em 1930. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932, colaborando com o Coronel Euclides Figueiredo no levante armado, sendo, por isto, preso e deportado para Lisboa. Deputado Federal Constituinte em 1946. Presidente da Câmara dos Deputados de 1949 a 1950. Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 1958. Embaixador na Bélgica de 1960 a 1963. Faleceu em 1965.
Samuel Vital Duarte	PSD	PB	Advogado	18.03.1947	12.03.1949	Paraibano. Advogado. Legislaturas: 1935-1937, 1946 Constituinte, 1946-1951, e 1951-1955. Participou da Revolução que depôs o presidente Washington Luís. Foi relator do projeto de estatuto dos funcionários públicos civis da União. Teve assento na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) como representante do Ministério do Trabalho, em 1959. De 1967 a 1969 foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quando contribuiu para a criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Faleceu em 1979.
Honório Fernandes Monteiro	PSD	SP	Advogado / Professor	24.09.1946	18.03.1947	Paulista. Advogado e Professor. Após a deposição de Getúlio Vargas interrompeu suas atividades docentes abraçando a política. Eleito para Constituinte de 1946. Eleito Deputado Federal de 1946 a 1948. Em 1948, votou a favor da cassação dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo Dutra. Novamente Deputado Federal de 1950 a 1951. Não reeleito voltou à vida acadêmica. Faleceu em 1968.

**OS PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
REPÚBLICA
(1945-1930)**

Presidente	Partido	Estado	Profissão	Posse	Término	Observações
Pedro Aleixo	AIB	MG	Advogado / Professor / Jornalista	04.05.1937	10.11.1937	Mineiro. Advogado. Professor titular de direito penal na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e um dos três jornalistas fundadores de O Estado de Minas. Foi um dos articuladores, em Minas Gerais, da Revolução de 1930. Era presidente da Câmara dos Deputados, em 1937, quando Getúlio Vargas deu um golpe de Estado e dissolveu o Congresso. Foi um dos que assinaram o Manifesto dos Mineiros (24 de outubro de 1943) em favor da redemocratização do País e um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN). Entre 1946 e 1958 dedicou-se à política de Minas. Eleito deputado federal, em 1958, liderou a maioria na Câmara durante o governo Jânio Quadros. Reeleito em 1962, tomou parte ativa nas articulações que precederam o movimento de março de 1964. Foi líder da maioria na Câmara durante o governo Castelo Branco e Ministro da Educação e Cultura durante o primeiro semestre de 1966. Vice-presidente da República de 1967 a 1969. Faleceu em 1975.
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	AIB	MG	Advogado	27.07.1934	04.05.1937	Mineiro. cursou Direito em São Paulo. Envolveu-se com a política através do jornalismo em 1896. Ingressou na Câmara dos Deputados em 1911 onde foi escolhido, logo após sua posse, para integrar a Comissão de Finanças e designado relator do orçamento da receita. Em 1917 foi nomeado Ministro da Fazenda. Voltou à Câmara em 1919. Em 1926 foi eleito presidente de Minas. Instituiu o voto secreto nas eleições municipais e estaduais em Minas Gerais em 1927 (primeira vez que isto aconteceu na história do País). É dele a famosa frase: "façamos a revolução antes que o povo a faça". Participou ativamente das articulações que levaram à Revolução de 1930. Fez parte da Comissão
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	AIB	MG	Advogado	12.11.1933	24.07.1934	

						designada pelo governo, em 1932, para elaborar o anteprojeto da Constituição. Foi o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte de 1933 a 1934 e da Câmara de 1934 a 1937. De 17 de maio a 8 de julho de 1935 exerceu a Presidência da República durante viagem de Getúlio Vargas ao Uruguai e à Argentina. Faleceu em 1946.
--	--	--	--	--	--	---

**OS PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
REPÚBLICA
(1930-1891)**

Presidente	Partido	Estado	Profissão	Posse	Término	Observações
Sebastião do Rego Barros	*	PE	Advogado	09.05.1927	11.11.1930	Pernambucano. Advogado. Teve seu mandato interrompido pela revolução que colocou Getúlio Vargas no poder, em 1930. Em 1936, apresentou ao Tribunal de Segurança Nacional a defesa do deputado João Mangabeira, preso sob a acusação de envolvimento com a Revolução Comunista de 1935. A partir de 1939 foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Faleceu em Paris em 1946.
Arnolpho Rodrigues de Azevedo	**	SP	Advogado	16.05.1921	09.05.1927	Paulista. Formado em Direito. Foi deputado e senador. Deve-se à sua iniciativa a construção do Palácio Tiradentes, antiga sede da Câmara no Rio de Janeiro.
Júlio Bueno Brandão	**		Advogado/ Comerciante	1920	1920	Mineiro. Foi deputado, senador, vice-presidente e presidente de Minas Gerais. Faleceu em 1931.
Astolfo Dutra Nicácio	**	MG	Advogado	09.07.1919	23.05.1920	Nasceu em 1864 em Cataguases, Minas Gerais. Coursou a Faculdade de Direito em São Paulo. Membro da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças. Um dos vultos mais brilhantes da bancada

						mineira no período.
Sabino Alves Barroso Júnior	**	MG	Advogado	26.07.1917	15.06.1919	Mineiro nascido em 1859. Bacharelou-se em direito em São Paulo. Foi Ministro do Interior e da Fazenda. Em 1902, foi indicado pelo Dr. Campos Salles para a vaga de Vice-Presidente da República, aberta pelo falecimento do Dr. Silviano Brandão, vaga afinal preenchida pela eleição do Dr. Affonso Penna. Faleceu em 1919.
Astolfo Dutra Nicácio	*	MG	Advogado	21.11.1914	25.07.1917	Ver observações acima.
Sabino Alves Barroso Júnior	*	MG	Advogado	26.05.1909	17.11.1914	Ver observações acima.
Carlos Peixoto de Melo Filho	*	MG	Advogado	09.05.1907	24.05.1909	Mineiro. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Amigo de João Pinheiro, Presidente de Minas Gerais, foi escolhido para líder da representação de Minas Gerais na Câmara e depois líder da Maioria. Alistou-se às fileiras do Civilismo, partido que se formou para combater a Candidatura Militar do Marechal Hermes à sucessão do Presidente Affonso Penna. Faleceu em 1917.
Francisco de Paula Oliveira Guimarães	**	BA	Médico	06.05.1903	09.05.1907	Baiano. Médico. Proclamada a República foi eleito deputado à Constituinte, exercendo o mandato até o fim da 1ª legislatura e sendo seguidamente reeleito à 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª legislaturas. Faleceu em 1909.
Carlos Vaz de Melo	**	MG	Advogado	09.05.1899	06.05.1903	Mineiro. Advogado. Tomou parte no movimento revolucionário que rebentou em Viçosa logo após o golpe de 3 de novembro, sendo anistiado sob o governo do Marechal Floriano, de quem se tornou partidário. Foi também, senador. Faleceu em 1904.
Arthur César Rios	*	BA	Médico	19.05.1896	09.05.1899	Baiano. Médico. Foi eleito para a Constituinte Federal exercendo o mandato até o fim da 1ª legislatura. Reeleito para a 2ª e 3ª sendo, nesta última, presidente da Câmara. Passou para o Senado em 1898 na vaga aberta pela renúncia do Sr. Severino Vieira. Foi reeleito senador em 1903 para um mandato de nove anos, que não chegou a completar, pois faleceu em 1906.
Francisco de Assis	*	PE	Advogado	17.05.1894	19.05.1896	Foi eleito Deputado à Constituinte Federal. Foi Senador. Renunciou ao

Rosa e Silva						mandato no Senado por ter sido eleito vice-presidente da República para o quadriênio 1898-1902. Após o governo de Campos Sales, elegeu-se Senador.
João Lopes Ferreira Filho	*	CE	Professor / Jornalista	18.08.1892	17.05.1894	Foi Secretário de Estado e Deputado Federal. Abolicionista e republicano. Presidiu a Câmara durante O Governo de Deodoro da Fonseca.
Bernardino José de Campos Júnior	*	MG	Advogado	1893	1893	No Congresso Constituinte foi escolhido membro da Comissão dos 21, encarregada de dar parecer sobre o projeto da Constituição. Republicano histórico, foi um dos chefes da Campanha Civilista que propunha a candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República. Foi eleito Presidente da Câmara após a renúncia do Dr. Mata Machado.
João da Mata Machado	PC	MG	Médico	18.06.1891	31.10.1891	Ingressou na vida política elegendo-se Deputado provincial em 1878 pelo Partido Liberal. Em 1881 foi eleito Deputado Geral sendo nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros no ano de 1885. Com a proclamação da República foi eleito Deputado ao Congresso Constituinte. Na primeira Legislatura Ordinária da República, iniciada a 18 de junho de 1891, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados.

* Não consta registro partidário

** Não há agremiação partidária

Fonte: Teixeira, Pedro Ivo Carneiro. 2006. **O terceiro homem: uma análise sobre a presidência da Câmara na história legislativa brasileira.** Mimeo.